

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A “VILA ÁFRICA” NA PERSPECTIVA DE MULHERES NEGRAS: TERRITÓRIO,  
RACIALIZAÇÃO E MEMÓRIA EM TAQUARA (RS) (Da década 1960 ao tempo  
presente)

TAIANE NARESSI LOPES

PORTO ALEGRE, 2020

TAIANE NARESSI LOPES

A “VILA ÁFRICA” NA PERSPECTIVA DE MULHERES NEGRAS: TERRITÓRIO,  
RACIALIZAÇÃO E MEMÓRIA EM TAQUARA (RS) (Da década 1960 ao tempo  
presente)

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História.

*Orientadora:* Prof.<sup>a</sup> Dra. Regina Weber

Linha de pesquisa: Relações sociais de dominação e resistência.

Porto Alegre, 2020

CIP - Catalogação na Publicação

Lopes, Taiane Naressi

A "VILA ÁFRICA" NA PERSPECTIVA DE MULHERES NEGRAS:  
TERRITÓRIO, RACIALIZAÇÃO E MEMÓRIA EM TAQUARA (RS) (Da  
década 1960 ao tempo presente) / Taiane Naressi Lopes.  
-- 2020.

139 f.

Orientador: Regina Weber.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2020.

1. Território Negro. 2. Território de afetos. 3.  
Taquara - RS. 4. Mulheres Negras. I. Weber, Regina,  
orient. II. Título.

**TAIANE NARESSI LOPES**

A “VILA ÁFRICA” NA PERSPECTIVA DE MULHERES NEGRAS: TERRITÓRIO,  
RACIALIZAÇÃO E MEMÓRIA EM TAQUARA (RS) (Da década 1960 ao tempo  
presente)

Dissertação submetida ao Programa de Pós  
Graduação em História do Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestra em História.

Aprovada em 21 de dezembro de 2020.

---

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Regina Weber – Orientadora

---

Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam - Unipampa

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Oliveira da Silva - UFRGS

---

Prof. Dr. Rodrigo Azevedo Weimer - UFRGS

## **Agradecimentos**

Este trabalho conta com uma série de agradecimentos, e muito reflete sobre as relações construídas ao longo deste processo de pesquisa. Primeiramente começo agradecendo profundamente minha família, minha mãe Liliana e meu pai Homero, que possibilitaram ao longo destes anos minha permanência e estada na pós-graduação, por vocês tenho amor e profunda gratidão, suas trajetórias me servem de inspiração e respeito. Aos meus avós José, Marina, Teco (in memoriam) e Dalira, agradeço o carinho e cuidado. Ao meu irmão Taciano, gracias pelos momentos de divertimento e de descontração. Às minhas tias Daiana e Simone e madrinhas Marta e Silvana, mulheres que são referências de autonomia, minha gratidão infinita pelas partilhas e apoio.

Agradeço aos professores da minha graduação e pós-graduação pelas aulas, debates e formação para além da academia, foram grandes os ensinamentos durante este tempo, pude amadurecer a visão sobre variados assuntos e, principalmente, me reconhecer e entender os espaços e frentes onde se é frutífero atuar. Em especial agradeço a professora Regina Weber pela paciência durante este processo, e aos demais membros da banca, Prof<sup>a</sup>. Fernanda, Prof<sup>o</sup>. Caiuá e Prof<sup>o</sup>. Rodrigo, professores pelos quais tenho muita admiração, tanto pelos seus trabalhos quanto pelas suas atuações, minha profunda gratidão.

Aos meus amigos e colegas que acompanharam e muitas vezes compartilharam de momentos felizes e de sufoco, meu agradecimento sincero! Pessoas como Patrícia, Vera, Ana Lúcia, Ana Vicente, Ângela, Michele, Allan, Marcel, foram uma rede onde sempre encontrei amparo para dividir anseios e alegrias. Aos meus colegas de Colégio de Aplicação, Eduardo, Maila, Júlia, e ao Prof<sup>o</sup>. Vanderlei, agradeço a parceria, os incentivos e os encontros que promoveram muitas ideias boas!

Minha profunda consideração e agradecimento às mulheres que compõem este trabalho, D<sup>a</sup>. Erci, D<sup>a</sup>. Eva, D<sup>a</sup> Maria, D<sup>a</sup>. Silvia, sem o acolhimento e atenção de vocês nada disto seria possível, alimento profundo carinho por vocês e suas famílias, e zelo por esta relação construída na confiança e no cuidado.

Agradeço e peço licença aos meus guias, santos, deuses e orixás, que me dão proteção e coragem, permitindo concluir uma etapa desta caminhada, que embora dificultosa em muitos sentidos, proporcionou um amadurecimento e aprendizado constante, nunca deixando o desânimo se instaurar no meu ser.

## **RESUMO**

Este trabalho tem como base as memórias e as narrativas de quatro mulheres negras sobre um território conhecido como Vila África na cidade de Taquara – RS. A partir destas trajetórias femininas vamos conhecer parte de uma outra história, pouco evidenciada na identidade deste município, a qual se ancora na trajetória de imigrantes germânicos na construção de suas referências. A Vila África existiu na década de 1960 se configurando enquanto um território que era composto por uma não-homogeneidade de grupos étnico-raciais subalternizados; no entanto a pesquisa se atenta a perceber este lugar enquanto um território negro o qual, com a interferência da construção da ERS-115 na região, precisou ser redimensionado a partir de seus indivíduos. Neste sentido, busca investigar, partindo da experiência feminina negra, os significados e sentidos atribuídos a este território vivo e presente atualmente.

Palavras – chave: Mulheres Negras, Territorialidade, Racialização, Memória. Afeto.

## **ABSTRACT**

This work is based on the memories and narratives of four black women about a territory known as Vila África in the city of Taquara - RS. From these female trajectories, we will know part of another story, little evidenced in the identity of this municipality, which is anchored in the trajectory of Germanic immigrants in the construction of their references. Vila África existed in the 1960s, configuring itself as a territory that was composed of a non-homogeneity of subalternized ethnic-racial groups; however, the research is attentive to perceiving this place as a black territory which, with the interference of the construction of the ERS-115 in the region, needed to be resized from its individuals. In this sense, it seeks to investigate, starting from the black female experience, the meanings and senses attributed to this living and present territory today.

Keywords: Black Women, Territoriality, Racialization, Memory. Affection.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Foto da rua Miguel Bauer com atual pavimentação, sentido centro-bairro...	26
FIGURA 2: Foto da Dona Silvia Regina Gonçalves.....	27
FIGURA 3: Foto da Dona Otília Francisca da Silva.....	28
FIGURA 4: Foto da família materna de D. Erci Francisca da Silva.....	28
FIGURA 5: Foto de Dona Erci Francisca da Silva.....	29
FIGURA 6: Foto de Dona Eva Bento no aniversário de 60 anos.....	30
FIGURA 7: Foto de Dona Maria Irconita Pacheco.....	31
FIGURA 8: Foto de Dona Silvia Regina cuidando das plantas.....	59
FIGURA 9: Foto da antiga ferroviária de Taquara.....	66
FIGURA 10: Foto da casa de Umbanda Pai Xangô de Dona Maria Irconita.....	82
FIGURA 11: Foto interna do altar da casa de Umbanda.....	83
FIGURA 12: Foto da rua Miguel Bauer bairro – centro.....	84
FIGURA 13: Foto da frente da casa de Dona Erci Francisca.....	85
FIGURA 14: Foto da casa de Umbanda Pai Ogum de Dona Erci Francisca.....	85
FIGURA 15: Foto de Dona Maria Irconita Princesa Flor do Sul.....	116

## SUMÁRIO

Agradecimentos .....	5
RESUMO .....	6
ABSTRACT.....	7
LISTA DE FIGURAS.....	8
SUMÁRIO.....	9
INTRODUÇÃO .....	10
Capítulo 1: D. Maria Irconita: “ERAM TUDO NEGRO E ERA TUDO GENTE DA MINHA FAMÍLIA, LÁ DE MONTENEGRO!”: NARRATIVAS COMPLEMENTARES, MEMÓRIAS DE UM TERRITÓRIO E OS CONTORNOS DA RACIALIZAÇÃO. ....	40
1. 1 Taquara na lógica da imigração e progresso .....	40
1.2 “A minha mãe e meu pai foram os primeiros a arrumar lugar para morar!”: família, deslocamentos e trajetórias significadas .....	49
1.3 A Vila África e seus deslocamentos: “Então a gente foi se debandando...” .....	60
1.3.1 A rua Pinheiro Machado e Miguel Bauer .....	70
1.4 “Minha fé é inquebrantável!” - A rua Pinheiro Machado: território de fé .....	73
1.5 A rua Miguel Bauer: “Não tinha nada quando nós viemos!” .....	83
1.5.1 Ah, tu mora lá na África? A África! Eu venho de lá pra cá é África, né! A rua Miguel Bauer: Vila África, presente?! .....	88
Capítulo 2: TRABALHO E LAZER NOS VALES DO RIO DOS SINOS E PARANHANA NA PERSPECTIVA DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS .....	94
2.1 “Se contar, ninguém acredita!” Significando lugares no mundo .....	94
2.2 “Mas mesmo assim, no serviço pra trabalhar, a gente passava trabalho!” Dialogando com gênero, raça e classe a partir das narrativas.....	104
2.3 Sociedade bailante Flor do Sul: memórias e territorialidade negra para além das fontes impressas.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	122
ANEXOS .....	133

## INTRODUÇÃO

O cenário inicial desta escrita remete ao ano de 2007, na cidade de Taquara – RS, precisamente à Escola Estadual de Ensino Fundamental Rodolfo von Ihering, instituição centenária e ainda atuante na área educacional do município. Nos meses de maio e junho deste referido ano, ocorreu o processo eleitoral para a direção do educandário, havendo duas chapas que concorriam pelo cargo, sendo a primeira composta por a “situação” ou seja, daria continuidade a gestão que já estava na posição de diretoria, e a segunda chapa, em oposição, composta e construída a partir de uma demanda da comunidade escolar, onde na figura da agente de manutenção, mais conhecida como auxiliar de serviços gerais, representava a segunda opção de voto para o pleito eleitoral.

Dentro deste contexto, por se tratar de uma escola tradicional dentro da cidade, houve diversos questionamentos em torno da representação da segunda chapa, pois pela primeira vez na história da instituição, se proporcionou um espaço para debates e apresentação de projetos, o que deixava mais evidente, a disparidade de posições dentro da organização administrativa da escola, ressaltando também as noções dos envolvidos neste processo, pais, alunos e professores, dentro do que se pode nomear de distinções de classes sociais. Ora! Uma “tia da limpeza” estava concorrendo ao maior cargo dentro da instituição de ensino básico, lugar este que se localizava no centro da cidade, atendendo as famílias residentes próximas, uma instituição que ao longo dos seus 90 anos na época, havia proporcionado aos seus alunos, aulas de francês, boas maneiras e etc. Ao que parece, dado às circunstâncias, sua representatividade enquanto instituição de excelência estava correndo riscos, pois a repercussão da disputa eleitoral havia tomado as páginas de jornais e ocupado espaço em vários setores da sociedade taquarense. Esta inusitada candidatura amparava-se no fato da funcionária ter formação em pedagogia, o que a tornava apta a pleitear a vaga pelas normas vigentes.

Como se sabe, dentro dos espaços educativos, ocorre vários processos dentro da formação cidadã. A escola é um lugar onde as diferenças e as pluralidades ficam evidentes no convívio diário, também é um espaço onde se tem a oportunidade de construir o respeito e a interação e/ou salientar e reforçar as intolerâncias e as violências. Autores como Pedro Demo (1993) destacam o papel da escola na formação de indivíduos construtores de conhecimento e capazes de fazer escolhas alicerçadas nas autonomias individuais e coletivas, dentro e fora do ambiente escolar, proporcionando aos educandos o

desenvolvimento de suas capacidades plenas. Portanto, este contexto que está sendo relatado traz as dimensões que estavam postas na escola Rodolfo, como é conhecida, que destacam um processo eleitoral permeado por distinções entre categorias forjadas dentro da escola, tendo suas representações refletidas nas composições das chapas, sendo a primeira apoiada por um contingente de professores e pais de alunos e a segunda para além de professores, pais e alunos, havia uma grande adesão entre os demais funcionários que compunham o espaço escolar.

#### Educandário taquarense está sob nova direção

Desde o dia 21 de junho, a escola Rodolfo von Ihering está sob novo comando. Liliana Francisca Naressi Lopes, 32 anos, é a nova diretora. Como vice no turno da manhã e da tarde, permaneceram, respectivamente, Vera Maria Hollweg e Fernanda Aline Schilling. No turno da noite, assumiu o cargo de vice – diretora Ana Lúcia Rodrigues da Silva.

Algumas das metas da nova diretora são manter o diálogo com a comunidade escolar, tendo em vista a qualificação da educação; trabalhar em conjunto com o conselho escolar; aplicar os preceitos de uma verdadeira democracia, propiciando um espaço de inclusão, respeito às diferenças e aos diferentes saberes. Também pretende-se que as decisões pedagógicas e administrativas sejam tomadas coletivamente. Conforme Liliana, houve uma nova eleição na escola, pois a ex-diretora, Regina Bernadete Jung Muller se aposentou. Alunos, professores, pais de alunos e funcionários participaram do processo,

Reportagem do jornal Panorama, 03/08/2007

A nova gestão escolar dispunha de um plano de ação voltado para a integração e para o diálogo com a comunidade da instituição, as propostas que fizeram a chapa dois assumir o cargo estavam em torno de uma participação efetiva de todos da escola. Isso em primeiro momento, desacomodou e desagradou alguns setores internos, muitas famílias, inclusive, transferiram seus filhos para outras escolas, pois o fato de neste momento a escola estar sendo gerida por uma “servente” (como se referiam na época) acabava por colocar em dúvida a qualidade do ensino oferecido pela instituição. As relações entre estes acontecimentos e a presente dissertação ficarão claras ao longo da narrativa.

As vagas que abriram em consequência deste movimento feito por algumas famílias vinculadas à escola, oportunizou para outras famílias que residiam em regiões próximas a escola, a matrícula dos seus filhos na escola Rodolfo. Muito destes alunos que procuravam vagas na escola do centro provinham de famílias de classes populares, sendo famílias compostas por pessoas negras, onde seus pais, em grande parte dos casos, trabalhavam no centro da cidade, o que facilitava muitas questões que vão desde a viabilidade de

locomoção para deixar os filhos na escola até o acompanhamento e participação efetiva das famílias na rotina escolar.

A escola Rodolfo passou a ser composta por uma multiplicidade de educandos que provinham de diversos lugares da cidade, seu funcionamento durante este período ocupavam os três turnos do dia, sendo o turno da noite direcionado para o EJA – Educação para Jovens e Adultos, onde muitas vezes, pais de alunos que estudavam no diurno, frequentavam a instituição à noite para concluir seus estudos do ensino fundamental. As verbas que eram destinadas para a manutenção da infraestrutura muitas vezes não eram suficientes para manter os espaços, levando a gestão escolar adotar como alternativa necessária o fortalecimento da participação das famílias, a organização do CE – Conselho Escolar, na preservação do patrimônio da escola. Muitas atividades foram organizadas a partir desta participação efetiva das famílias dos alunos e dos próprios, na reparação dos espaços coletivos do educandário.

## Mutirão da Solidariedade na Escola

LUAN OTT - Confraternização, força de vontade e atitude. O Dia da Solidariedade, comemorado no último sábado, 17, leva todo ano pessoas a promoverem ações para o bem comum da comunidade. Não podia ser de maneira diferente na Escola Estadual de Ensino Fundamental Rodolfo Von Ihering, em Taquara, que abriu suas portas no final de semana para receber dezenas de voluntários do Conselho Escolar, que juntos ajudaram a fazer pequenas, porém significantes reformas no ambiente escolar.

Pais, professores, diretoria, funcionários e até mesmo alunos formaram um mutirão em prol da escola, que completa 90 anos em junho, realizando serviços de soldagem, eletrificação, jardinagem, limpeza, conserto de portas e fechaduras, pintura, reparos na quadra de esporte, entre outras atividades diversas.

"A união faz a força. Nada se consegue nada sem empenho. Temos que fazer alguma coisa pelos jovens" explica Ênio José Vingert, 47 anos, metalúrgico e avô de Jean Victor Kirsch, 9 anos, que estuda no colégio.

O serralheiro Paulo César Martins, 32 anos, pai de um aluno, ressalta que o movimento deveria contagiar outras entidades. "É im-

portante (o auxílio da comunidade). Seria bom se os outros colégios também tivessem essa iniciativa".

Também se solidarizando com a causa, diversos comerciantes do município apoiaram a solenidade, tanto com recursos financeiros como doação de diversos tipos de materiais, através da busca de uma Comissão formada no centro educacional para recolher fundos.

Conhecendo de perto a realidade com que as escolas sofrem com a falta de ajuda do Estado (que deveria ser o responsável pelos reparos necessários), o presidente do Conselho Escolar, Lorival da Rosa, comemora a ação da comunidade. "A gente pode até ficar esperando pelo Estado, mas como ele não faz (suas obrigações com os consertos), vamos fazer a nossa parte".

Cerca de 30 pais confirmaram presença antecipadamente para oferecer sua mão-de-obra em uma reunião promovida pelo corpo docente do educandário, mas o que se viu foi um fluxo muito maior de pessoas no local, prestando seus serviços e trazendo suas próprias ferramentas para proporcionar um



melhor ambiente de ensino aos seus filhos.

"É a escola do meu filho e me ofereci para fazer parte do conselho escolar. Já estávamos com essa atividade em mente, aí escolhemos o Dia da Solidariedade" ressalta Isabel Vargas, diretora geral da Assistência Social.

Primeira a chegar, a diretora da Escola, Liliana Francisca Naressi, salienta que o movimento serviu também de oportunidade para conhecer os pais dos estudantes.

De acordo com o Conselho Escolar do colégio, essa foi a primeira de diversas outras ações a serem promovidas pela instituição. "Esse é o início da nossa atividade para trazer os pais para dentro da realidade escolar e para poderem contribuir" estima Liliana.



Liliana e Lorival. A comunidade precisa fazer a sua parte

Jornal A Semana ANO II – Nº35 – 21 de maio de 2008.

Na reportagem acima, podemos perceber as profissões que os pais dos alunos da escola Rodolfo exerciam as quais os capacitavam a auxiliar na manutenção da escola, e percebe-se também um sentimento de pertencimento e cuidado com os bens úteis da instituição e uma ampla participação da comunidade escolar, já que os governos em voga na época estavam diminuindo os repasses de verbas para as instituições públicas de ensino,

fazendo com que estas iniciativas autônomas fossem mais que necessárias para a garantia de uma estrutura que possibilitasse o aprendizado e o bem - estar em todos os sentidos.

Mudanças significativas ocorreram ao longo dos anos desta gestão, muitos desafios também se apresentaram, como a superlotação das turmas do ensino fundamental na rede estadual de ensino, juntamente com a falta de professores nas escolas de toda a região do Vale do Paranhana, e, por este motivo, o período exigiu mobilizações e esforços para que fossem asseguradas e ampliadas as turmas do ensino básico, que estavam sob constante ameaça de precarização e sucateamento.

As mudanças ocorridas após as eleições do ano de 2007 na escola, assumida por nova gestão, trouxeram dinâmicas que talvez não fossem postas em prática em outros contextos. Para pensadores inspiradores como Freire (2005) isso também pode demonstrar as relações entre opressor e oprimido, e o quanto a tomada de consciência se faz necessária neste ambiente que é composto por uma multiplicidade de realidades, uma vez que a educação tem como base o diálogo, possibilidades outras se apresentam como uma alternativa de emancipação e coletividade dentro deste ambiente. Trazemos para exemplificar esta colocação, outra atividade proposta pelo educandário, envolvendo o comprometimento da comunidade escolar:

#### **Alimentação foi tema de evento na escola Rodolfo**

Na manhã do último sábado, ocorreu na escola Rodolfo von Ihering de Taquara a 3º Mostra Disciplinar do educandário. O enfoque da atividade, que integrou a programação farroupilha da instituição de ensino, foi a alimentação.

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) prepararam pão de centeio, de aveia, sovado e pizza, que puderam ser degustados pelos visitantes. Já os alunos do 1º e 3º ano do ensino fundamental fizeram trabalhos artísticos de frutas e alimentos saudáveis em papel crepom. Além disso, foram abordados no evento os conteúdos trabalhados até agora pelas turmas de primeira a quarta série. Entre os temas constam as lendas do folclore, confecção de livros sobre a gripe A, brinquedos antigos (resgatando a história dos mesmos e incentivando a troca de experiências com os pais), trabalhos com tangran – uma técnica chinesa para compor objetos utilizando peças geométricas, entre outros.

[...]Ainda na manhã do sábado, no salão do museu [museu do gaúcho], os alunos apresentaram um teatro sobre a história “Um certo capitão Rodrigo”, de Érico Veríssimo, e algumas danças tradicionalistas. No final da manhã, foi servido um carreteiro com salada.



Jornal Panorama, 25 de setembro de 2009

As instituições de ensino apresentam para além deste espaço de interação formadora, um espaço permeado de conflitos e reprodução de mecanismos opressivos e excludentes. Há várias pesquisas e autores que colocam esta outra face do ambiente escolar em questionamento e desconforto, justamente por serem instituições que reproduzem uma estrutura que ao mesmo tempo reforça e naturaliza uma série de desigualdades sociais. Portanto, dentro deste contexto que está sendo aqui relatado, também temos casos envolvendo atritos e discriminação, que revelam um espaço de educação permeado por reflexos estruturais de nossa sociedade, como é o caso do racismo.

Para Almeida (2018) o racismo constitui nossa sociedade e nossas relações com padrões de normalidade, o que leva a ações conscientes e inconscientes de indivíduos, sendo um fenômeno que produz e é produzido por eles, estando estreitamente relacionado aos processos das condições políticas, econômicas e educacionais. A escola e a educação, para o referido autor, têm o papel de colocar as coisas e pessoas em ordem, ou seja, no seu devido “lugar”, o ambiente escolar passa a ser, para as pessoas negras, o primeiro lugar onde acontecem as demarcações raciais, de uma forma imposta e violenta, crianças se deparam com a face cruel da educação.

Foi no dia 12 de novembro de 2009, no último ano da gestão eleita há dois anos, que ocorreu um caso de agressão verbal e de discriminação racial proferido por uma professora da escola Rodolfo e uma aluna filha da mesma professora. Como não se tem a autorização para a reprodução dos nomes originais, adotarei nomes fictícios para discorrer sobre o fato, porém este caso encontra-se registrado e documentado no ministério público, no conselho tutelar e inclusive na época, tomou repercussão na rádio da cidade.

A injúria partiu da Prof<sup>ra</sup>. Sabrina, que ao se deparar com o sumiço de dez reais de um aluno da sala, acusou seu único aluno negro, Fernando, de ter furtado a quantia, sem

provas, e ela ainda, na presença da turma, disse que: “só poderia ser ele o autor da subtração, porque negro tem tendência a ser ladrão”. Dias depois, sua filha Eduarda e colega de Fernando, o insultou dizendo que ela e sua mãe não gostavam de pessoas negras. Após a ciência da direção da escola, todas as medidas cabíveis foram acionadas, fora registrado boletim de ocorrência, o juizado da comarca do direito da criança e do adolescente também fora mobilizada a fim de tomar as medidas de afastamento e enquadramento jurídico da professora envolvida, tendo como amparo a lei 8.069 do ECA. A mãe de Fernando, juntamente com outros pais, recorreu aos meios de comunicação no esforço de expor o caso e exigir dos órgãos responsáveis atitudes pertinentes ao acontecido, apoiaram incondicionalmente a direção da escola em todas as suas ações.

Após a convocatória para depoimentos nos órgãos responsáveis, a professora Sabrina apresentou um atestado médico alegando que sua filha detinha problemas psicológicos, enquanto ela, após alegar que tudo não passava de um mal entendido e ter apoio em pessoas que asseguravam sua integridade enquanto professora, alimentou a dúvida sobre o fato, fazendo com que de imediato, poucas medidas fossem possíveis de ser aplicadas no sentido de reparos e responsabilidade jurídica. Alguns meses depois, a mãe de Fernando retira a queixa e muda-se para outra cidade.

São episódios como este que aconteceu entre as paredes da escola Rodolfo que evidenciam o quanto que os casos de racismo são perpassados pelas relações de poder, além disso, no ambiente escolar, estas relações se destacam justamente porque é o espaço onde os sujeitos constroem suas identidades e subjetividades diante de si e de outros. Para Gomes (1996), a escola é um espaço sócio-cultural onde convivem os conflitos e as contradições, o racismo, a discriminação racial e de gênero, fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileira, estando presente nas relações internas das instituições de educação.

Portanto, apesar de haver uma mobilização de pais e da direção educacional, o caso não teve um desfecho que trouxesse um amparo legal, ao menos, para a criança e sua família. Trazer para a parte introdutória desta pesquisa este acontecimento, diz muito sobre as intenções deste projeto e suas finalidades, pois foi a partir desta situação que alguns elementos se reconfiguraram dentro e fora da escola. O grupo de pais que somaram forças para ir à rádio local e principalmente, dialogar com a direção da escola, provinham de um bairro da cidade de Taquara, conhecido como “Vila-África”, lugar este que situa-se a uma distância intermediária da escola Rodolfo, e na qual as famílias, após a ocasião da troca de

gestão em 2007, matricularam seus filhos por diversos motivos, e, sendo esta uma escola estadual, podemos supor que para além das vagas disponíveis, estas famílias buscavam uma educação de qualidade e uma boa referência dentro desta escola.

O que de fato ao longo destes anos ocorreu dentro das possibilidades e realidades enfrentadas pelas instituições públicas de educação, e que também, não isentou de que casos como este de discriminação, viessem à tona em uma gestão que estava disposta a dialogar e construir algo com participação efetiva da comunidade escolar. Escolhi evidenciar este episódio infeliz, não somente para retratar as primeiras experiências de crianças negras dentro do espaço escolar, pois se compreende que reduzir suas vidas a estas ações violentas é estar agindo de uma maneira perversa na reprodução destes mesmos mecanismos. O destaque está em torno das sucessões deste caso, que levaram a uma intensa mobilização da presença de pais na escola, sobretudo de mães e avós de alunos que, diante do ocorrido, construíram uma rede de apoio entre si e em conjunto com a direção da escola, para que casos como este não se repetissem.

Anos mais tarde, já distante deste contexto e provocada pela memória, pergunto à ex-diretora da escola Rodolfo, minha mãe, sobre a experiência de gerir uma instituição de ensino e os desafios que emergem deste lugar: “foram tempos difíceis e de constantes aprendizados e renúncias, mas sobretudo um período de grande fortalecimento das relações que ali se iniciaram e ultrapassaram os muros da escola”, assim disse. Nos idos do ano de 2017, após a graduação - onde tive contato com as atividades de pesquisa, principalmente envolvendo a história social do negro no Brasil junto ao laboratório LAHISP – Unipampa, na cidade de Jaguarão – surge o questionamento sobre este passado que de uma forma diferente, atravessou minha experiência de vida, provocando uma curiosidade inicial sobre o que era e quem eram as pessoas desta “Vila – África” que residiam em Taquara e que parte de seus moradores estudaram na escola Rodolfo.

A partir de então tendo como mediadora minha mãe, Liliana, sou apresentada a algumas famílias desta localidade, me aproximando ao passo que frequento suas casas, sendo muito bem recebida e tendo como referência inicial por parte destas famílias, ser filha da ex-diretora da escola Rodolfo, lugar onde seus filhos e muitos de seus pais e mães concluíram o ensino fundamental. Diante disto, não obtive grandes dificuldades em garantir a relação de confiança, troca e conversa com os moradores, as indagações iniciais permeavam o processo de desenvolvimento deste lugar junto a seu nome, a curiosidade

estava em torno dos vínculos construídos por estas famílias junto ao lugar onde residem, às suas experiências enquanto pessoas negras, em uma região de imigração alemã.

Foi a partir de conversas e posteriormente de entrevistas sobre suas histórias de vida, que foi elaborado esta pesquisa, no esforço de registrar suas histórias e percebê-las como trajetórias potentes, que se deram na alteridade, e que, no entanto, não se reduzem a somente a isso, suas experiências são complexas, e possibilita adentrar por outras visões diante do mundo e da vida, significados outros são construídos ao longo do tempo e que, estando presentes em suas memórias e reverberados em suas narrativas, permitem perceber uma cidade composta pela diversidade étnica-racial, racializada<sup>1</sup> em suas relações e espaços, mas principalmente, preenchida por pessoas que trazem consigo formas de vida que representam as dinâmicas de um dado local, contribuindo para o retecer de histórias e presenças, que se fazem importantes para perceber questões atreladas às suas trajetórias, seus limites e diálogos.

\*  
\*\*

Para adentrarmos sobre os significados da racialização, lanço mão da pesquisa sobre a “Abolição e cidadania negra no Brasil” (2009), da historiadora Wlamyra de Albuquerque que evidencia os parâmetros de atuação de indivíduos, onde a raça, em diferentes sociedades, operou como fator determinante das relações. Ancorada na formulação do conceito pela estadunidense Barbara Fields, a historiadora apoia-se neste termo o definindo e compreendendo como uma disputa definida pelos sujeitos em um dado momento histórico, portanto sempre refletindo seu contexto e em constante construção. Os aspectos que definiam a noção de raça foram estruturados durante o passar dos séculos, apontando seus princípios para expansão europeia no século XV, mas foi no XIX que encontraram aportes para se firmar enquanto um campo científico.

No Brasil temos as teorias raciais sustentando instituições que refletiam e aplicavam estas ideias - presentes primeira literatura, seguido pela criação de espaços destinados a estudar profundamente as características físicas, biológicas e culturais que sustentam as teorias raciais - onde encontram nas faculdades de direito e medicina o meio de reprodução

---

<sup>1</sup> A definição de racialização tem múltiplas concepções, sua definição está em torno do acionamento de atribuições de critérios raciais a um objeto. Também naturaliza e perpetua desigualdades. Sobre os processos de racialização, eles diferem e estão à mercê do contexto ao qual os indivíduos estão inseridos, está vinculado a ideia de raça no sentido sociológico, ou seja, como construção social que pode ser atribuído ou acionado pelos sujeitos, tendo um papel fundamental para se entender as relações, os discursos e o imaginário, possuindo relevância política e sendo disputado ao longo do tempo. Ver mais em: GUIMARÃES, 1999; QUIJANO, 2007; ALBUQUERQUE, 2009.

das teses dos “homens de ciencia”. (SCHWARCZ, 1993). Com intuito de hierarquizar as diferenças e definir o teor de humanidade entre os indivíduos, estes homens encontravam na definição das raças um argumento para manter seus privilégios, calcados na crença da inferioridade de indivíduos negros e colocando seus legados culturais diante das definições de civilidade, acabando por criar uma noção evolutiva de seres humanos, argumento que no contexto justificava, sobretudo, a exploração destes povos.

Para Guimarães (1999), o conceito de raça não faz sentido se não dentro de uma teoria racialista que deve ser creditada a construções socioculturais eficazes para construir, manter e reproduzir privilégios e diferenças, as quais não são escolhidos pelos sujeitos, mas são assumidos por eles. Portanto perceber as formas de compreensão e acionamento desta categoria no decorrer dos tempos, seus sujeitos, suas definições e utilizações, fazem ampliar as formas e possibilidades de protagonismo negro em um contexto que até pouco tempo atrás não evidenciava estes feitos.

Esta pesquisa almeja compreender e contribuir com estas novas abordagens e visões sobre a sociedade, sobretudo ao que se refere a História Social da população negra no Brasil e suas múltiplas trajetórias, tendo como intenção a valorização individual e coletiva, mas principalmente, preenchimento das narrativas e a escrita da história com gente, pessoas comuns, homens e mulheres que através de suas vivências nos trazem suas estratégias para (re)existir e preservar seus laços de afetos, seus valores culturais e suas percepções de mundo no decorrer do tempo.

Estes objetivos advém e estão incluídos num campo de estudos recente, formalizado em 2013, o qual objetiva extrapolar a temporalidade do 13 de maio de 1888. O pós – abolição, visa perceber as trajetórias de sujeitos negros, sejam eles pessoas comuns ou figuras públicas, organizados de forma individual e/ou coletiva, tendo por propósito o protagonismo desta população que há muito tempo, na historiografia, eram retratados somente pelo viés da escravidão, buscando também observar como que as ações de negros e negros contribuíram para o fim deste regime no Brasil e nas Américas<sup>2</sup>.

Mesmo que, no que se refere ao uso das fontes, ainda exista uma grande dificuldade

---

<sup>2</sup> O campo de estudos que envolve o pós – abolição antecede a criação do GT Emancipações e Pós- abolição, da Associação Nacional de História (ANPUH) no ano de 2013, porém, com a formalização do grupo, vem crescendo o número de pesquisas que buscam observar as agências negras tanto no mundo da escravidão bem como a partir do 13 de maio de 1888. Sobre o manifesto do referido GT, ver: <https://emancipacoesposabolicao.wordpress.com/manifesto-de-fundacao/>. A Publicação que se tornou referência para este campo de estudos é intitulado: O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. RIOS E MATTOS, 2004.

em sua localização e preservação dentro das instituições de arquivos, as pesquisas dentro deste campo contam com uma alternativa potente: a história oral como uma grande aliada das investigações sobre o passado, e que também possibilita adentrar em esferas não acionadas quando lidamos com documentos, nos revelando faces que enriquecem as pesquisas, pois versam sobre a subjetividade, sensibilidade e um fazer a partir da memória.

Entendendo a memória como uma ferramenta que envolve as disputas sobre o passado e que dá sentido político às percepções dos sujeitos, filio-me ao conceito sócio-histórico de Pollak (1989), para definir a memória enquanto um campo de poder e disputas na construção de referenciais do passado. O autor busca assentar sua ideia no que Halbwachs (1968), denomina como memória coletiva, sendo este resultado de negociações travadas entre o individual e o coletivo, mas que, no entanto, visa:

[...]os processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à 'memória oficial', no caso a memória nacional. (Pollak, 1989p.4).

A inserção da História Oral como possibilidade de fonte apresenta uma gama de caminhos, para além daqueles registros convencionais em que pesquisadores se debruçam a fim de interpretar o passado. Introduzida no Brasil em meados da década de 1970 e amplamente aceita por volta de 1990, esta metodologia propõe a interdisciplinaridade como aliada, compreendendo a memória e a construção de referenciais do passado a partir de seus indivíduos:

A história oral é uma história do tempo presente, pois implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral. Nesta medida, a história oral não só oferece uma mudança para o conceito de História, mas, mais do que isto, ela garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a sequência histórica e a sentirem-se parte do contexto em que vivem. (Bom Meihy, 1996 p.09)

Portanto cabe aqui ressaltar sua importância para a elaboração deste trabalho, visto que ele conta como fonte principal as entrevistas realizadas ao longo dos anos de 2017 – 2019. Direcionando-nos para uma outra história possível, repleta por pessoas e suas vivências dentro de um dado recorte temporal e apontando para as diversas possibilidades de interpretação e análise do passado.

A oralidade se faz fundamental para pensarmos nas continuidades e descontinuidades das culturas negras da diáspora, dando o suporte para a persistência e

difusão da memória, com intuito de preservar, referenciar e manifestar seus ancestrais e suas identidades (CAMPOS, 2018). A memória por si também se torna um constante espaço de disputas e tentativas de reforço de pertencimentos e coletividades, que se tornam ainda mais presentes quando tratamos das tradições orais como um legado da cultura Africana:

Podemos até mesmo afirmar que, assim como na África, a tradição oral difunde o conhecimento entre as gerações também no Brasil. Os conhecimentos transmitidos de pais para filhos, por exemplo, se baseiam na oralidade e se concretiza pelo valor da palavra e pelo respaldo que o transmissor tem, pelo que este representa. Ouvir um mais velho é sinônimo de respeito e de valorização da sua fala, isto repercute entre os africanos e os afro-brasileiros [...] A escuta do outro consagra as relações e constituem uma cadeia de entendimentos que fortifica a ligação e o envolvimento entre as partes. (Santos Filho; Alves; 2017 p.51)

Um dos primeiros trabalhos relacionados com a memória, oralidade e história negra foi elaborado a partir do núcleo de pesquisa e acervo oral da Universidade Federal Fluminense, onde historiadoras como Hebe Mattos e Ana Lugão Rios fizeram das “Memórias do Cativo” uma referência para se pensar as rupturas e continuidades quedescentes de escravizados localizados em áreas rurais de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo traziam em suas narrativas a respeito da escravidão<sup>3</sup>.

Outra pesquisa de importante destaque, agora voltando-se para o Rio Grande do Sul, traz questões relacionadas a organização de famílias, ascensão e sociabilidade negra em Porto Alegre. Barcellos (1996) em sua dissertação insere a temática negra neste universo das pesquisas que visam contribuir e romper com as abordagens tradicionais de seu tempo/contexto. Mais recentemente, tratando sobre questões relativas a laços de parentesco, Weimer (2013), faz um levantamento histórico e antropológico para perceber o estabelecimento das redes familiares de “A gente de Felisberta”, na cidade de Osório e Maquiné, na região que corresponde ao Morro Alto. Sua pesquisa foi direcionada para a questão que envolve territórios negros na zona rural, porém a partir desta leitura podemos compreender o quão complexo se apresentam as construções das relações e das noções de raça, racialidade e racismo com o passar do tempo<sup>4</sup>.

A presente pesquisa fundamenta-se sobretudo nestas referências, visando contribuir para um campo de estudos ainda recente, mas que, no entanto, apresenta-se muito pleno de

---

<sup>3</sup> O projeto resultou também no filme documentário “Memórias do Cativo” (direção acadêmica Hebe Mattos e Martha Abreu; direção e montagem: Guilherme Fernandes e Isabel Castro), produto cultural sem fins lucrativos produzido pelo LABHOI com apoio do CNPq e da FAPERJ. Para saber mais acessar: <http://www.labhoi.uff.br/narrativas/home>

<sup>4</sup> São vários os estudos que abordam a temática negra no RS, desde a década de 1990 com o intuito de evidenciar outras experiências no campo das ciências sociais, colaborando com novos questionamentos e abordagens, estando comprometidos em evidenciar os protagonismos, individuais e coletivos de homens e mulheres negros. Ver mais em: MOREIRA (1993); LONER (1996); XAVIER (2007);

possibilidades e indagações perante seus sujeitos e suas vivências, buscando para além de referenciar e respeitar suas trajetórias, incluir suas presenças: Erci Francisca da Silva, Maria Irconita Pacheco, Eva Rodrigues Bento e Silvia Regina Gonçalves, são mulheres que contam suas histórias e de suas ancestrais também, acionam a memória percorrendo sobre o tempo e o espaço, trazendo consigo vivências e sentimentos em comum partilhados.

Neste sentido busco de forma comprometida e interessada escrever sobre questões do século XX que ainda estão muito atuais, principalmente quando essas questões se referem as novas formas de pensar e perceber as articulações que a população negra acionou frente a uma sociedade pautada nas relações de desigualdades sociais e raciais. Perceber que as questões que envolvem o acesso a direitos básicos de cidadania e existência perpassam pelos tensionamentos exercidos pelos distintos grupos sociais, oportunizando o reconhecimento de privilégios, e, para além disto, provocando uma nova postura, assumindo um compromisso intelectual enquanto pesquisadora.

O município de Taquara situa-se em uma região conhecida como Vale do Paranhana, próxima a capital gaúcha e as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo, locais estes que remontam suas origens enquanto freguesia/colônia fundada ainda no século XIX, sendo uma das referências quando tratamos da história da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Em artigo intitulado: “Povoamento pioneiro das Terras do Mundo Novo”, Dóris Rejane Fernandes inclui o Vale do Paranhana como espaço de disputas e de investimentos de particulares, visto que a região fornecia sua produção à capital da província na época (FERNANDES,2008). Importante situar o contexto no qual estas localidades emergem, visto que ao aproximar-se do final do século XIX muitas discussões políticas estavam em pauta, envolvendo, dentre os mais diversos assuntos, o fim da monarquia e o surgimento de uma República. Para tanto, intelectuais, políticos e ademais setores da elite nacional preocupavam-se com os rumos e o caráter a ser adotado diante desta nova estrutura.

O ideal republicano visava corresponder aos princípios do nacionalismo, onde se tem uma comunidade imaginada, “mais que inventadas, as nações são imaginadas, no sentido de que fazem sentido para a alma e constituem objetos de desejos e projeções” (ANDERSON, 1989). Almejava-se, portanto, o desenvolvimento de uma definição que contemplasse o sentimento de coesão nacional. Foi neste processo que, com a necessidade de criar uma ideia de “nação”, buscavam-se símbolos que representassem um sentimento

comum partilhado, de pertencimento e identidade nacional entre e para a população brasileira. Este movimento tinha como objetivo consolidar uma percepção de unidade através dos mitos, heróis, bandeiras, dentre outras representações elencadas pela elite política (CARVALHO, 1990).

Ao mesmo tempo em que buscavam alternativas para forjar uma nação, outras preocupações se faziam constantes para esta pequena parcela de administradores: a população negra, que se encontrava em maioria neste cenário imaginado da “nova” política, representava um obstáculo a ser suplantado, carregavam consigo a lógica imposta pelos ideais racistas da época, onde suas presenças mobilizavam, para além das teorias, práticas políticas com a finalidade de assolar o problema racial imposto pelo fim da escravidão.

As mudanças deste contexto pouco incluiu a população negra, muito pelo contrário. Foi com o advento da República que muitas mobilizações negras surgiram no intuito de assegurar direitos e garantir a liberdade em suas práticas cotidianas. Durante este período houveram as mais diversas estratégias de resistência por parte desta população, onde a apropriação da raça foi um elemento de organização, mobilização e determinante para as reivindicações políticas diante de um Estado que os marginalizava (DOMINGUES, 2007). Este período não garantiu ganhos materiais ou simbólicos para a população negra, inclusive insistia no sentido inverso, limitar e criar barreiras para as ações que:

[...] politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e as outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da "teoria do branqueamento"; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus. (ANDREWS, 1991 p.32).

Encontrar na imigração uma alternativa viável para atender a estas preocupações que estavam em torno do cerceamento de direitos desta população que aqui já se encontrava, e motivou com que se iniciasse ainda no Império, políticas de incentivo à vinda do contingente europeu para as terras brasileiras. Inicialmente focados na região sudeste, estas famílias de imigrantes foram aos poucos sendo inseridas em fazendas do interior de São Paulo e Rio de Janeiro, de origem espanhola e italiana, estas pessoas deram início a uma série de transformações e disputas diante do cenário que demonstrava interesse em sanar problemas de ordem econômica e cultural, mas principalmente fazer da imigração um instrumento de “civilização” (ALENCASTRO, 1997; RENAUX, 1997).

O sul do Brasil foi um dos lugares pensados - nas discussões que envolvem a

formação da República -, como adequados para a imigração europeia aportar suas famílias, assim fazendo parte de um projeto político que visava não somente sanar a falta de mão – de – obra especializada apresentada como justificativa para a não industrialização do país, mas principalmente, atribuir à população negra um problema<sup>5</sup> a ser combatido na sociedade brasileira através de políticas que tinham por objetivo dificultar a equidade de direitos e acesso da população negra aos meios dignos de sobrevivência (CARVALHO, 1990 p. 79).

Havia também um seletividade nas políticas imigratórias por parte do Estado, ponto importante saber que as definições de imigrantes estavam estreitamente alinhadas com os processos de racialização, ou seja, as políticas de fomento e imigração para estrangeiros, elaborados pelo Brasil, conforme Bosenbecker (2017), condiziam com as ideologias e discussões que remetem a classificações racializadas, a formulação de leis e regulamentações partem de percepções racistas, construídas a partir de relações sociais, definindo o desejável e o indesejável.

Dentro desta lógica incluímos também as prioridades que foram por muito tempo atendidas dentro do espaço acadêmico, onde o interesse dentro da historiografia estava voltada para o advento da imigração, pesquisando aspectos sobre o impacto destas políticas imigratórias nas relações entre o imigrante branco - europeu<sup>6</sup> e o trabalhador negro brasileiro, sem atentar-se profundamente para questões que envolviam as formas de organização desta maior parte da população<sup>7</sup>. No entanto hoje podemos nos deparar com diversas pesquisas que fazem o levantamento sobre as múltiplas formas de (re)existências negras sejam nos clubes sociais, na imprensa negra, na musicalidade, nos movimentos sociais, etc. Sendo grande parte deste aumento nas pesquisas resultante das políticas de ações afirmativas que ampliaram a diversidade dentro das Universidades e trouxeram novos interesses e prioridades nas pesquisas acadêmicas.

Incluo esta pesquisa dentro desta nova “leva” que se propõe apontar, refletir e valorizar questões que estão postas à aos estudos sobre a população negra brasileira na atualidade, tentando evidenciar a complexidade das relações, seus dilemas, desafios e

---

<sup>5</sup> Para o médico baiano o problema do Brasil estava em sua população ser em sua maioria negra, sendo que isto representava diante as teorias racistas em voga na época, um atraso e inferioridade biológica e cultural. Ver em: RODRIGUES,1982.

<sup>6</sup> Existem pesquisas que buscam compreender as relações entre imigrantes e negros nos primeiros anos da República evidenciando a forma estruturante do racismo, um dos trabalhos referentes a este tema ver em: MONSMA,2016.

<sup>7</sup> Estudos pioneiros na forma de análise das organizações e protagonismos negros no Rio Grande do Sul, estão nas pesquisas realizadas por: BARCELLOS, 1996; LONER, 1997, 2001; XAVIER,2012.

principalmente, como o racismo se constrói implicando nos lugares sociais e nas identidades.

Percebemos isso explicitamente quando em um município que atualmente conta com 54.643 habitantes, Taquara, conta com 2.766 (5,3%) de sua população autodeclarada de cor preta e 4.559 (8,4%) autodeclarada parda<sup>8</sup> tendo a representatividade deste segmento pouco visibilizada nas datas festivas e comemorações oficiais do município, que rememora em suas páginas de história o orgulho pelo imigrante branco e trabalhador, colocando a presença negra na região em uma posição menos privilegiada no sentido de muito de suas trajetórias estarem atreladas época do cativo, o que acaba por negligenciar suas trajetórias na construção social, econômica e cultural da região. Ao longo desta introdução serão abordadas as questões que envolvem a construção da identidade do colono alemão na região do Vale do Paranhana, estando presente e sendo acionada questões morais e de conduta na formação desta localidade, em detrimento da presença de outros grupos étnicos-raciais que a compõem.

Neste sentido, se faz necessário lembrar o que a escritora feminista nigeriana Chimamanda Ngozi nos alerta para os perigos de uma história única, apontando para as relações que as narrativas travam com o poder e suas disputas. Para evitar esta lógica, precisamos inserir e focar a partir de então, as muitas histórias, repletas de representatividade e diversidade, que podem e devem compor as diferentes formas da escrita de um dado local. Por isso, dentro deste mesmo ensejo, romper com a “história tradicional” requer a inversão e mudanças nas abordagens convencionais, aqui me refiro aquelas que incluem a história branca, ocidental, masculina e heterossexual, a quem a filósofa Djamilla Ribeiro (2019) define como a “única voz”, explicitando assim quem tem o direito a fala em uma sociedade racista e machista como a nossa. A referida autora também salienta questões referentes ao “lugar de fala”, ou seja, das possibilidades de existência e rompimento com os silêncios, quebrar com a naturalização de preconceitos e, acima de tudo, reconhecer direito a humanidade a todos.

Neste sentido, situar os leitores que esta pesquisa traz junto a si este compromisso e intenção, alertando também para suas limitações, permite que a partir de agora possamos adentrar mais a fundo nesta trajetória, falar sobre os caminhos percorridos e sobre seus sujeitos, que neste caso são quatro mulheres negras, moradoras do município de Taquara e

---

<sup>8</sup> Dados do último censo do IBGE realizado em 2010, termos e informações retiradas em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/23/22107?localidade1=432120>

que, ao longo de suas vidas, depararam-se com uma sociedade complexa em sua composição e relações.

### **Como tudo começou**

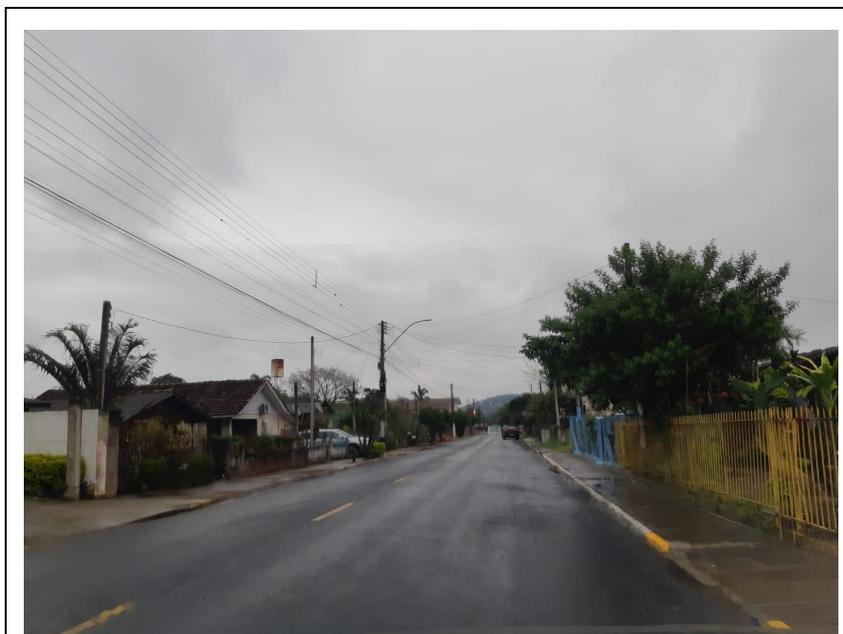


Figura 1: Rua Miguel Bauer, conhecida como “Vila – África” sentido centro – bairro. Foto retirada em 2020.

Provocada muitas vezes pelo nome da rua, nos idos do ano de 2017 conheci D<sup>a</sup>. Silvia Regina Gonçalves, moradora da rua Miguel Bauer, popularmente conhecida como “Vila África” na cidade de Taquara. A referência que se faz ao local advém, segundo seus atuais moradores, devida maior parte dos residentes serem de famílias negras, que foram (re)alocadas após desapropriação e indenização dos moradores de um primeiro lugar, também chamado “Vila – África” que existiu no município até a década de 1960 tendo seu fim ocasionado pelo fato de se encontrar no trajeto da construção da rodovia RS – 115 ligando o município de Taquara as cidades de Gramado e Canela.



Ela, nascida em Santo Antônio da Patrulha no dia 24 de agosto de 1963, ao longo de seus 57 anos vivenciou mudanças de cidade, trabalhou em “casas de família” (como se refere), estudou até a 5ª série e hoje atua como dona de casa e mãe de três meninas. D<sup>a</sup>. Silvia, como vamos passar a nos referir, mudou-se para Taquara para trabalhar como doméstica e acabou conhecendo seu esposo, estão casados até hoje e residem na mesma rua há 33 anos. Este contato com Silvia possibilitou que ela indicasse as outras moradoras mais antigas da mesma rua, que segundo ela, já residiam ali antes mesmo da sua chegada. Como primeira referência, indicou D<sup>a</sup>. Erci Francisca da Silva e depois, sua vizinha do lado, D<sup>a</sup>. Eva Rodrigues Bento. Pois bem, após algumas visitas em sua casa, ela concordou em conceder uma entrevista registrada em áudio e posteriormente, fazer registros fotográficos<sup>9</sup>. Através de seus relatos, que serão analisados no decorrer deste trabalho, percebemos que sua relação com o lugar onde reside superam o aspecto físico habitacional, contribuindo para pensarmos sobre as práticas e noções de pertencimento desenvolvidos em um determinado lugar.

Vamos então a segunda participante desta pesquisa, Erci Francisca da Silva nasceu em 02 de julho de 1946 no distrito de Rio da Ilha, interior do município de Taquara. Nesta

---

<sup>9</sup> Nos anexos deste trabalho se encontram as cartas de cessão de direitos autorais sobre depoimento oral, realizados nos anos de 2017, 2018 e 2019.

localidade morava junto da sua família, seus pais Serafim Luís e Otília Francisca, trabalhavam “na terra dos outros” como se refere, para sustentar seus dez filhos. Ao longo dos seus 74 anos Erci passou por mudanças, veio junto com sua mãe para a cidade após o falecimento de seu pai, na tentativa de ampliar as possibilidades de sustento de sua família. Moraram por alguns anos neste lugar chamado “Vila-África” (a primeira), até ocorrer a intervenção do DAER<sup>10</sup> para que se retirassem do local, ao longo do primeiro capítulo será analisado estes movimentos entre a primeira e segunda vila. Sua mãe fora a primeira moradora a ser indenizada, entre um contingente de moradores, junto da sua família mudou-se para a rua Miguel Bauer, atualmente conhecida como vila África. Dona Otília também era conhecida na cidade por ser uma benzedeira muito procurada pela sua sabedoria e práticas de cura<sup>11</sup>.



Figura 3: Otília Francisca da Silva, mãe de D<sup>a</sup>. Erci, personalidade reconhecida por seus passes e benzimentos na cidade de Taquara – RS e primeira moradora da rua Miguel Bauer – Vila África. Imagem reproduzida no livro Raízes de Taquara, 2008.



Figura 4: Família de D<sup>a</sup>. Erci por parte materna, os adultos sentados são, da esquerda para direita: Tia Auda, seu avô Maneca Rosa, sua avó “Mãe Velha” e Tio Fernande. Os adultos em pé são: Otília e Serafim Luís (seus pais), Tia Artina e Alicia. Não foram identificadas todas as crianças, mas a começar pela esquerda, em pé, está Celina e Júlia, ao lado da tia Auda está Remildo, no colo do avô está Lindolfo e no colo de tio Fernande está Abel, os demais integrantes desta foto não foram identificados. – Fonte: Acervo pessoal de Erci Francisca da Silva.

<sup>10</sup> A sigla DAER significa: Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem, fundado na década de 1930, órgão responsável pela construção e manutenção de estradas no estado do RS.

<sup>11</sup> O livro “Raízes de Taquara (2008)”, presta uma homenagem aos moradores da cidade com mais de 90 anos, onde se pode encontrar a referência de D<sup>a</sup>. Otília Francisca da Silva, nascida em 20 de março de 1918 no interior do município, frequentou até o fim da sua vida o Centro Espírita Dom Feliciano, onde dava passes. Deixou como legado 10 filhos, 55 netos, 48 bisnetos e 4 trinets. Ver mais em: SOBRINHO, BARROSO, 2008. P. 698.

Ao longo dos nossos contatos e aproximações, nos idos de 2017, D<sup>a</sup>. Erci sempre esteve disposta a conversar e contar sobre sua história de vida. No lugar onde mora, no mesmo terreno, moram seus filhos, netos e bisnetos, ao lado de sua casa, se encontra seu Centro de Umbanda Pai Ogun, centro que existe há mais de 40 anos junto ao local onde reside. Percebemos através de sua vivência a multiplicidade deste território, como ele fora atravessado pelas experiências de seus moradores, e como é percebido e praticado enquanto um espaço que reúne gerações, preserva práticas, ensinamentos e, principalmente, nos permite perceber o reflexo das suas relações sociais a partir da espacialidade.

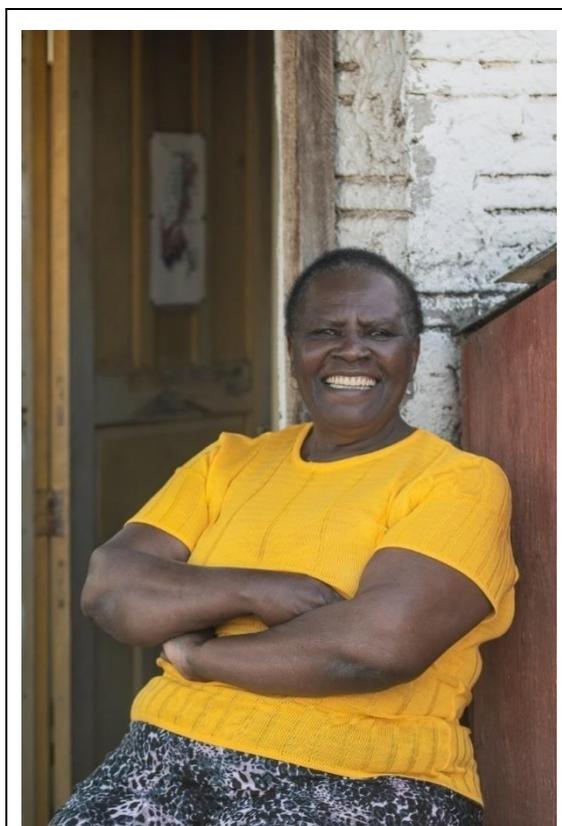


Figura 5: Erci Francisca da Silva, em sua casa onde mora junto da sua família, filhos, netos e bisnetos há mais de 50 anos. Foto: Ana Crescêncio, 2020.

Fazendo-me valer desta rede de solidariedade e confiança, existente na rua através destas mulheres, conheço D<sup>a</sup>. Eva Rodrigues Bento, nascida no interior, no Passo dos Ferreira, em 17 de setembro de 1946, a única mulher dentre os cinco filhos do casal Avelina Rodrigues Pinto Martins e Manoel Rodrigues Bento. Sua família por alguns anos morou em Parobé (cidade vizinha de Taquara), no bairro XV de novembro. Ela e sua mãe

trabalhavam nas tinturarias<sup>12</sup> em Taquara, e faziam o trajeto todos os dias. Quando abriu os lotes na rua Miguel Bauer, e sua mãe falecera, decidiu mudar-se para esta localidade onde atualmente se encontra.

Mudou-se ainda jovem para Taquara, usando das várias formas de trabalho para o sustento dos seus oito filhos, ao qual tem orgulho de incluir em suas narrativas. Soma-se a isso o seu papel como chefe de família, mãe e estudante que, devido a precarização da educação no governo do estado do Rio Grande do Sul, nos anos de administração da ex-governadora Yeda Rorato Crusius, a impediu de concluir sua alfabetização pelo EJA (Educação de Jovens e Adultos)<sup>13</sup> na escola Rodolfo von Ihering. Faço aqui a devida referência a este fato, pois este esteve muito presente nas narrativas de D<sup>a</sup>. Eva, que fez questão de salientar o quanto esta medida a prejudicou, resultando em sua alfabetização incompleta.



Figura 6: Eva Rodrigues Bento, no seu aniversário de 60 anos. Foto do acervo pessoal da família.

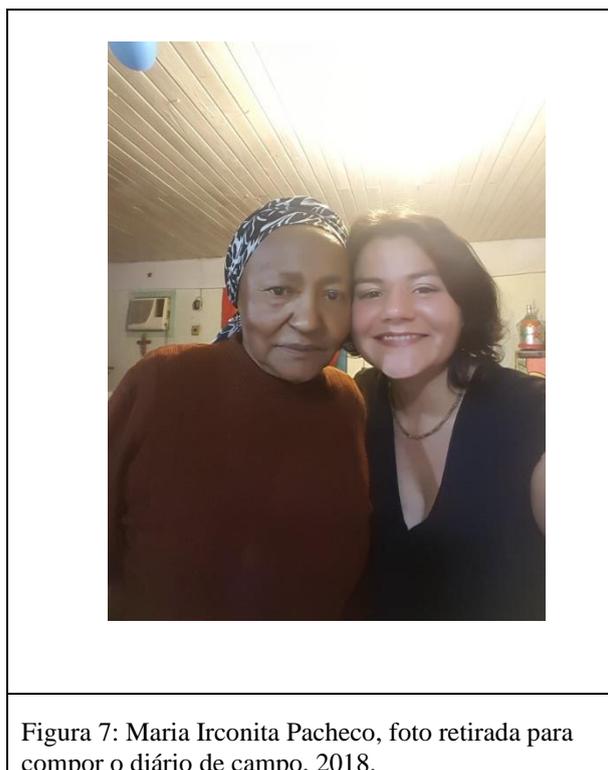
<sup>12</sup> Sobre as tinturarias, elas estão presentes nas narrativas de D<sup>a</sup>. Eva, foram lugares onde ela e sua mãe trabalharam e que exerceram a função de passar e engomar roupas, garantiram por muito tempo o sustento da família através deste trabalho. Geralmente as tinturarias prestavam o serviço de lavar, secar e passar roupas para clientes. Até o presente momento não foi encontrado nenhuma pesquisa acadêmica sobre as tinturarias no município.

<sup>13</sup> Ao longo da gestão a referida ex-governadora reduziu as turmas de ensino público de ensino em 20% no ano de 2008. Para ver reportagem completa, acessar: <https://www.extraclasse.org.br/opiniaocolumnistas/2008/03/a-polemica-do-fechamento-de-105-escolas/>

Com seus 74 anos, D<sup>a</sup>. Eva nos oportuniza outros olhares sobre a rua onde reside, e as diferentes interpretações sobre um determinado lugar. Sendo advinda de outra cidade, ela não passou pelo processo de desapropriação da primeira “Vila-África”, sua relação com a rua se deu a partir da oferta de terrenos a preços acessíveis para aquisição.

Assim como D<sup>a</sup>. Eva, que possui uma trajetória diferente das outras participantes residentes na rua Miguel Bauer, contamos também nesta pesquisa, com as narrativas de D<sup>a</sup>. Maria Irconita Pacheco. D<sup>a</sup>. Maria possui 84 anos, sendo a mulher com a idade mais avançada a ser incluída neste trabalho. Nascida em 21 de setembro de 1936, filha do casal Manoel Antônio da Silva e Jovelina Pereira da Silva, sua família contava com 8 irmãos.

Ao longo de sua vida testemunhou diversas mudanças nas concepções da cidade, trabalhou em diversos lugares e atualmente dedica-se ao seu Centro Espírita de Umbanda Pai Xangô, que existe há mais de 50 anos na rua Pinheiro Machado (esta rua fica paralela em relação a Miguel Bauer), sendo uma das mais antigas da cidade ainda em funcionamento. Ela foi afilhada de Palmira de Souza, fundadora da Sociedade Bailante Flor do Sul, outro espaço de sociabilidade negra na cidade de Taquara. Através do seu contato ampliou-se as possibilidades para pensarmos uma sociedade com demarcações para além do envolvimento físico/territorial, apresentada e percebida em sua memória como um lugar de articulações para a permanência e disputa de espaços e narrativas.



Residente na rua Pinheiro Machado, ela nos contempla com sua memória vinculada aos primórdios da “Vila – África”, como um legado de sua família e parentes próximos, moradores dos entornos que vão anos mais tarde, na década de 1960, ser removidos para a construção da ERS-115.

Essas quatro mulheres compõem e possibilitaram a realização desta pesquisa, que se apoia principalmente em suas narrativas para perceber este lugar referenciado no imaginário e que faz parte do desenvolvimento do município de Taquara, se faz importante referenciar a temporalidade da qual pretendemos nos referir ao longo desta leitura. A década de 1960 será nosso ponto de partida para pensarmos o contexto em que estas mulheres estão inseridas, incluindo e não deixando de salientar outros fatores de influência na periodização da pesquisa, que serão apontados ao longo da escrita, como a existência da Sociedade Bailante Flor do Sul na cidade de Taquara. Este local foi frequentado por algumas entrevistadas entre as décadas de 1960 e 1970, tendo destaque em suas memórias as permanências de relações estabelecidas de forma mais estreita com a família fundadora da instituição.

Neste sentido suas experiências de vida nos possibilitam perceber as transformações e as formas encontradas pela população negra, sobretudo com relação a estas mulheres, para a manutenção de suas existências, dos acionamentos que viabilizaram o convívio entre os seus e que, ao narrarem suas trajetórias, apresentaram uma cidade complexa em suas relações sociais e racializada em seu cotidiano. Optar por este olhar tem sido um propósito recorrente para as pesquisas de uma forma geral, e para a historiografia em específico. Perceber o agenciamento negro, os significados e construção da liberdade, em diferentes contextos, tem sido algo presente e almejado, atentar-se para isso enquanto pesquisadora, para além de valorizar trajetórias, é incluí-las na pluralidade das narrativas que compõem o fazer história<sup>14</sup>.

A partir dos depoimentos destas quatro mulheres negras entrevistadas ao longo dos anos de 2017 - 2019, foi elaborado um diário de campo através das visitas nas casas destas famílias e, nas sessões religiosas de ambas casas de Umbanda ( tanto de Dona Erci como de Dona Maria), para que aliado a essas entrevistas que vamos ter contato mais adiante, tivéssemos também as percepções dos detalhes, das diferenças e interpretações das

---

<sup>14</sup> Estas questões foram levantadas por Petrônio Domingues e José Rivair Macedo no evento realizado em 2018: Questões para História Negra do Rio Grande do Sul – UFRGS, onde estes professores trouxeram contribuições para se pensar e escrever sobre os sujeitos a partir da humanidade, das visões de liberdade juntamente com suas experiências culturais e políticas que fazem parte das negociações de identidades.

cerimônias de matriz afro que dentro deste contexto, possuem um papel fundamental na manutenção do cotidiano e fortalecimento de seus laços familiares. O diário de campo passa a ser uma ferramenta para a análise e percepção de como a observação, a exposição e o contato impactam a pesquisa e quem a faz. De modo que passamos a perceber o desenvolvimento e o tempo dedicado a pesquisa qualitativa<sup>15</sup>, as aproximações e relações estabelecidas com as famílias para poder construir este trabalho.

Busco com isso alinhar a construção desta pesquisa com o que pensadores latino americanos têm questionado ao longo dos séculos sobre as formas e parâmetros que balizam as prioridades nas investigações. Para isso, entender a colonialidade como o modelo de poder global que parte e reforça a classificação social através da hierarquia racial e sexual, resultando assim nas identidades sociais em escalas de superioridade e inferioridade de humanidade, nos conduz a simpatizarmos com as propostas das abordagens não – modernas, ou seja, aquelas que inclui aspectos dos cosmos, eco e espiritual (QUIJANO, 2005).

Para Lugones (2015), ver mulheres não brancas é ir além da lógica categorial. As mulheres negras ao longo da história tiveram suas presenças e subjetividades marcadas pela ação da colonialidade, ou seja, sobre elas, se sobressaiam as ações dos ideais de diferenciação<sup>16</sup>. No Brasil, como bem sabemos, temos uma vasta historiografia que negligencia a existência destas mulheres condicionando-as a papéis sociais estereotipados, e podemos perceber o quanto isso ainda reflete e está construído no imaginário social brasileiro, como alerta Gonzalez (1984), quando ainda encontramos suas representações em alguns espaços voltados para as figuras de “domésticas”, “mulatas” ou “mães – pretas”<sup>17</sup>.

Junto a este imaginário estereotipado das mulheres negras, existe também um processo de “epistemicídio” das produções intelectuais de negras e negros, o que colabora

---

<sup>15</sup> Para autores como Triviños (1987), e Meihy (2005), o caderno de campo deve funcionar como um diário, onde tudo deve ser anotado. Podendo depois ser socializado ou não para os demais pesquisadores, mas servindo como apoio fundamental na hora de fazer as análises devidas sobre o tema de pesquisa. Ver em: FAJER, ARAUJO, WAISMANN, 2016.

<sup>16</sup> A referida autora expõe e define o gênero como sendo um dos mecanismos acionados pela colonialidade que compreende o sistema/categoria não somente hierárquico, mas onde a diferenciação racial nega o gênero às colonizadas. A autora propõe superar esta categoria rumo a um feminismo descolonial percebendo como as pessoas resistem à colonialidade do gênero nas formas de ver o mundo e experiências compartilhadas. Ver em: LUGONES, 2015.

<sup>17</sup> Sobre os estereótipos da mulher negra brasileira a autora critica os modelos de análises das ciências sociais pelo viés socio-econômico para se pensar mulheres negras, demonstrando que se faz necessário aprofundar estas análises pelo viés do sexismo e do racismo. Ver em: GONZALEZ, 1984.

para a perpetuação de narrativas hegemônicas brancas. Este conceito foi cunhado por Boaventura de Souza Santos, que o define como um mecanismo de apagamento e marginalização de povos secularmente oprimidos. Direcionando esta análise para o intuito da presente pesquisa, saliento Sueli Carneiro fazendo uso do termo dentro da perspectiva negra onde o denota como:

[...]fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da auto-estima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio. (CARNEIRO, 2005 p.277)

Por isso que se faz necessário compreender as linhas que demarcam as trajetórias das mulheres negras, fazendo da interseccionalidade<sup>18</sup> uma forma ativa e presente para se pensar e escrever estas histórias. Adotamos a interseccionalidade para compreender as interações nas vidas das minorias entre as múltiplas estruturas de poder, suas formas de opressão e interação dos indivíduos, a matriz desta forma analítica foi desenvolvida por Davis (1981), dando significado à luta e experiências de mulheres negras para perceber o acionamento de outras categorias de diferença evitando os reducionismos e/ou essencialismos.

Se faz necessária também a inclusão das subjetividades, que aqui são entendidas como a constante prática de se desenvolver a partir da construção de próprias referências, afim de ampliar o que durante muito tempo não fora incluído no movimento feminista hegemônico e/ou branco, no que corresponde as pautas das mulheres negras sobretudo do racismo (MOREIRA,2011), e que ao longo do século XX se redefiniu e organizou-se afim de atender as necessidades dos diferentes movimentos entre mulheres, pelos quais buscavam expor suas distinções e incluir a classe e a raça como fatores determinantes nas análises. Estando ciente dos alertas que Akotirene (2018), aponta sobre o uso e o risco de esvaziamento da interseccionalidade como método de análise cunhado e preparado por e para feministas negras - justamente porque caiu no gosto acadêmico das branquitudes (como a autora se refere) - farei uso e ressalto sua importância, sendo um fator

---

<sup>18</sup> É uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. Ver em: CRENSHAW, 1991; SANTOS, 2018.

determinante e indispensável para o desenvolvimento desta dissertação.

Cabe aqui situar que este trabalho está sendo atravessado por questões que também envolvem os passados 130 anos da abolição e que, de lá pra cá, muito se tem avançado dentro deste campo de pesquisa. Historiadoras como Pinto(2016), Xavier(2012), Carneiro(2011), Gonzalez(1988), nos mostram que não precisamos recorrer ao sistema escravocrata para perceber a atuação da população negra no Brasil, suas histórias extrapolam este marco temporal conquistado através das lutas e reivindicações.

Esta abordagem vai ao encontro ao que intelectuais latino americanos vêm questionando desde a década de 1990, onde suas preocupações e produções partem da necessidade do (re)pensamento crítico e transdisciplinar entre as culturas, políticas e economias nas relações de construção de conhecimentos, somente assim podemos identificar as influências eurocêtricas nas universidades e descolonizar suas práticas, a modo de reconstruir o pensamento a partir de outros marcos conceituais e políticos, por outros sujeitos, pensando e incluindo na produção a contribuição indígena, negra e dos movimentos sociais na prática da descolonização do saber (WALSH, 2005).

Portanto, incluir e se debruçar sobre depoimentos e narrativas que se transformam em fontes a partir desta perspectiva, faz com que, para além de percebermos as diferenças e privilégios direcionados a uma categoria social, mobilize também o protagonismo e a valorização das vivências de mulheres negras a partir do recorte temporal e outros elementos fundamentais para esta escrita: a oralidade como fator de acionamento da memória. Neste caso, a percepção de um território negro partindo dos olhares e vivências de D<sup>a</sup>. Maria, D<sup>a</sup>. Erci, D<sup>a</sup>. Silvia e D<sup>a</sup>. Eva nos apontam para as novas formas de ler/escrever a história, preenchendo-a com vida pulsante e suas memórias ativas.

No que corresponde à territorialidade negra, existem vários estudos que apontam para seus mapeamentos em diversas regiões do país. Se faz importante aqui destacar que, para além de limites e referências físicas, a concepção deste território se dá por meio de diversos fatores como: os laços e as redes de solidariedades, o sentimento de pertencimento e a apropriação desenvolvidos por seus sujeitos<sup>19</sup>. Este tema tem ganhado notoriedade com o passar dos anos, seja por via das políticas públicas advindas das lutas dos movimentos negros - que tem como objetivo visar o reconhecimento dessas trajetórias/histórias para

---

<sup>19</sup> Para Jane Mattos e Marcus Rosa, o que estabelece o território são as práticas e transformações de e por seus sujeitos, juntamente com as relações estabelecidas de forma coletiva ou individualizada, criando significados e apropriações. Ver em: MATTOS, 2000; ROSA, 2008; BITTENCOURT JUNIOR, 2010.

demarcação de espaços físicos, como os quilombos – tanto para a produção acadêmica, visando ampliar o campo de estudos.

A definição de território negro envolve um conjunto de análises, que perpassam as formas de permanência, utilização e ocupação. Para Leite (1991) o espaço difere de território, sendo que este pode ser concebido como forma de resistência, ou seja, defesa organizada numa situação de conflito. Os tipos de território também encontram variantes, sendo o modo residencial que envolve laços de parentesco e solidariedade, e o modo interacional os locais que não são sempre fixos, locais de encontro, códigos simbólicos de pertencimento. No entanto, para não deixarmos de lado a complexidade que envolve a questão de definição de território, citamos a autora:

O território seria, portanto, uma das dimensões das relações interétnicas, uma das referências do processo de identificação coletiva. Imprescindível e crucial para a própria existência do social. Enquanto tal, pode ser visto como parte de uma relação, como integrante de um jogo. Desloca-se, transforma-se, é criado e recriado, desaparece e reaparece (LEITE, 1991, p.41).

Estes laços que se estabelecem são forjados pelas situações de conflitos e disputas. Para Bohrer (2011), compreender o espaço territorial como espaço de poder, e perceber que as modificações ocorridas nele no passado refletem em sua geografia hoje são questões que devem ser pertinentes para se definir os territórios negros, que para além do envolvimento acadêmico, encontra-se sua função social.

Portanto, para analisarmos a constituição da rua “Vila África” enquanto território negro, é preciso levar em consideração todos estes aspectos aqui levantados, visto que estamos tratando um espaço que está inserido dentro de uma lógica onde as relações estão condicionadas e definidas por aspectos racializados, ou seja, somente a experiência dos sujeitos irá determinar a constituição deste espaço.

Ainda no que se refere ao levantamento e acesso a fontes, em primeiro momento se teve contato com o arquivo público municipal localizado dentro do Museu Adelman Trotter, em Taquara, com o intuito de se inteirar sobre os registros a disposição da presente pesquisa. Foram localizadas principalmente fontes que correspondem a imprensa local, apresentando os problemas comuns quando nos deparamos à conservação e permanência desta tipologia de fontes nos arquivos: a precariedade da conservação e as lacunas temporais resultantes destas práticas.

Para compreender o contexto social e político de onde partem os depoimentos, também foram consultados os jornais que circulavam no período do recorte temporal ao

qual a pesquisa se detém. Foram consultados os seguintes periódicos para a elaboração deste trabalho:

Jornal	Período	Arquivado Museu Municipal AdelmoTrott	Museu Hipólito da Costa/ArquivoHistóricoMoyés Velinho
Panorama	1961	X	
O Independente	1963 – 1964	X	X
O Independente – Nova Fase	1971, 1972 – Fevereiro	X	
O Município	1962-1963		X

Sabemos o quanto se torna importante e enriquecedor incluir fontes da imprensa na pesquisa histórica, visto que estes materiais nos permitem observar a partir de outros prismas o mesmo contexto. Dentro do nosso papel também precisamos adotar um olhar mais atento a esta tipologia de fonte, visto que:

A imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento. Não registrando apenas o fato ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos (STEPHANOU, 2001 p. 45).

Portanto fica a cargo do historiador interpretar os fatos diversos expostos nos jornais, no sentido de questionar e saber dos sujeitos que elaboraram esta fonte tão utilizada em nossas produções ao longo do tempo, tornando dinâmico o olhar sobre o passado em uma dada sociedade (CAPELATO, 1988; SODRÉ, 1966; ELMIR, 1995).

Adotando este viés de valorização da oralidade para compreender as interações e vivências dos sujeitos que compõem esta pesquisa, buscaremos registrar as relações estabelecidas a partir de vivências de mulheres negras, na formação de um território negro conhecido como “Vila África” na cidade de Taquara. Destacando a trajetória dos ascendentes das primeiras famílias a residirem na rua, bem como evidenciando as relações e tensões raciais em uma cidade de colonização alemã. A partir disto salientar as alternativas forjadas pela população negra para o convívio e sociabilidade dentro de uma sociedade influenciada e demarcada nos seus espaços e relações a partir das percepções interseccionais sobre mulheres e suas categorias. As perguntas que provocaram esta pesquisa estão em torno das representações deste espaço: como estas famílias se

estabeleceram na rua Miguel Bauer? Quais relações foram construídas? Quais alternativas e estratégias foram acionadas? Partindo destas premissas, iremos adentrar na intimidade das mulheres e suas famílias, que trazem nas suas narrativas suas formas de ser e estar. Outros temas estão presentes nas narrativas e na análise: a memória da primeira Vila África que muito nos diz sobre a composição desta localidade, sobre seus indivíduos e sobre um legado que assinala um passado comum a vários moradores e uma memória coletiva; espaços negros para além da moradia, como é o caso da Sociedade Bailante Flor do Sul; o significado atribuído à visão externa ao grupo e que os atinge, invariavelmente de modo excludente.

Dentro do primeiro capítulo se faz importante um levantamento historiográfico sobre a região no qual a cidade de Taquara está inserida, para compreendermos as dimensões e permanências de um passado que se faz presente em seu patrimônio e identidade. O município se inclui na lógica que desde o século XIX encontrou no sul do Brasil as alternativas para o destino da imigração europeia, correspondendo a um discurso de falta de mão de obra especializada e nas percepções dos indivíduos pelos aspectos raciais e às políticas de branqueamento.

Com este breve levantamento e contextualização sobre o local ao qual a pesquisa está inserida, passamos, a partir das narrativas destas mulheres, a adentrar as relações que estas mantinham com o espaço denominado “Vila-África”, com as memórias construídas sobre este lugar e com os significados atribuídos para suas permanências e posteriormente, para seus deslocamentos neste território. Contamos com o uso de imagens de satélite para localizar os leitores sobre o mapa ao qual vamos nos ater, soma-se a isso documentação referente a lista de desapropriados pelo DAER juntamente com fotos fornecidas pelas participantes e registradas durante o desenvolvimento da pesquisa. Importante lembrar que os registros fotográficos contou com uma parceria imprescindível da fotógrafa Ana Lúcia Rodrigues, que durante algumas visitas acompanhou as inserções a campo para realizar estes registros.

Procuramos também, ao longo deste capítulo dar a devida importância às subjetividades presentes nas narrativas destas quatro mulheres, perceber suas trajetórias como uma caminhada longínqua e central para a construção de outras referências para os modos de pensar e escrever. Adentraremos nas memórias e percepções que estas mulheres carregam junto a si e junto ao lugar onde vivem, pretendendo assim evidenciar o estabelecimento das relações e significados que elas juntamente com suas famílias

atribuem ao seu espaço de convívio e permanência, bem como suas experiências compartilhadas enquanto moradoras de um lugar comum, da rua “Vila África”.

Na segunda parte deste trabalho, o segundo capítulo está em torno da Sociedade Bailante Flor do Sul, onde se demonstra como espaço frequentado por duas de nossas protagonistas, estando presente em seus depoimentos e sendo reconhecido e referenciado como outro território negro para além da rua onde residem. Através dos excertos vamos perceber a dinâmica social que permeava e estabelecia as relações no contexto em que vivenciaram suas juventudes.

Neste capítulo contamos também com registros fotográficos, mas sobretudo, com as narrativas em torno de um outro lugar que passa a ser conhecido a partir das histórias de seus moradores e colocado também como um território de sociabilidade e instrumentalização de seus integrantes e frequentadores. Passamos a ter uma visão ampliada desta cidade que a partir da existência de uma Sociedade organizada pela população negra local, nos demonstra as outras possibilidades de territorialidade negra.

## **Capítulo 1: “ERAM TUDO NEGRO E ERA TUDO GENTE DA MINHA FAMÍLIA, LÁ DE MONTENEGRO!”: NARRATIVAS COMPLEMENTARES, MEMÓRIAS DE UM TERRITÓRIO E OS CONTORNOS DA RACIALIZAÇÃO.**

Neste capítulo vamos na primeira parte, compreender parte da formação da identidade nacional que alicerçou um imaginário e um discurso em torno da imigração no sul do Brasil, vamos nos ater em específico à região do Vale dos Sinos e Paranhana no Rio Grande do Sul para contextualizar o objetivo principal deste texto que está em torno da presença negra na região e em específico na cidade de Taquara. Para tanto iremos acionar os recursos dos mapas a fim de situar o leitor, bem como apresentar os levantamentos e pesquisas já realizadas sobre esta localidade, onde a presença do colono alemão por vezes é acionada para empreender uma lógica de desenvolvimento urbano e modernidade.

Em segundo momento vamos conhecer as concepções da cidade por outros olhares e vozes, colocando as narrativas como centro da escrita, as quatro mulheres participantes deste trabalho, D<sup>a</sup>. Maria, D<sup>a</sup>. Eva, D<sup>a</sup>. Erci e D<sup>a</sup>. Silvia, irão nos conduzir para a formação e continuidade da “Vila – África”, espaço que está presente em suas memórias e que na década de 1960 trocou de lugar, assumindo outras configurações, devido a interferência do trajeto da rodovia ERS-115 em seu entorno. Nos subcapítulos seguintes vamos nos deparar com as estratégias acionadas pelas participantes e suas famílias, bem reconhecer como se dá o entendimento e uso destes espaços por elas, que se encontram ali residindo até os dias atuais. Questões como territorialidade, multiterritorialidade e desterritorialização serão abordadas, bem como serão levantados questionamentos em torno do nome da rua, que se chama Miguel Bauer, nos permitindo pensar sobre branquitude e relações racializadas.

### **1. 1 Taquara na lógica da imigração e progresso**

Nesta primeira parte do trabalho vamos nos ater a situar o município de Taquara-RS dentro da lógica dos projetos que ao longo do século XIX e início do XX fomentaram a vinda de famílias advindas de várias regiões da Europa para o Brasil, encontrando nas terras do sul possibilidades de permanência e de desenvolvimento econômico. Se debruçar sobre estas questões também faz parte do processo que nos leva, mais a diante, a compreender a formação de um território negro nesta cidade que, tem pulsante em sua identidade e memória o legado destas políticas que atravessaram os séculos. Justamente por não se tratar de um município tão destacado atualmente como reduto das colonizações no Rio Grande do Sul – deixando este título para as cidades como Lageado, São Leopoldo, Gramado, Canela, Caxias do Sul, Bento Gonçalves e etc. – se faz necessário apresentar ao

leitor os aspectos que envolvem a formação deste município, para que ao longo desta escrita possamos identificar e ter um entendimento maior do contexto no qual está inserida.

Sabemos que o projeto imigratório brasileiro fez parte de uma série de discussões que no século XIX envolveram vários fatores, dentre eles o fim do tráfico de africanos, a regulamentação fundiária, e, logo ao aproximar-se da abolição, passou a assumir feições que atendiam aos ideais de branqueamento da população brasileira, contribuindo para a noção e entendimento da existência de “raças” no campo científico (SCHWARCZ, 1998).

Apontando para os princípios da colonização e imigração no interior de Santa Catarina, no Vale do Itajaí, Seyferth (2007 p.81) evidencia que a imigração europeia se beneficiou em vários sentidos, tendo as teses científicas como aporte para a “primazia racial” das famílias brancas como vantagem diante dos trabalhadores negros, libertos e emancipados que aqui já se encontravam:

Após a independência, o governo imperial investiu na imigração, enviando agenciadores para a Europa com o objetivo de trazer colonos [...] tratava-se de uma imigração subsidiada, pois o governo brasileiro pagava o custo da viagem e, principalmente, os agenciadores, que recebiam de acordo com o número de pessoas recrutadas. As colônias fundadas na primeira fase da colonização situavam-se no extremo sul. À parte das razões geopolíticas que motivaram este investimento, os imigrantes alemães que fundaram São Leopoldo (RS) em 1824, São Pedro de Alcântara e Mafra (SC) e Rio Negro (PR) em 1828, deviam constituir-se como pequenos proprietários rurais, usando da mão-de-obra familiar (SEYFERTH, 2007 p. 81).

Percebemos que dentro deste movimento incluía-se a província do Rio Grande do Sul atendendo aos projetos que idealizavam o desenvolvimento nacional através do fomento destas políticas imigratórias, encontrando nesta iniciativa, argumentos para fundamentar discursos que transformou o sul do Brasil um lugar ideal para estas famílias estrangeiras. Podemos evidenciar isso nos discursos que envolveram os grandes debates sobre o fim da monarquia, tendo como fator fundamental as disputas de projetos de identidade nacional. Historiadores como Carvalho (2003), apontam para este período da formação da República como sendo um dos mais contraditórios quando se trata de criar ou encontrar elementos que representassem a nação brasileira, principalmente quando estamos nos referindo a participação popular nesta transição. As elites nacionais dedicavam suas preocupações e interesses para a manutenção de seus privilégios enquanto, ao mesmo tempo, se encontravam atentos a conjuntura de demandas sociais mais urgentes, como aquelas ocasionadas com o advento da abolição.

No entanto os ideais republicanos refletiam o que as elites políticas na época

tinham como principal referência, encontrando nos moldes europeus meios de sustentação para se afirmar enquanto grupo privilegiado. Para Guimarães (2011) para além do campo subjetivo dos ideais, suas crenças também se demonstravam nas práticas:

Refiro-me à interpretação de que a República, e os ideais republicanos, foram apropriados por uma elite de fazendeiros e intelectuais, crescentemente associada aos valores da civilização europeia, que fez do positivismo e da ditadura republicana suas armas ideológicas para moldar uma política de reconstrução nacional. Tal reconstrução passava pela reurbanização e sanitização das principais capitais provinciais, federalismo político, e incentivo à imigração de camponeses europeus para substituir a mão de obra negra e mestiça. [...] Significava, sobretudo, atualizar em novas linguagens as formas de subordinação e inferiorização da massa trabalhadora de origem mestiça e escrava (Guimarães, 2011, p.23).

Atender as necessidades da população negra nunca foi prioridade para as elites políticas da época. Seus esforços eram justamente no sentido inverso: cercear a participação desta população e investir em políticas que a limitassem, dificultando o acesso aos preceitos básicos de sobrevivência e cidadania como saúde, moradia, escolaridade, trabalho, etc. Preocupados com as incertezas que esta nova configuração política traria, e muito mesmo antes da abolição ser decretada de forma legal, homens e mulheres negros já experimentavam a liberdade, disputavam e definiam as formas de sua atuação e cidadania em várias regiões do Brasil.

A título de exemplificar tamanhos esforços que políticos e intelectuais da época pensavam à respeito do que estava próximo a corresponder aos ideais de civilidade e progresso, dentro da transição dos séculos XIX – XX, se identifica um projeto mais abrangente, atento a definir as limitações sobre quem pode ter acesso e exercer seus direitos dentro da “nova” configuração política, a República.

A concepção de civilização e cidadania estavam presentes nas declarações de intelectuais rio-grandenses, usaremos aqui algumas referências que Rosa (2014), aponta como fator de influência na construção da invisibilidade negra no Rio Grande do Sul. Ao analisar os discursos dos Bacharéis Republicanos Joaquim Francisco de Assis Brasil, Alcides de Mendonça Lima e Alfredo Augusto Varela de Vilares o referido autor destaca as noções e as preocupações que permeavam as narrativas construídas por estes homens públicos, colocando como fator fundamental para pensar os acessos da população negra aos direitos civis e principalmente para ter controle social, a apropriação das teorias racialistas que, no contexto, começaram a ser pauta de interesse público. As causas que faziam as terras do sul serem locais de melhor adaptabilidade para as famílias europeias

estão evidentes em muitos discursos e publicações, sejam elas feitas por meio da imprensa (A Federação) e/ou nas obras publicadas por estes intelectuais que estavam dispostos e preocupados a pensar sobre as consequências políticas e sociais atreladas ao fim da monarquia:

[...] os três jovens republicanos eliminavam contradições, ambiguidades e chegavam a um lugar comum referente à construção do “tipo” regional: das quatro estações, escolheram o inverno; das variações climáticas, o frio; entre índios, africanos e portugueses, os portugueses; e por meio de uma original defesa da superioridade açoriana, matizaram o anti lusitanismo republicano e, principalmente, rejeitaram a tese da “degenerescência latina”. O resultado deste esforço simbólico e político era uma “raça” gaúcha “branca” e praticamente “pura” (ROSA, 2014, p.47).

A presença destes grupos acabou por construir e alimentar uma identidade sulina majoritariamente branca em detrimento da presença negra que já estavam estabelecidas em todas as regiões do sul do Brasil. Podemos fazer essa constatação através de vários exemplos de organizações onde a população negra encontrou formas que transcenderam a condição do cativo, ora atribuindo, ora (re)inventando os significados de cidadania e liberdade.<sup>20</sup>

Recorro aos registros municipais de Taquara para evidenciar e perceber este sentimento por parte dos das classes políticas, de pertencimento à pátria brasileira e, sobretudo, a descendência ligada a populações europeias, como um fator de orgulho e vantagem diante do contexto que resultou, anos mais tarde, na nova configuração política. Aqui o orgulho fica evidente diante do fato na Ata lavrada na Intendência Municipal da Vila de Taquara, em 16 de maio de 1896 – 50 anos após a fundação da localidade e 10 anos decorridos de sua emancipação:

É de liberdade do trabalho e para o trabalho, de liberdade para podermos expandir-nos que precisamos para sermos todos felizes. [...] Porque é preciso que se diga francamente, continuou o orador representante desta Intendência, e é esta a hora, este o momento de declarar, porque aqui estamos todos reunidos, que em qualquer prélio, em qualquer luta em que se envolva a República, ela infalivelmente há de sair vitoriosa porque tem por si a todos nós, tem por si uma falange invencível, que se chama mocidade, seletor coração de todas as nações! Nem há a acusar-se as populações brasileiras de origem alemã de prevenção para com esse anjo querido de nossas aspirações passadas, porque todos sabemos que a República modelo das nações da Europa e talvez das Repúblicas do Mundo – a Suíça, em sua maior parte é alemã. [...] Congregamos nossos

---

<sup>20</sup> A luta e organização da população negra durante o pós-abolição alcançaram diversos espaços, muitos deles forjados pela e para a população de cor. A exemplo disto, mais adiante na escrita, abordaremos a funcionalidade dos clubes e associações, espaços de atuação e disputas fundamentais no processo de ampliação dos direitos de cidadania. Ver em: SILVA, (2017).

sentimentos humanitários e patrióticos ao redor da bandeira da República, lábaro sagrado, que representa a pátria, esta pátria grande, majestosa como outra não há no mundo.[...] Festas de patriotismo, sim, e infeliz do povo que não conhece este sentimento, que não ama seus maiores, que não tem respeito a veneração das tradições! [...]

Livro de Atas da Câmara Municipal de Taquara, 1896 apud (KAUTZMANN, SOBRINHO, BARROSO, 2008)

Diante deste registro, se faz possível perceber o acionamento de uma identidade com ascendência europeia aliada a aspectos positivos e progressistas, tendo como modelo, inclusive, a Suíça como país modelo da Europa, sendo este composto em sua maior parte da população por alemães. Fica evidente, mais adiante, os pilares que sustentam os discursos e espaços como os clubes da cidade na intenção da diferenciação e reprodução de hierarquias. Estão muito presentes nos discursos e registros deste período a questão da origem atrelada as noções de civilidade, visto que “o modelo de sucesso europeu”, como se refere Schwarcz (1993 p.139), estavam completamente alinhados com as teorias racialistas vigentes na época.

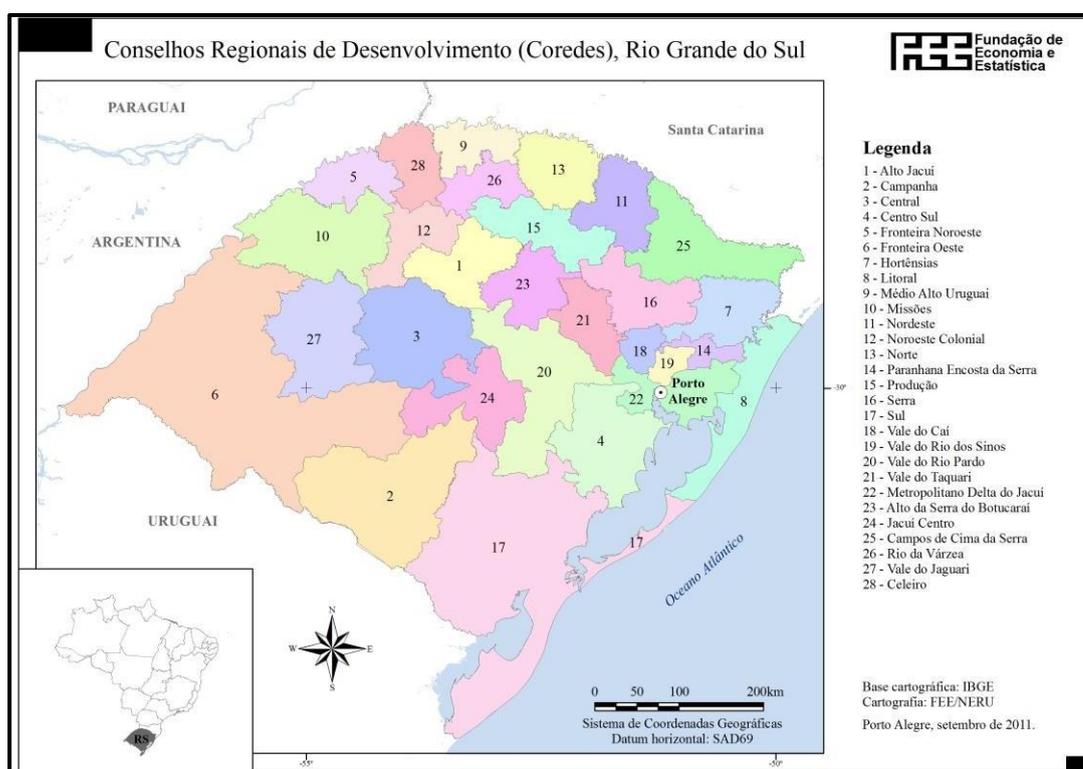
Neste sentido e, agora podendo incluir e aprofundar nesta lógica da imigração como projeto atrelado as políticas de branqueamento, que encontramos em São Leopoldo o reduto para as famílias alemãs, oriundas da primeira tentativa de execução deste projeto. Foi tardiamente, pós metade do século XIX, que a mesma localidade se eleva à condição de município agregando as terras de Santa Cristina do Pinhal e da Colônia do Mundo Novo como partes do território recém delimitado.

Devido à ampliação do contingente de famílias alemãs que se situavam em São Leopoldo a região não comportava mais a permanência destas famílias, isso fez com que parte desta população recorresse a outros lugares próximos para o desenvolvimento de sua vida cotidiana, que envolvia o plantio e o comércio. Assim deslocam-se para este novo território anexado como o segundo distrito de São Leopoldo: Santa Cristina do Pinhal:

Em 18 de novembro de 1857, Santa Cristina do Pinhal é elevada à categoria de freguesia, desvinculada de São Leopoldo e pertence ao município de Porto Alegre, com registros feitos na Aldeia dos Anjos.[...] Não significa apenas a dependência de uma freguesia em relação a um núcleo urbano maior, mas a um espaço abrangente a fornecer proteção e produção para a capital da província. Esse fato mostra a importância do Vale dos Sinos à medida que o espaço progride, com uma população estável, produtora de gêneros agropecuários, artesanais, industriais primários (FERNANDES, 2008 p. 30).

Estas localidades – Santa Cristina do Pinhal e Colônia do Mundo Novo – situam-se na região conhecida como Vale do Rio dos Sinos, região esta que fora palco de muitas disputas desde meados do XVIII<sup>21</sup> e que engloba atualmente a região do Vale do Paranhana, onde hoje encontra-se a cidade de Taquara.

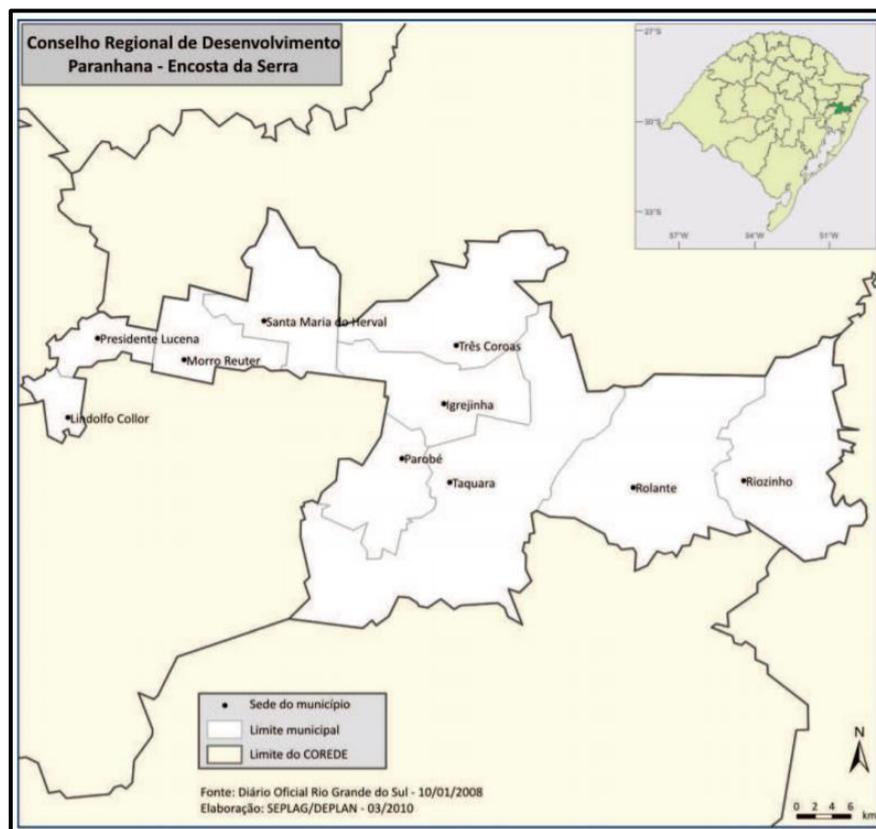
Inserimos abaixo a imagem que auxilia na localização e dimensão das regiões distribuídas e organizadas no estado do Rio Grande do Sul. Sendo a região de número 19, conforme legenda, correspondente ao Vale do Rio dos Sinos, seguidamente da região de número 14 o Vale do Paranhana e Encosta da Serra.



Fonte: FEE-RS.

Já o que corresponde ao Vale do Paranhana<sup>36</sup> e Encosta da Serra, incluindo outras cidades, observamos no mapa a seguir, evidenciando assim a proximidade destes municípios, facilitando as redes de contatos e a viabilidade geográfica. É composto por dez municípios: Igrejinha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Parobé, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, Santa Maria do Herval, Taquara e Três Coroas. A Região é polarizada por Porto Alegre e pela região do Vale do Rio dos Sinos.

<sup>21</sup> Disputas entre colônias Portuguesas e Espanholas fizeram parte da “frente pioneira” que tinha como referência no projeto colonizador de Tristão Monteiro um espaço de disputa frente aos conflitos do Prata. Ver em: FERNANDES, 2008.



Fonte: Governo do RS- site.

Utilizo estes mapas recentes para termos noção da dimensão e localização atual destas regiões. Esta localidade, ainda no século XIX, foi uma importante referência no que se refere às atividades de compra, venda e fornecimento de proteção e produção para a capital da província na época:

[...] A Fazenda do Mundo Novo era constituída por matos, roças, um engenho, um jogo de pedras de moer, uma roda de ralar, uma prensa grande, um alambique, um forno. Cultivavam cana-de- açúcar, trigo, milho, mandioca. Entre as tecnologias que estão descritas estão um engenho, moinho artesanal, alambique e atafona. Era um estabelecimento agropecuário [...] a mão-de-obra empregada no trabalho é escrava. Declaram: 5 escravos: 4 homens entre 26 – 40 anos e uma mulher com 38 anos (FERNANDES, 2007p.29).

Pesquisas apontam para esta região como sendo inicialmente habitadas por indígenas caingangues e africanos escravizados<sup>22</sup>. Percebemos aqui a presença negra na localidade desde seus primórdios, ainda que na condição de cativos pelos portugueses aqui já estabelecidos, quando depois, chegaram os primeiros colonos oriundos de São Leopoldo. Sabemos que a ausência de registros que envolvem a existência de pessoas negras na

<sup>22</sup> A região conhecida como Fazenda do Mundo Novo, em seu princípio, encontrava-se indígenas da etnia Gê, africanos e seus descendentes escravizados, a ocupação da terra corresponde aos finais do século XVIII e XIX. Para saber mais, ver em: MAGALHÃES, 2003.

região do Vale do Paranhana são consequências de uma série de fatores que vão desde a preservação e condicionamento dos documentos/fontes até o interesse (ou não) de pesquisa pelo tema, e, sabe-se que sobre grupos subalternos, de modo geral, há menos documentos escritos. Mesmo diante de todas estas dificuldades que envolvem a pesquisa e documentação sobre o assunto, existem publicações de pesquisas a respeito da convivência e coexistência destes grupos (portugueses, alemães e negros) neste mesmo período e espaço.

Sobre as relações e o cotidiano que circundavam a colônia alemã de Taquara, ainda no século XIX contamos com as investigações levantadas por Ubiratã Freitas (2008), onde na tentativa de elucidar o cotidiano das relações entre colonos germânicos, negros e portugueses, se debruça em 200 inventários post-mortem que, nos 65 analisados apresentam uma significativa presença negra, em sua maioria, na condição de escravizados. A maior parte destes indivíduos encontravam-se nas zonas rurais e pelos apontamentos do referido autor, dos 264 indivíduos presentes nos registros, 258 estavam em condição de escravizados, 06 libertos e 03 libertos condicionalmente, ainda se enfatiza que não foram encontrados documentos onde se tem registro que colonos alemães detivessem algum tipo de mão-de-obra escravizada<sup>23</sup> nesta localidade, porém existem relatos<sup>24</sup>.

Ainda sobre estas convivências trago aqui um episódio de conflito que em meados da década de 1880 em um baile em Santa Cristina do Pinhal, desencadeou no assassinato de Francisco, de sobrenome ignorado, encontrando-se em uma festa promovida pelo colono de nome Carlos Hinke que havia organizado o divertimento para os homens que haviam ajudado nos serviços do campo (Weimer, 2007). Este episódio ocorreu devido ao fato de Francisco, homem negro, estar dançando com a filha de um colono alemão. Se faz importante aqui ressaltar que Francisco era o único homem negro da ocasião, entre alemães e luso-brasileiros - como sendo ousado e/ou desrespeitoso, levando a atritos e consequentemente resultando em sua morte. Para Weimer (2007) que teve acesso ao processo criminal detalhado e discorreu sobre o caso, fica evidente que as relações estabelecidas entre estes grupos sociais eram calcadas por tensões e conflitos. Na visão deste autor, a questão étnica torna-se um elemento indispensável para pensarmos estas

---

<sup>23</sup> Sobre a exploração de mão de obra escravizada em colônias alemãs no RS ver em: OLIVEIRA, 2006; CHARÃO, 2005; ALVES, 2004; MOREIRA, MUGGE, 2013

<sup>24</sup> Para Freitas, em São Leopoldo, já existem trabalhos sustentando que alemães eram donos de escravos, mas ainda não foi possível encontrar um documento que garanta que os colonos alemães de Taquara eram senhores de escravizados. Ver em: FREITAS, 2014.

convivências que permearam o século XIX e que elegeram como fator determinante para a concepção das hierarquias sociais, o aspecto da raça para a diferenciação entre alemães, luso-brasileiros, mulatos e negros.

Outro episódio semelhante ocorrido na mesma localidade envolve um homem negro chamado Alfredo Franzio, que ao aproximar-se da cultura germânica adotou elementos para estabelecer vínculos, reconhecimento e prestígio social na sociedade taquarense nos primeiros anos do século XX. Alfredo tornou-se uma personalidade negra conhecida na cidade, pois sua inserção e reconhecimento na comunidade taquarense deu-se devido sua facilidade em compartilhar da cultura germânica, principalmente na língua e costumes<sup>25</sup>.

Através destes registros de convivências percebemos a interação destes sujeitos e os aspectos políticos e sociais que permeavam a construção da etnicidade. Para Tramontini (2000), que estudou a demarcação de espaços políticos nas primeiras décadas da colonização alemã em São Leopoldo, a preservação da etnicidade acontece nas relações, não se afirma isoladamente. Ou seja, o que a historiografia anteriormente havia colocado sobre o isolamento como fator de preservação de identidades, neste caso não se aplica as evidências, visto que sua construção acontece na inserção, através das relações políticas e sociais.

Encontramos também registros das convivências entre imigrantes (agora neste caso italianos) e negros no oeste paulista, onde em um cenário do interior rural, também se estabeleceu o predomínio dos contatos violentos entre estes grupos sociais. Monsma (2016), evidencia as novas formas de racismo que se configuraram no período pós abolição, como exemplo, podemos citar aqui a experiência de Narciso, homem negro, que foi morto por italianos no carnaval de 1894 por se recusar a vender vinho.

Trouxemos aqui estes dois casos, de Francisco e de Narciso para demonstrar como exemplo, que na construção do cotidiano, ambos casos citados estavam permeados por conflitos e disputas entre brancos x negros e, que estas relações se intensificaram com o advento da abolição, justamente porque, como coloca Monsma, os negros exigiam seus direitos.

Estes casos aqui citados servem como exemplo para destacar o quão permeado de conflitos estava a interação cotidiana entre estas categorias e, o quanto a noção das

---

<sup>25</sup> FREITAS, 2016.

ideologias raciais que circulavam na época, também se faziam presentes nas experiências destes indivíduos, fazendo com que percebamos as complexidades destas relações que vão desde a solidariedade e união (casos onde imigrantes defendiam negros, pois partilhavam da mesma situação social) até casos de conflitos simbólicos e físicos (insultos, humilhações, brigas e mortes), como demonstra Monsma (2016).

Para Albuquerque (2009), o processo emancipatório foi marcado pela profunda racialização das relações sociais o que gerou para além da manutenção das hierarquias, as desigualdades e o desenvolvimento de políticas públicas fundadas em critérios raciais já nos primeiros anos da República. Sabemos que a liberdade nunca foi sinônimo de igualdade, ainda mais se tratando de trajetórias e experiências comuns da população negra no Brasil. E, pelos estudos e pesquisas aqui já citados, se demonstra ainda mais distante deste ideal. Podemos perceber que este cotidiano de uma forma geral estava permeado de conflitos onde as noções de cidadania se encontravam reproduzidas nas hierarquias estabelecidas neste convívio entre brancos imigrantes e negros no período do pós-abolição.

Para a população negra a liberdade estava representada em uma multiplicidade de ações e posturas que refletiam nas suas formas de organização e neste caso em específico, iremos nos deparar com a disposição espacial urbana como um reflexo destas relações pautadas no íntimo destas regiões que apresentam peculiaridades relativas à presença de diversos grupos étnico-raciais.

### 1.2 “A minha mãe e meu pai foram os primeiros a arrumar lugar para morar!”: família, deslocamentos e trajetórias significadas

“Eu tenho prova, só o que meu pai e mãe falavam. Daí a minha família era tudo morador daqui, quando surgiu a Vila África, a vila que foi essa que terminou, a segunda, e o que era pra ser a segunda lá, é a terceira! A primeira era só a negrada que vinha de Montenegro, que era escravo, que a gente não sabe.. Do lado da minha mãe era tudo de Santa Catarina, foram escravos, descendentes de escravos, lá de Criciúma, aqui era a família do meu pai.” (Maria Irconita Pacheco – 2019)

Este fragmento da entrevista realizada com D<sup>a</sup>. Maria nos demonstra as dimensões possíveis que a narrativa nos oferece ao ser acionada pela memória. Para uma senhora de 83 anos, contar o que faz parte da sua história e de seus antepassados, torna-se uma forma de retribuição e reverência. Percebemos isso quando, em sua narrativa, ela atribui o surgimento desta vila aos membros de sua família, ao mesmo tempo que confia a

legitimidade aos seus pais, sendo eles a única “prova” deste acontecimento. O que ela está relatando neste excerto foram os deslocamentos ocorridos ao longo dos anos pelos moradores deste lugar, pelo seu ponto de vista, não existiram apenas duas Vilas Áfricas, em sua concepção, houve um período anterior, que remete aos primeiros moradores vinculados a sua família e que com o passar do tempo, o espaço foi tomando outras proporções, até chegar o período em que estes moradores tiveram de ser desapropriados do lugar onde moravam.

Neste capítulo vamos nos deparar com questões como estas, que envolvem as diversas narrativas sobre a “origem” desta vila, mas para além disto, elas irão nos proporcionar os vários contornos que fazem deste território um lugar apropriado e reivindicado pelos seus sujeitos e suas trajetórias. Importante destaque para as palavras de D<sup>a</sup>. Maria quando se refere aos seus pais e seus parentes, pois nos permite conhecer questões que foram muito caras a população negra na diáspora: a família.

O movimento de deslocamento transatlântico forçado, emergente de um sistema de exploração, que perdurou por muito tempo nas Américas e em especial no Brasil, trouxe consigo aspectos muito particulares e distintos a depender do lugar a ser analisado. O que demonstra essas diferenciações são as formas de organização, identificação e as medidas adotadas como instrumentos da garantia de sobrevivência. Para Gilroy (2001), este movimento/conceito conhecido como Atlântico Negro, propõe uma historiografia descentrada, que não tentará forçar uma integração, e sim, uma relação das culturas negras do século XX, a fim de identificarmos outras possibilidades de interpretação. Analisando os processos que compõem o projeto iluminista europeu, o autor aponta para ineficiência deste, pois trata-se de um projeto codificado racialmente e, oposto a ideia de diáspora, onde se englobam as noções de memória, coletividade, não-unanimidade, política e multi-centralidade. Isto se faz importante para pensarmos sobre os diferentes significados que a população negra atribuiu a várias questões no Brasil, principalmente aquelas que envolvem a liberdade e ao exercício da cidadania.

A liberdade teve diversos significados em diferentes lugares onde a escravidão fora um sistema vigente durante muito tempo. Países como Jamaica, Cuba, Estados Unidos e Brasil, que foram colônias europeias, tiveram os significados atribuídos para o entendimento da liberdade constantemente reformulados pela população que iria vivenciá-la. Apesar das especificidades de cada lugar, também podemos identificar semelhanças neste processo abolicionista ocorrido nas Américas, dentre eles: i) controle do tempo e

ritmo de trabalho; ii)retirada de mulheres e crianças do trabalho coletivo; iii)recusa do trabalho e tratamento que lembrasse a escravidão; iv)proteção da família (RIOS; MATTOS;2004 p.174).

Para diversas pesquisas que se debruçaram a entender os percursos da população negra no pós-abolição e seus desdobramentos, a família se torna um elemento passível de análise e estas análises contribuem para a compreensão dos significados e para o entendimento das noções de cidadania e liberdade. A partir da constituição e da preservação dos vínculos de afeto, a família representa, para os primeiros anos da República no Brasil, a noção de direitos civis e sua aplicabilidade, ou seja, constituir legalmente uma família compõe parte de uma expectativa formada para esta nova condição de liberdade. Este apontamento evidenciado pelas historiadoras Ana M. Rios e Hebe Mattos (2004, p.175) nos traz informações a respeito das definições atribuídas à família, como um conjunto de valores positivados que formam uma reputação.

Na historiografia brasileira, são recentes as evidências e pesquisas sobre este tema relacionado a família negra e seus desdobramentos pós 1888, muitos estudiosos se detiveram às análises da composição familiar sob o regime escravista, sobretudo nos seus formatos de manutenção e sobrevivência (Reis; Silva; 2005). Esta lacuna sobre o assunto se justifica pelo fato de as fontes documentais apresentarem “ausências” nos registros, como nome do pai e/ou familiares responsáveis, isso fez com que dificultasse o acompanhamento de suas trajetórias no decorrer dos anos, e conseqüentemente, que poucos pesquisadores se debruçassem sobre o tema. (COSTA, 2015)

Dito isso, podemos referenciar algumas pesquisas recentes que trouxeram para a centralidade dos questionamentos as concepções de família e seus desdobramentos no início do século XX. O historiador Álvaro Nascimento nos apresenta a trajetória de duas famílias negras na região de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro. Para o autor, esta região possui alta concentração de população negra e, poucas vezes foi alvo de pesquisas significativas sobre suas histórias. Destacando a história de dois homens negros Francisco Caetano Madeira e Silvino Hypólito de Azeredo no pós-Abolição e a ascensão de suas famílias atreladas ao mercado econômico de laranjas, Nascimento (2013), nos apresenta uma série de informações obtidas através de fontes documentais e orais, que colocam esta região de Nova Iguaçu como referência de exportação de cítricos com destaque às dinâmicas da posse de terras e relações familiares como fatores diretamente ligados.

Percebemos isso ao trazer o excerto de D<sup>a</sup>. Maria para a escrita, onde ela faz questão de frisar sobre a ligação de sua ascendência com a origem da Vila África, fazendo emergir um sentimento de pertencimento e de legitimidade ao narrar suas memórias sobre este lugar, ao passo que atribui aos pais, o vínculo comprobatório da sua história. Este ato de narrar histórias contadas por gerações, também nos leva a outro aspecto que preenche as trajetórias da população negra no Brasil e seu legado cultural: a oralidade como instrumento de aprendizado e conhecimento. A história contada pelos mais antigos possui um valor para além do afetivo, está permeada de saberes e ensinamentos de outras épocas, em que a palavra possui relevância para provocar reflexões e se torna protagonista para a integração das relações. (SANTOS, ALVES, 2017) D<sup>a</sup>. Maria ao acionar a memória de seus pais nos revela que a oralidade fundamenta, principalmente, a sua existência.

Para Eclea Bosi (2012), o pesquisador deve estar atento ao que está sendo narrado, pois de fato, sempre estaremos ausentes do momento rememorado por quem está contando, porém cabe a este cientista pensar sobre o tipo de conhecimento que está sendo produzido, o passado é fonte, e com ele a memória deixa de ter um caráter de restauração e passa a ser geradora de futuro: memória social, memória histórica/coletiva.

Assim como a história de D<sup>a</sup>. Maria está estreitamente vinculada com os princípios da Vila África, este espaço também nos apresenta outras histórias que o atravessam, demonstrando as outras maneiras que seus sujeitos significaram este território. Este espaço em comum a várias histórias nos demonstra as dimensões da memória coletiva e a relação tênue entre passado e presente. O ato de rememorar estas vivências nos desvela não somente aspectos pontuais de “surgimento” e “deslocamento” deste território, mas para além disto, recupera a sua dimensão humana. Neste sentido, trazemos agora para o texto a experiência de D<sup>a</sup>. Erci, que ao longo dos seus 74 anos nos revela uma trajetória permeada de enfrentamentos, sua história de vida se torna fundamental para preencher esta pesquisa de múltiplas vozes, e principalmente para nos possibilitar conhecer nas dinâmicas da Vila África e suas relações construídas com a sociedade taquarense. Para D<sup>a</sup>. Erci a referência decisiva para mudanças importantes em sua vida, foi quando, ainda nova junto a seus irmãos, seu pai falecera:

[...]Quando meu pai era vivo, se a vida já era meio ruim naquela época, depois que papai morreu pior ficou, naquela época não tinha aposentadoria, não tinha ganho, não tinha nada [...] morreu o esteio da casa, morreu novo, meu pai morreu com quarenta e poucos anos, e ficou nós tudo e minha mãe esperando mais um, meu irmão mais novo que nem conheceu o pai. Daí piorou tudo, daí meus irmão mais velhos tiveram que sair pra trabalhar, então chegava gente de fora, lá de longe, que sabiam

que nós tava vivendo aquela situação e perguntavam se minha mãe não queria dar nós, e minha mãe dizia que não, ela dizia: e depois como é que ela ia achar nós? (Erci Francisca da Silva, 2018)

Esta narrativa se refere a um período mais distante, quando a família residia no interior do município, onde nossa personagem ainda não residia na Vila África, e sim encontrava-se no distrito de Rio da Ilha. Este período na história de vida de D<sup>a</sup>. Erci foi precursor para o deslocamento dela para a cidade, onde vislumbrou uma nova vida e a realização de um desejo de seu pai já falecido: a aquisição de uma casa. Neste trecho ficam evidentes um dos fatores que levam ao movimento de deslocamento de famílias oriundas do campo para a cidade. No caso da família de D<sup>a</sup>. Erci, sua mãe tivera de assumir a centralidade da família para garantir as bases de sobrevivência, o que resultou nesta mudança de lugar. O que direciona para várias questões pertinentes já evidenciadas: a importância da família e a preservação dos laços afetivos.

Por conta disto se faz importante se debruçar sobre componentes relevantes para essas trajetórias, tendo a família como um dos pontos a ser investigado. Por muito tempo também se teve a ideia de que em algumas regiões do país, com o advento da abolição e da República, aconteceram deslocamentos de habitantes negros do campo para a cidade e vice-versa. Esse movimento é muito peculiar e mutável, dependendo da região, pois como bem sabemos, no início do século também nos deparamos com outros fatores para além daqueles envolvendo o acesso à terra e a valorização do trabalho: a política de fomento à imigração.

No caso do sudeste brasileiro, as famílias que optaram por permanecer no campo, tiveram este fator da convivência com o contingente de imigrantes estrangeiros, ocasionando outro cenário e outras demandas para a garantia de direitos e existências. Ao passo que a vida na cidade também não era nada fácil, visto os processos de urbanização/modernização que as grandes capitais no início do século XX sofreram a fim de “organizar” seu cotidiano com efeitos sobre a segregação da população. Podemos trazer exemplos da cidade de Porto Alegre, onde a “modernização” e o “progresso” fizeram parte das aspirações das elites no início do século XX, fazendo com que ocorressem profundas transformações no que corresponde a organização urbana e habitacional, remodelando a cidade a partir de um discurso higienista e moral. (PESAVENTO, 1994)

No caso da presente pesquisa, estamos em um contexto que passou por este processo da imigração, e as colônias alemãs foram reconhecidas como os precedentes que elevaram Taquara a município, anos mais tarde. O que se pretende aqui, para além de

situar o leitor, é demonstrar as particularidades e os pontos em comum a outras pesquisas, bem como lembrar alguns pontos para prosseguir na escrita. Se faz necessário levantar os processos da Abolição, República e imigração para demonstrar que houve diferentes tomadas de decisões por parte da população negra diante do cenário e dos problemas postos neste período. Pesquisas referentes ao Rio Grande do Sul apontam para uma permanência de famílias cujas gerações mais antigas já se encontravam no interior, formando um campesinato negro. Em contrapartida, uma vez que, com influência de outros fatores externos relacionado ao campo, as novas gerações da mesma família impulsionaram um deslocamento para a cidade<sup>26</sup>.

A escolha de ir ou ficar, levar ou desvincular-se do seu núcleo familiar, era de fato uma decisão muito significativa para a maioria destas famílias, e é justamente através de suas experiências que podemos analisar, e perceber as subjetividades e suas agências, que neste caso, as mulheres, estabeleceram em suas vidas.

Através do pequeno trecho, onde D<sup>a</sup>. Erci evidencia a decisão de sua mãe em não dar seus filhos para terceiros após o falecimento de seu pai, coloca mais uma vez a mulher negra adotando um papel que há muito já foi delegado, dentre muitos, à sua posição enquanto mãe: preservar e zelar pelos seus dependentes a fim de manter os laços familiares. Para tanto, muito destas mulheres tiveram de assumir múltiplas tarefas, para além de mães, tornaram-se trabalhadoras de dupla e até tripla jornada, para sustentar filhos, por vezes os maridos, e poder suprir as demandas financeiras cotidianas. Todas elas ao longo da sua vida exerceram diversas funções, passando por empregos informais como empregadas domésticas, ainda menores de idade, e trabalhos formais, com vínculo trabalhista reconhecido, afim de garantir suas rentabilidades trabalharam em tinturarias, plantações, fábricas, comércios, e todos estes espaços nos demonstram as multiplicidades de suas trajetórias.

Isso nos demonstra o quanto a categoria de mulheres deve ser analisada através dos pontos de intersecção: pela cor/raça, pela classe e sexualidade, o que torna suas experiências únicas em um determinado contexto. No caso de mulheres negras temos fatores determinantes e em comum na maioria de suas trajetórias, e se tratando das mulheres entrevistadas para esta pesquisa, muito se tem em comum em suas vivências, a

---

<sup>26</sup> Sobre famílias negras no interior e litoral do RS e suas formas de sobrevivência e preservação da memória através de suas gerações, existem pesquisas voltadas para este tema com o intuito de valorizar trajetórias e entender as dinâmicas envolvendo o pós-Abolição, as relações racializadas e a agência dos sujeitos. Ver em: WEIMER, 2013 e MOLET, 2018.

partir do território se pode abranger outras áreas também importantes que de alguma forma fizeram diferença em suas histórias, como: trabalho doméstico, o envolvimento com a religiosidade, a manutenção da família, as experiências de racismo e etc. Com isso, a forma que a família de D<sup>a</sup>. Erci se introduz na Vila África envolve outros fatores, diferentes daqueles já apresentados por D<sup>a</sup>. Maria, onde sua família fora precursora, estamos trazendo aqui os diferentes caminhos de um mesmo lugar, que foram percorridos por mulheres de diferentes gerações e que vivenciaram e significaram este território para além dos seus deslocamentos e sentidos físicos. Em decorrência da perda de seu pai, D<sup>a</sup>. Erci, juntamente com seus irmãos e sua mãe, saíram do distrito do Rio da Ilha e foram morar na cidade de Taquara:

[...] meu pai e minha mãe sempre diziam: “um dia eu quero ter uma casinha, um terreninho”. E aquilo foi.. daí a minha mãe disse: sabe de uma coisa, eu vou mais pra perto da cidade pra poder dar alguma coisa para meus filhos, pra ver se tem uma vida melhor, pra pararem de passar trabalho. Eu tinha doze anos, nós viemos pra cá, aqui na Pinheiro Machado [rua], aqui embaixo, ali também era só mato, não tinha nada. Um senhor dono da terra vendeu um terreninho a prestação pra minha mãe e fez uma casa pequeninha de madeira pra minha mãe ir pagando aos pouquinho, até foi meu tio que faleceu que falou com ele e daí ele vendeu, nós viemos pra li. (Erci Francisca da Silva, 2018)

Isso nos demonstra o que em outros tempos já fora muito dificultoso para a população negra, questões envolvendo a moradia, a propriedade e posse de terras, as transições para as cidades, a busca pela melhora da condição de vida, o cuidado permanente a fim de preservar seus pares e a figura da mulher na condição de decidir e prover seus destinos e sustentos. Ao mesmo tempo, possibilita o pensar e abordar os deslocamentos extrapolando essas condições, colocando-as como formas de visibilidades e resistências coletivas.

Caso semelhante ao de D<sup>a</sup>. Erci, foi o de D<sup>a</sup>. Eva Rodrigues, que também morava no interior, na localidade do Passo do Ferreira e que viera para a cidade de Parobé<sup>27</sup> após a perda de seu pai. Seu irmão mais velho achou na cidade terrenos acessíveis às condições deles, moraram neste município por dez anos, no bairro XV de novembro, ela e sua mãe, juntamente com seus irmãos. Eva já se deslocava diariamente para a cidade de Taquara para trabalhar; ela e sua mãe trabalhavam de domésticas e nas tinturarias, passavam o dia inteiro nas casas de família e ao fim do dia retornavam para morada em Parobé.

---

<sup>27</sup> A cidade de Parobé faz limite com a cidade de Taquara, no início do século XX ainda fazia parte do 3º Distrito de Taquara, emancipando-se anos mais tarde, na década de 1980 do município. Conhecida pelas fábricas da indústria calçadista, durante muito tempo foi referência de emprego na região. Ver mais em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-parobe.html>. Acessado em 17/11/2020.

Sua transição de Parobé para Taquara se deu por intermédio deste mesmo irmão, que ficou de fiador do terreno na rua Miguel Bauer:

[...] Naquele tempo não podiam vender nada pra mulher, o meu irmão mais velho ficou de fiador do terreno, e eu fiquei pagando o terreninho ali, daí mais eu tinha que me quebrar, né, a conta tinha que pagar todo o fim do mês, mas eu venci! [...] (Eva Rodrigues – 2019)

Esta mudança se dá tardiamente quando comparada as outras entrevistadas, pois já havia uma oferta de lotes no lugar que hoje se denomina rua Miguel Bauer, conhecida como Vila África - onde seus processos de formação serão apontados no subcapítulo seguinte, o que queremos evidenciar aqui, está em torno do fato deste espaço ser uma referência para pessoas negras que estavam à procura de lugares de fácil acesso no sentido da aquisição de moradias, que garantissem suas permanências somado a questões que envolvem um espaço compartilhado por iguais.

Percebe-se que nestas histórias há em comum a figura masculina fazendo o intermédio para a aquisição de propriedade, por mais que sejam mulheres que trabalharam desde muito cedo, muitas vezes tendo sua renda como alicerce para o sustento familiar, quem ainda detinha o poder de negociação nestes espaços burocráticos foram figuras masculinas, o que evidencia o acionamento da condição de mulher como fator sujeito a limitações em determinados espaços, neste caso é possível enxergar a efetivação destes marcadores sociais.

Estamos aqui nos debruçando sobre a vida de quatro mulheres negras que ao longo de suas trajetórias tiveram experiências em comum, o que demonstra também, em menor escala, o que já fora vivenciado por diversas mulheres em diferentes lugares e situações envolvendo espaços de poder e visibilidade, onde através da figura feminina apresentam-se os condicionamentos atribuídos ao gênero e a outros aspectos definidores e estruturantes, como a cor, para as desigualdades nas relações de poder.

Trazemos como exemplo os espaços de sociabilidade tais como os clubes negros os quais também nos revelam a operação destas opressões, pois as mulheres sempre desempenharam um papel fundamental dentro destas instituições, sendo a maioria responsável pelas ações comunitárias afim de garantir a atividade destas agremiações, porém estas mesmas mulheres, quando se trata de espaços de decisões e composições da diretoria, não se encontram incluídas nestes espaços de influência e poder, sendo ele

composto em sua maioria somente por homens. Esta restrição de acesso às mulheres demonstra como as estruturas se complementam e se fortalecem<sup>28</sup>.

Feministas negras nos alertam para não adotar um olhar hierarquizante diante das opressões, Audre Lorde (2009), a partir de sua vivência como mulher negra, evidencia que a intolerância das diferenças acontece em todos os formatos e que elas provém da mesma fonte do racismo: da crença de uma superioridade e do consequente direito em dominar. Em determinados espaços serão mais evidentes estes contornos das diferenças e suas intersecções, o caso dos clubes negros, que trouxemos como exemplo, expõe o peso do gênero dentro das suas relações e já o caso das mulheres da “Vila África”, neste trabalho, evidenciam as articulações do gênero e da cor/raça.

Uma das conquistas do movimento de mulheres negras ao longo dos anos tem sido o questionamento sobre o tipo universal de mulher - aquela reivindicada dentro do movimento feminista hegemônico - e o reconhecimento das diferenças, da inclusão e sobretudo, das combinações do racismo e do sexismo e seus impactos na vida de diferentes mulheres dentro de um movimento que até então focava sua atenção somente no gênero. Para hooks (2019), estabelecer e reconhecer as diferenças dentro do movimento feminista o fortalece, pois, a partir da compreensão realista das diferenças entre mulheres brancas e negras se pode efetivamente estabelecer políticas concretas de solidariedade, sororidade genuína e antirracista. Em uma perspectiva de América Latina, Sueli Carneiro (2011) também aponta para as diferenças entre contextos que diferenciam as trajetórias de mulheres: em sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, como são as sociedades latino-americanas, o principal eixo articulador das opressões é o racismo, sendo ele quem determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. Portanto, incluir estes elementos para pensarmos a respeito das trajetórias de D<sup>a</sup>. Maria, D<sup>a</sup>. Erci, D<sup>a</sup>. Eva e D<sup>a</sup>. Silvia é estar alinhado com as particularidades de nossa formação histórica e com as demandas que o movimento de mulheres negras tanto reivindicou dentro do movimento feminista brasileiro.

Para estas três mulheres existiram muitos fatores condicionantes em suas trajetórias, os laços familiares e os movimentos de deslocamento demonstram as

---

<sup>28</sup> Os clubes negros no RS desempenharam um papel fundamental para as sociabilidades negras, para além do lazer, estes espaços promoviam formações, instrumentalizavam seus indivíduos para alfabetização e melhores condições de vida. Eram compostos e organizados de uma forma onde havia uma predominância de homens em espaços de poder, mesmo havendo organizações femininas dentro destas instituições, elas ficavam direcionadas ao exercício de determinados papéis como a promoção de eventos de beleza, festas e bailes, porém pouco atuante em espaços de decisões. Ver mais em: ESCOBAR, 2010; SILVA, 2011.

prioridades originadas nas necessidades de garantia de permanência, reconhecimento e a funcionalidade dos direitos para o exercício da cidadania. Os depoimentos expostos até aqui nos permitem perceber aspectos práticos, que envolve a busca de terrenos e casas, os deslocamento do interior para a cidade, e pontos subjetivos, que circundam a memória, as noções de pertencimento e nos conduzem para uma esfera do cuidado e do afeto trazendo tudo aquilo que ocorre para produção de um “si”, os modos de existir. (Guattari, Rolnik, 1999 apud Soares, Miranda, 2009)

De uma forma diferente do apresentado até então, a história de D<sup>a</sup>. Silvia nos mostra outra forma de vínculo com a Vila África, ela, nascida em Santo Antônio da Patrulha, ao visitar uma tia que morava em Taquara, conhece seu atual marido, naquela época passou a namorá-lo e a frequentar o lugar de residência de sua família, a Vila África:

[...]A família dele morava aqui, a mãe dele, os irmãos dele, tudo né. Daí a mãe dele tinha derrame e um pouco antes dela morrer ela disse pra ele, que era pra ele fazer a casa dele aqui, daí foi quando ele começou a fazer, ele fez e nós já namorava, daí ela morreu né, isso já faz mais de vinte anos[...] (Entrevista Silvia Gonçalves – 2018)

Através do relacionamento e do casamento, D<sup>a</sup>. Silvia passa a morar com o esposo na rua Miguel Bauer, onde atualmente se encontra. Sendo nossa entrevistada mais nova, ela nos direciona para uma versão mais recente da imagem deste território, somando a estes conjuntos de depoimentos e nos revelando aspectos de coletividade e ajuda mútua calcado neste espaço: “(...)todo mundo a gente conhece, um cuida do outro, repara a casa, a vizinha deixa a chave pra molhar as flor (...)”. Para além das dimensões de preservação dos laços de parentescos apresentados pelas outras mulheres, através da vivência de D<sup>a</sup>. Silvia podemos adentrar os sentidos que significam este território para estas personagens, sentidos permeados pelas memórias e vínculos ancestrais, que permitem a garantia do convívio entre os seus, do amor e do cuidado.



Imagem 1: D. Silvia Regina Gonçalves cuidando das plantas em sua casa. Registro de Ana Crescêncio, 2020.

Incluimos nesta análise estes elementos, para entender que este território do qual estamos falando, também se caracteriza como um lugar, um “território de afetos”, conceito cunhado pela historiadora Mariléia de Almeida (2016), onde a partir das práticas femininas que envolvem o cuidado, a educação e a transmissão de saberes, os espaços se ampliam e as subjetividades se apresentam no deslocamento e na prática de novas configurações. Para a autora este espaço denominado “território de afetos” compreende a invenção de espaços de solidariedades, sendo constituído pelos “deslocamentos dos sentimentos relacionados tanto à materialidade da terra, seja do medo de perdê-la, seja do orgulho em preservá-la, quanto aos dispositivos dominantes de poder, que se baseiam nas exclusões de raça, sexo e classe (Almeida, 2016 p. 224)”.

Portanto neste primeiro capítulo já estão apresentados os desdobramentos das narrativas das entrevistadas, para que então se possa perceber os contornos deste território negro e as potências que através dele nos direcionam para um entendimento ampliado das relações, das formas de viver e ser na perspectiva de mulheres. O que fica evidente até aqui são as tomadas de decisões que tem como fundamento a relevância de estar e garantir a permanência e o convívio entre os seus, por zelar e valorizar o estar junto na busca de melhores condições de vida, de dignificar suas existências e trajetórias através dos espaços que foram construídos ao longo do tempo a partir de suas escolhas.

Ao longo desta escrita iremos nos deparar com os rumos definidos por Maria, Erci, Eva e Silvia, mulheres que exerceram o cuidado de si e do outro, de seus familiares, mobilizaram o afeto em seus cotidianos e com isso, conduziram suas existências para um sentido nutrido de vida, de singularidades e de construções de saberes em torno de seus espaços e territórios.

### 1.3 A Vila África e seus deslocamentos: “Então a gente foi se debandando...”

Para entendermos melhor as dinâmicas deste espaço e para situar os leitores, neste subcapítulo usaremos imagens de mapas atuais da cidade de Taquara – RS junto das referências que nossas entrevistadas apontaram no decorrer de seus depoimentos, bem como documentos disponibilizados pelo Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER-RS).

Aqui nos deparamos com histórias que nos desvelam diversas “Vilas Áfricas”, ou melhor, nos deparamos com um território itinerante que a partir da década de 1960 se refaz no sentido de não se encontrar apenas em um determinado lugar, mas sim considerado a partir de seus indivíduos, o que deixa latente as características deste território e de seus integrantes.

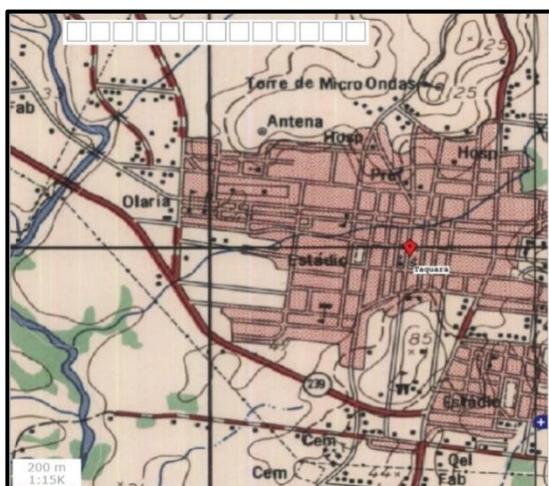
Continuamos lançando mão dos depoimentos das duas mulheres mais experientes, D<sup>a</sup>. Erci Francisca e D<sup>a</sup>. Maria Irconita, que tem suas histórias estreitamente ligadas a Vila – África, como fios condutores deste texto, onde no seu transcorrer será complementado pelas experiências de nossas outras duas protagonistas, D<sup>a</sup>. Eva Rodrigues e D<sup>a</sup>. Silvia Gonçalves que percorreram e acionaram outras formas de inserção neste espaço comum a todas. O esforço neste subcapítulo está em torno da compreensão deste território a partir da perspectiva e relevância dos depoimentos coletados e sobretudo está voltado para a valorização das evidências e surpresas que ocorrem no desenvolvimento da pesquisa. Para ficar mais compreensível, precisamos recuar para o período de coletas de fontes e realizações das entrevistas.

Em primeiro momento, como não pertencço a esta localidade, pouco sabia sobre sua história, tinha apenas como referência os moradores da Vila África que residiam na rua Miguel Bauer, e como suposições, as expectativas de que ali se desenvolvera todo um processo de demarcação social e de representatividade. Pois bem, ao entrevistar D<sup>a</sup>. Maria, me deparo com uma narrativa que amplia as possibilidades de investigação, ao mesmo tempo em que suprime as primeiras hipóteses e problemas da pesquisa.

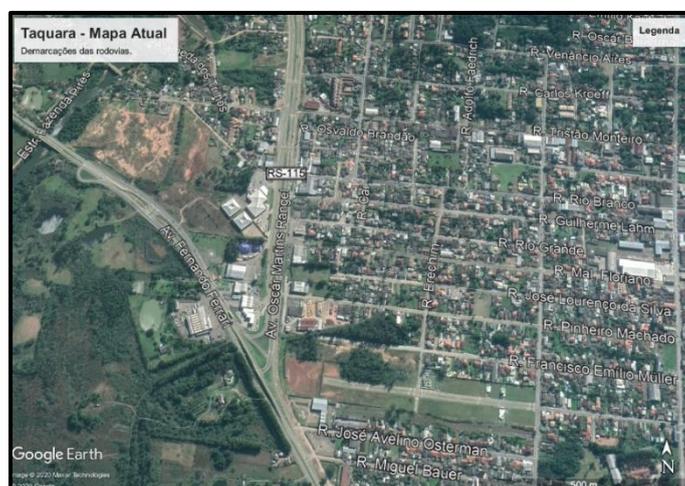
Para a nossa entrevistada, D<sup>a</sup>. Maria, existiram três espaços denominados Vila África, que se reconstruíram a partir de seus indivíduos devido a construção da ERS-115 na década de 1960, rodovia que liga a cidade de Taquara aos municípios de Canela e Gramado. A primeira remonta o contexto anterior a década de 1960, estando relacionada com a vinda de trabalhadores ferroviários; a segunda (rua Pinheiro Machado) e a terceira (rua Miguel Bauer) sendo lugares próximos onde os moradores decidiram morar a partir da desapropriação ocorrida com a intervenção das estradas. Durante nossa entrevista, pergunto o motivo pelo qual apenas a rua Miguel Bauer é reconhecida atualmente como Vila África, ela responde:

[...]Eles nunca reconheceram a primeira Vila África porque era uma várzea, meu pai dizia, era só banhado! Eu tinha dois anos, meu umbigo [cordão umbilical] foi enterrado na lagoa, a lagoa tava sempre ali, eles atulharam depois. (Maria Irconita Pacheco – 2019)

A localidade ao qual Dona Maria se refere, condiz com o que atualmente se apresentam como os entroncamentos das rodovias ERS-115 e ERS-239, estradas que ganham destaque quando analisamos o mapa da cidade. O município de Taquara é atravessado por essas rodovias que ligam a capital e região metropolitana à serra gaúcha.



**Imagem 1:** Mapa topográfico da cidade de Taquara – RS, retirada do site: <http://coral.ufsm.br/cartografia.index.php?opti>



**Imagem 2:** imagem de satélite retirada do programa Google Earth, com as coordenadas: 29° 38'54.43"S; 50°47'45.01 O; Data da imagem: 05/05/2020.

Fizemos o uso deste mapa topográfico (Imagem 1) desenvolvido pelo exército na década de 1970, onde se apresentam relevos e detalhes do território que compreende o município de Taquara, a utilização deste mapa se dá pelo fato de na época serem os principais documentos oficiais. O que podemos perceber a partir destas duas imagens, para

além do desenvolvimento urbano, são os contornos destas rodovias e seu impacto na disposição urbana. Percebemos também a proximidade do rio e de pequenos córregos com relação a estas estradas, o que nos leva a pensar sobre o “banhado” mencionado no depoimento anterior.

As primeiras referências da Vila África que nossas entrevistadas apontam referem-se às ruas em destaque no mapa a seguir, lugar este que se apresenta deslocado do centro da cidade, configurando o que já fora apontado em outras pesquisas, que consideram que a espacialidade é uma interpretação material da vida social (Sommer, 2005), a ligação afetiva que provem deste espaço vivido transforma-se em um território significado de experiências individuais e coletivas do presente-passado:

[...]No meu ponto de vista os descendentes nosso tudo foram daqui entre a Loureiro [rua] e essa outra, Marechal Floriano [rua] essa lá Rio Grande [rua] e aquelas ruas que tem pra li tudo era morro, só morro, e os neguinho vinham de fora, uns trabalhavam em ferroviária e daí vieram embora pra cá porque a ferrovia veio era ali né, tudo. Ali onde é o piazzito[posto de gasolina] era a estação ferroviária né, mas o povo todo que vieram de lá eram negros como se diz, a redondeza toda era negro. (Maria Irconita Pacheco – 2018)

Pontuamos na imagem abaixo as ruas presentes na narrativa, para evidenciar a amplitude deste lugar rememorado, também se faz importante destacar a presença da ferrovia como um espaço que fomentou trânsitos na cidade, que segundo relato de nossa entrevistada, justificou a presença de mão de obra negra na região. As referências na imagem correspondem aos nomes das ruas mencionadas na narrativa de D<sup>a</sup> Maria, sendo a referência 1 a rua Rio Grande, a referência 2 a rua Mal. Floriano e a referência 3 a rua da Loureiro da Silva.



**Imagem 3:** imagem retirada do satélite através do programa Google Earth, com as coordenadas: 29°38'54.43"S; 50°47'42.61"O;

Data: 05/05/2020

A implantação da estrada de ferro na cidade teve sua construção iniciada em 1903, o percurso ligava os municípios de Novo – Hamburgo, Taquara e Canela, tendo sua construção concluída em 1924. Todo este processo fez parte das medidas adotadas pelo governo do Estado para a modernização de sua infra-estrutura, onde os meios de transporte tiveram um papel fundamental tanto para o desenvolvimento econômico quanto para o populacional e urbano<sup>29</sup>.

Esta busca pelo desenvolvimento reforçava, no início do século XX, para além de uma questão prática de mobilidade, as influências e alinhamentos políticos entre governos estaduais e municipais. As ferrovias simbolizavam a expansão capitalista e a investida de domínio do Estado brasileiro nos interiores, por meio dela a cidade recebeu novas populações (imigrantes), e atraía a população negra dos arredores, que nela conseguiu empregos. No mundo do trabalho ferroviário, tal como em outros serviços públicos, havia dinâmicas de estruturas de dominação: imigrantes, imigrantes x nacionais, imigrantes x negros, tudo isso refletido em relações de hierarquia, ainda mais latentes nestas regiões de imigração (SANTOS, 2012). O serviço público também apresentava outras práticas, além da possibilidade de ascensão social de seus trabalhadores, o desenvolvimento do senso de coletividade e de uma “cultura ferroviária”(LIMA, 2003) que poderia ser passada por gerações, fazendo com que os vínculos entre os companheiros de trabalho poderiam ser maiores que os vínculos com a empresa. Contudo, se o emprego público significou uma alternativa para trabalhadores negros, não se pode ignorar as clivagens sobre a possibilidade de ascensão social, Santos (2012), a partir de análise das fichas trabalhistas de ferroviários em Santa Maria – RS, constata que a ascensão dos trabalhadores brancos é maior, contínua e mais rápida de que trabalhadores negros

Existem pesquisas debruçadas em compreender a ferrovia a partir das pessoas que a compunham em diferentes regiões e contextos, podemos considerar neste caso, que através deste feito logístico, foi possível notar a organização em diferentes frentes, destes trabalhadores. Em municípios do interior, como Santa Maria, a organização destes trabalhadores ferroviários implicou na fundação da Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio, espaço de sociabilidade e instrumentalização destes operários que tinham para além da classe, a cor em comum<sup>30</sup>. Isso fora indispensável para a preservação e construção de

---

<sup>29</sup> Dentro deste contexto o trem fora um marco para a cidade e sua população, possibilitando a ampliação de recursos, mobilidade e garantindo redes. Para ver mais: MULLER, 2015.

<sup>30</sup> Em vários municípios gaúchos temos organizações negras que são compostas por trabalhadores ferroviários ou que são fundamentadas a partir de uma categoria operária. ESCOBAR, 2010; NUNES, 2010; MAGALHÃES, 2010; SILVA, 2012; NUNES, 2013.

uma identidade que buscava viabilizar suas existências a partir dos espaços. Fundou-se times de futebol, sociedades bailantes e “vilas operárias”, onde a permanência destas distinções nas relações sociais também refletiam na espacialidade<sup>31</sup> urbana.

Dentro desta lógica encontramos, agora no Vale dos Sinos, territórios que correspondem a esta disposição espacial pautada em alguns critérios como a classe e a cor. Em Novo Hamburgo, cidade pólo-industrial calçadista na década de 1960, tinha sua fundação pautada no progresso e na abundância, características atribuídas ao trabalho livre que acompanhou a colonização alemã na região. Assim como em outros lugares que receberam este contingente étnico, pesquisas etnográficas se debruçam para estas relações, no que se refere ao trabalho, por exemplo, as ocupações de determinadas funções no setor calçadista estava interligada a critérios hierarquizantes baseadas nas percepções etnicorraciais, os curtumes eram majoritariamente compostos por trabalhadores negros, enquanto as fábricas de calçados, tinham a maioria dentre seus funcionários, trabalhadores brancos/alemães. Pontuamos estas diferenças para evidenciar que, para além dos empregos, os lugares sociais refletem, estruturam e balizam as trajetórias dos sujeitos. (NUNES et. al. 2013)

Ainda no mesmo município, que fica 42 km distante da cidade de Taquara, existiram territórios demarcados sob o prisma racial e social, o bairro África e o Mistura nos revelam uma Novo Hamburgo que no seu entorno desenvolveu representações espaciais a partir de seus habitantes. Isso nos aponta para a significativa presença da população negra na região. Conforme Magalhães (2010), estes bairros tinham muito em comum, o fato de estarem localizados em regiões periféricas do município, para além da composição geográfica, evidenciavam os significados sociais. Ambos lugares não recebiam atenção das autoridades no que se refere ao saneamento básico e boas condições de moradia, no entanto, quando se tratava de ocorrências policiais e medidas de controle, os órgãos competentes se faziam presentes, o que contribuía muitas vezes para atribuições pejorativas e estigmatizadas destes locais.

As referências sobre a presença e organização de trabalhadores negros se dão na maioria dos casos, através da oralidade, nas narrativas de nossas entrevistadas, e está vinculada a presença da via férrea na cidade juntamente com a formação da “vila –

---

<sup>31</sup>A espacialidade, para Massey (2012), se concebe como um espaço de possibilidade de existência, acolhendo as multiplicidades na esfera da heterogeneidade e da diferença. O espaço abre um leque de possibilidades onde se encontram um constante por vir, estando sujeito a construção dos indivíduos que o compõe.

África”. Pesquisas sobre o tema em específico, dos trabalhadores da via férrea em Taquara, ainda carecem de atenção, porém não podemos descartar estes relatos que apontam para esta relação entre a espacialidade e os trabalhadores.

Se faz importante ressaltar que estes territórios eram representados a partir dos olhares e percepções alheias, com demarcações e atribuições adquiridas na diferença, dentro de um campo de relações de poder. E é justamente neste jogo que ocorrem as definições, apropriações e reconhecimento de seus indivíduos. Neste trabalho nos deparamos com a oralidade e a memória de sujeitos que experienciaram estes lugares, o que nos imprime suas simbologias e representações, fazendo com que percebamos suas articulações dentro da espacialidade que envolvem os territórios negros, e como observamos até aqui, estão também estreitamente relacionados com uma esfera ocupacional de seus integrantes.

Em Taquara se revelam estes elementos que envolve a ocupação dos indivíduos e suas origens nas formas de organização que fundamentam a formação da Vila África, elementos que nos apontam para as influências em comum das cidades da região: imigração, região comercial/industrial, desenvolvimento urbano e habitacional. A primeira referência conferida a Vila África se dá pela construção da via férrea, em um contexto de desenvolvimento urbano/social. Retornemos ao excerto da entrevista de D<sup>a</sup>. Maria para compreender esta lógica: “[...]Ali onde é o piazito [posto de gasolina] era a estação ferroviária né, mas o povo todo que vieram de lá eram negros como se diz, a redondeza toda era negro.” Na imagem abaixo está a referência mencionada na entrevista, a antiga estação ferroviária da cidade de Taquara, na década de 1920, uma das poucas imagens que nos revela uma cidade em contraste entre os elementos urbanos e rurais, que se complementam e vislumbram a “modernização” sobre os trilhos.

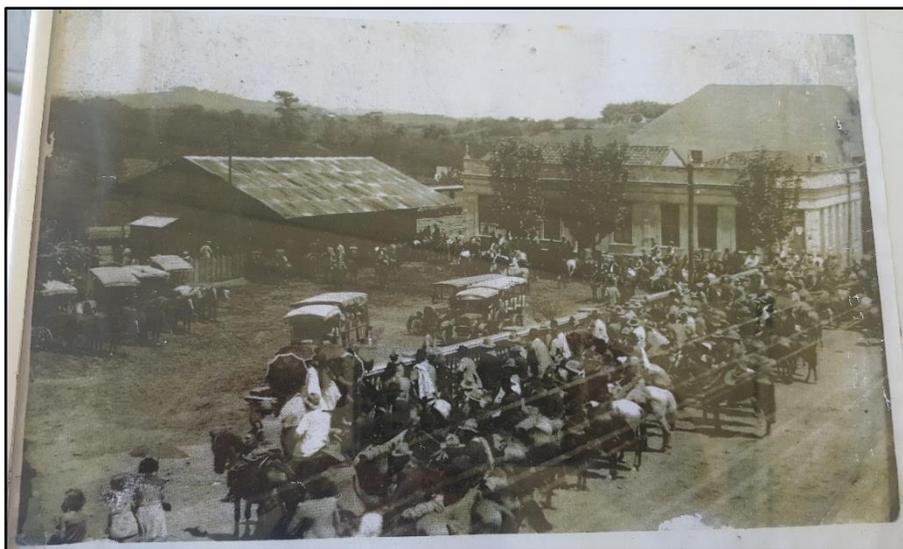


Imagem 4: Antiga ferroviária de Taquara. Fonte: Nestor Dietrich – dez, 2018.

Nos deparamos aqui com a ausência de fontes documentais que apontam registros sobre a “redondeza negra” que o trecho descreve, no entanto, a memória que remonta a Vila África está vinculada a este processo de construção da via férrea e desenvolvimento urbano.

Precisamos questionar sobre o silenciamento das fontes, e, por outro lado, abordar principalmente em fontes a população negra se faz presente. Em pesquisas que são referências para este trabalho, usou-se ocorrências policiais e outros registros onde a partir de um olhar recriminatório percebia-se a existência destes sujeitos. Nesta pesquisa não nos atemos aos registros burocráticos/policiais, e, para além das entrevistas, a outra fonte utilizada a fim de levantamento documental, foram os jornais, onde não encontramos referência a este lugar. Estamos no esforço de valorizar as trajetórias destas mulheres e, principalmente, dar ouvidos e preencher as vistas com depoimentos que trazem do esquecimento um conjunto de pessoas que viveram este período significando as suas existências e noções de pertencimento. Este sentimento já nos é suficiente para apontar e trazer ao texto os elementos que integram um território negro como um espaço experienciado, praticado e preenchido por vínculos, símbolos, afetuosidade, memória coletiva e ancestralidade (VIEIRA, 2017). Para D<sup>a</sup>. Maria os primórdios da Vila África muito têm a dizer sobre seus antepassados e sobre os movimentos que a população negra taquarense ao longo as décadas de 1960 e 1970 adotaram para fins de permanência.

Foi neste período que a construção da rodovia ERS – 115 começa a tomar forma e direcionamento, e através desta interferência governamental a área que correspondia à antiga Vila África entra no percurso desta estrada e, conforme o processo de seu

desenvolvimento, seus moradores começam a ser notificados com o comunicado de que serão removidos do local e indenizados pelo Estado:

[...] Nós moramos ali uns anos e daí depois quando foi um dia eles disseram, veio uns senhores e disseram, que eu acho que era do governo, e disseram: Olha vem uma faixa de Canela que vai atravessar aqui onde vocês moram. Vai dar na direção de onde vocês moram. Daí minha mãe ficou de olho estralado, como a faixa vai vim na direção da onde nós moramos? A faixa medição que vem de Canela que é esta faixa que vem de Igrejinha ia dar bem na reta de onde nós morava e os outros negros também e daí ficou.. “Não, como é que vamos ficar? Isso e aquilo” e aí começaram.. e eles disseram: “Não, quando essa faixa vir aqui, ela já tá vindo, ela já tá chegando, e quando ela chegar aqui, quando tiver perto, nós vamos vir aqui e vamos pagar vocês, pra vocês sair daqui, pra vocês comprar um terreninho e uma casa em outro lugarzinho e ficar em outro lugar porque a faixa vai passar aqui. Vocês vão ter que sair daqui. E daí tá! Ficou. Daí nós, a faixa veio, quando tava lá em cima em Igrejinha eles vieram e começou a medir os terreno e medir tudo os tamanho das casinha e tudo casinha pequinhinha, uns casebrezinhos de madeira eu não tinha nada, não tinha banheiro, não tinha nada era só poço de água, poço de chão e daí começaram a indenizar, pra sair dali e daí foi quando nós saímos dali e minha mãe comprou aqui. (Erci Francisca da Silva - 2017)

Para D<sup>a</sup>. Erci este período foi bem marcante, pois implica em uma intervenção que resulta no deslocamento de moradia, como percebemos em sua narrativa. Ela também nos traz elementos estruturais desta primeira Vila África, onde não há condições de saneamento básico como água e esgoto em suas residências. Isto, infelizmente fora muito comum em localidades que se encontram nas periferias das cidades, e dentro desta lógica estrutural, como já mencionado, os poderes/serviços públicos se faziam presentes para atender outras questões dentro destes territórios. Esta precariedade de recursos acabou reforçando ainda mais características que são comuns e essenciais para o ser e estar dentro dos bairros populares, a partir deste cenário se formam as redes de solidariedades e apoio entre esta comunidade (antiga Vila):

[...]começou a não ter água, a gente fazia poço pra ter água e não tinha água, caía tudo, desmontava e a gente não conseguia. Então o que tinha que fazer, lavar roupa com a água do valão, tudo tinha que ser com a água do valão[...]Ainda tinha a bica que o pessoal lavava tudo roupa ali. [...] (Maria Irconita Pacheco – 2018)

O processo de urbanização nas grandes cidades e nos interiores não se faziam acompanhar de uma plena expansão de modernização e desenvolvimento. Ainda que isso fosse possível, o alcance destes recursos não atingia estas regiões dos bairros periféricos por diversos fatores, sendo um deles relacionado as condições sociais de seus moradores. Estas características estruturais também estão presentes nas vilas de malocas, fenômeno que ocorreu a partir da década de 1940 em algumas cidades brasileiras. Para Weimer

(2018) em sua composição estavam a fragilidade da titulação de terras, a precária condição de infraestrutura e a pobreza de seus habitantes<sup>32</sup>.

Estes dois depoimentos, de D<sup>a</sup>. Maria e D<sup>a</sup>. Erci, se complementam e colocam em contraste uma cidade que por ora foi muito promissora com o advento da ferrovia e das fábricas à medida que no seu desenvolvimento manifestou traços de segmentação social e territorial. A Vila África se apresenta como um espaço demarcado pelos seus indivíduos, e nos revela as dimensões possíveis enquanto território negro: sua multiterritorialidade.

Conforme discorremos sobre a historicidade deste território, elementos são identificados como características deste processo. Para Haesbaert (2004) o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, seja ela de cunho material fruto das relações políticas e econômicas, ou a partir de relações de ordem simbólica, estritamente cultural. Neste caso são estes dois fatores que envolvem e nos revelam as complexidades que contornam a Vila África. Para além das questões simbólicas de apropriação apresentadas até aqui pelos seus habitantes, também nos deparamos com a esfera interventora do Estado, que representa outro tipo de relação com este território, condiz com a dominação e noções de posse que muito tem a nos dizer sobre seus significados, representações e funcionalidades. Estas duas dimensões (do poder público e dos agentes) indicam o campo das disputas que constroem a territorialidade, ou seja, um território ganha formas e contornos quando múltiplo e disputado. Neste período da década de 1960 quando se inicia todo este processo de deslocamento e indenização para com as famílias da Vila África, muitas delas procuram lugares próximos as suas antigas moradias para adquirir um terreno e/ou uma casa.

Se fez necessário entrar em contato com o DAER para entender como se deu todo este processo de indenização e identificação dos moradores deste território, principalmente no que corresponde a nossas entrevistadas, e assim foi encontrado um documento relacionado a desapropriação de faixa de domínio que faz referência a este período e seus habitantes. Em destaque está o nome de Otília Francisca da Silva, com número do processo 15458/65, mãe da D<sup>a</sup>. Erci Francisca da Silva. Este registro serve para complementar sua narrativa, onde relembra que sua mãe fora surpreendida pelos “homens do governo” e que tiveram a garantia de que seriam indenizados.

---

<sup>32</sup> Para o referido autor, que se ateu a pesquisa de imagens racializadas das vilas de malocas, estes lugares estavam associados ao ócio, promiscuidade, crimes e perigo, localizadas em zonas periféricas da cidade de Porto Alegre, sob o ponto de vista da saúde e da estética, eram espaços indesejados. Ver mais em: Weimer, Rodrigo de Azevedo. *Gildas de todas as cores: construção de imagens racializadas das vilas de malocas*. Porto Alegre, 1940 – 1950.

DAER-DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM											Processos com tipo		T o d o s		Página: 4	
DES-DESAPROPRIAÇÃO DE FAIXA DE DOMÍNIO											Processos com situação		ESCR. PAGAMENTO		Data: 06/04/20	
RDE30011-Relatório Sintético em Ordem Alfabética															Tem: 177.4.211.234	
Rodov/Tre	Processo	Ano	Nome do Expropriado	Proc Anx	Nº Decr	Data Decr	Tipo	Dt Aval	Benf.	Sit. DOP	Valor Avaliação	Valor Benfeteria				
2 115 1	13342/67	1967	ARNOLDO OTTOMAR EKEIN	0	62504	08/07/1974	A	17/06/1968	S	4 15	0,64	0,00				
2 115 1	13602/68	1968	ANNA LUEKE	0	62504	08/07/1974	A	05/06/1970	S	4 15	0,45	0,00				
2 115 1	14435/65	1965	ALVICIO GERHART	0	23212	18/09/1978	A	12/09/1966	C	4 15	106,00	106,00				
2 115 1	14436/65	1965	ARLINO MORRACH	0	23212	18/09/1978	A	15/07/1966	C	4 15	0,41	0,41				
2 115 1	14500/67	1967	AFONSO DREHER	0	62504	08/07/1974	A	03/04/1970	C	4 15	1,35	0,51				
2 115 1	14760/65	1965	ARNOLDO MULLER	0	23212	18/09/1978	D	30/03/1966	C	4 15	4,43	4,43				
2 115 1	14761/65	1965	JOAO SCHILING	1476265	23212	18/09/1978	*	22/08/1966	S	4 15	0,22	0,00				
2 115 1	14762/65	1965	ANITA SCHIFFER	0	23212	18/09/1978	A	13/07/1966	S	4 15	0,43	0,00				
2 115 1	14763/65	1965	ARNOLDO E NILO BRAYER	0	23212	18/09/1978	A	27/07/1966	C	4 15	0,35	0,35				
2 115 1	14764/65	1965	WILLI BRUSIUS	0	23212	18/09/1978	A	28/06/1966	C	4 15	58,00	58,00				
2 115 1	14818/67	1967	MARLISA LIANE HAACK	0	62504	/ /	A	30/07/1968	C	4 15	0,96	0,06				
2 115 1	14976/67	1967	ALOISIO NEUMANN	0	62504	08/07/1974	A	02/08/1968	S	4 15	0,55	0,00				
2 115 1	15040/65	1965	EDMUNDO ALFREDO LEUCH	0	23212	18/09/1978	D	01/08/1965	*	4 15	0,01	0,09				
2 115 1	15053/65	1965	VALENTINO BLAUTH	0	23212	18/09/1978	D	10/08/1965	C	4 15	0,01	0,01				
2 115 1	15117/68	1968	HENRIQUE BELOTTO	0	62504	08/07/1974	A	19/12/1998	S	4 15	2,28	0,00				
2 115 1	15119/68	1968	FRIEDRICH W.HOPPMANN	0	62504	08/07/1974	A	28/01/1969	S	4 15	0,40	0,00				
2 115 1	15457/65	1965	ARNALDO BAUER	0	23212	18/09/1978	A	08/08/1966	S	4 15	0,53	0,00				
2 115 1	15458/65	1965	OTILIA FRANCISCA DA SILVA	0	23212	18/09/1978	A	18/05/1966	C	4 15	0,61	0,00				
2 115 1	15459/65	1965	OTILIA IGACIA DE SOUZA	0	23212	18/09/1978	A	27/06/1966	C	4 15	0,93	0,47				
2 115 1	15460/65	1965	ODETE LINA DA SILVA	0	23212	18/09/1978	A	18/05/1966	C	4 15	0,70	0,42				
2 115 1	15461/65	1965	DALMINA RICIERI	0	10084	03/07/1966	A	16/08/1965	C	4 15	0,01	0,71				
2 115 1	15462/65	1965	HUGO ALFREDO PEDRO HAUMEL	0	23212	18/09/1978	A	27/06/1966	S	4 15	0,60	0,00				
2 115 1	15616/68	1968	ALZEMIRO SASTOR	0	62504	08/07/1974	A	28/01/1969	C	4 15	1,16	0,11				
2 115 1	15617/68	1968	PEDRO NARCISO DE OLIVEIRA	0	62504	08/07/1974	A	06/04/1970	S	4 15	1,49	0,00				
2 115 1	15617/69	1969	MAURILIO AROZI	1022767	62504	08/07/1974	A	29/05/1968	C	4 15	2,04	1,75				
2 115 1	15618/68	1968	ALZEMIRO DA SILVA	3218074	62504	08/07/1974	A	28/09/1970	C	4 15	1,56	0,24				
2 115 1	15638/65	1965	MAXIMILIANO VALENTINI	0	23212	18/09/1978	A	30/07/1966	C	4 15	4,79	2,73				
2 115 1	15812/68	1968	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	0	62504	/ /	A	31/08/1970	S	4 15	1,22	0,00				
2 115 1	15867/65	1965	LUIZ DALPOAS SOB	0	23212	18/09/1978	A	29/12/1966	S	4 15	0,24	0,00				
2 115 1	16069/65	1965	DIVO GENTIL SANTOS	0	23212	18/09/1978	A	18/07/1966	C	4 15	0,79	0,59				
2 115 1	16070/65	1965	JOAO F.SCHNEIDER	0	23212	18/09/1978	A	25/05/1967	C	4 15	0,01	0,26				

Fonte: Documento disponibilizado pelo DAER-RS referente a ocupação do lugar onde a faixa, ERS-115 implicou na remoção destas pessoas.

Nos detemos somente na desapropriação da família de D<sup>a</sup>. Erci, visto que as demais entrevistadas adentraram neste território após este processo. Percebemos nesta lista de desapropriados vários sobrenomes que nos sugerem pensar na composição deste lugar, que remetem a uma composição étnica diversificada, e que acaba nos revelando aspectos da primeira Vila África como um território composto pela coexistência de grupos não homogêneos em sua composição étnica. Ao longo deste documento de seis páginas, ao total foram desapropriadas 196 pessoas, todas elas indenizadas pelo Estado, iniciando na década de 1960 e tendo seu decreto mais tardio na década de 1980.

Assim como já vem sendo referenciado, muitos destes bairros populares não limitam suas constituições a um único grupo étnico-racial. Eles são construídos através da pluralidade, assim como os bairros África e Mistura em Novo Hamburgo, muitos outros existiram e ainda existem, com processo histórico muito semelhantes. É o caso dos bairros Cidade Baixa e Colônia Africana, que ainda no século XIX tiveram sua formação muito evidenciada nos periódicos da época em Porto Alegre. Estas localidades da capital eram taxadas como perigosas e desassistidas pelo poder público no que compete a infraestrutura, apresentavam terrenos e casas acessíveis às condições dos trabalhadores da época, e anos depois, passaram por um processo de “desapropriação” no sentido de que a medida que o contingente de imigrantes iam se instalando nestes lugares, estes passaram a ter outra conotação e reconhecimento. Para Rosa (2019), a interação destes grupos étnicos e raciais como os negros, pardos, brancos, africanos, portugueses e italianos tinham suas

coexistências pautadas nas condições sociais em que se encontravam. A Colônia Africana acolhia várias gentes, e nos incentiva a pensar que a Vila África também passou por um processo semelhante, onde seus indivíduos compartilhavam da subalternidade e, em muitos casos, deixando evidente que outros critérios prevaleciam e os diferenciavam.

Estes critérios que são perpassados pelas classificações de cor, raça e nacionalidade, surgem principalmente em situação de conflito, ao se debruçar tanto sobre os periódicos que circulavam na capital no início do século XX, quanto as ocorrências policiais, Rosa (2019) identifica uma Colônia Africana localizada entre o “entremeio” da zona urbana e zona rural. Muito destes atritos estavam relacionados com o espaço e a criação de animais e relacionamento de vizinhança, que acabavam em ameaças e até mortes.

Como não nos detivemos aos registros policiais para o desenvolvimento deste trabalho, não podemos afirmar que a Vila África apresentava estes componentes, mas o que fica evidente a partir da análise da lista de desapropriados devido a construção da ERS-115, são as características que definem os territórios negros, como a não homogeneidade de seus moradores, sua descentralização e os processos que o atravessam, como a modernização/urbanização das cidades.

A partir disto podemos prosseguir na escrita para apresentar os caminhos percorridos a partir de decisões adotadas pelos moradores da Vila África, tendo como base suas desapropriações territoriais. Conforme os depoimentos que veremos a seguir, eles nos levam a perceber um território pulverizado, no sentido de que aquele espaço antes delimitado, ganha fluidez e outras dimensões. Vamos nos deparar com outros elementos que compõem a territorialidade urbana, concebendo-o como um espaço vivo e pulsante!

### 1.3.1 A rua Pinheiro Machado e Miguel Bauer

[...]A Vila África acabou aqui e abriu lá. Então aquela lá ela foi de 1960 e poucos né, eu não tenho bem lembrança, mas quando ela saiu, que a nossa vila aqui saiu, o meu filho tá com 53 e ele já tinha nascido, o mais novo meu, e olha bem, esses que moram aqui tem 55, tem a outra aqui que tem 58 e a outra lá 59, tudo nasceram ali na Vila África e daí ela passou pra lá [rua Miguel Bauer] e daí lá foi mais gente também que morava aqui na Vila África, foi, acharam bom o terreninho, fácil de comprar e foram indenizados, emprega a primeira coisa um dinheirinho que ganharam do DAER e daí compraram os terreninho ali. (Maria Irconita Pacheco – 2018)

Com a possibilidade de aquisição de um terreno a partir da indenização, os moradores da Vila África se deparam com ofertas de acesso facilitadas que garantiam suas

permanências. D<sup>a</sup>. Maria após este processo se fixa na rua Pinheiro Machado, onde mora até os dias atuais, já D<sup>a</sup>. Erci se encontra na rua Miguel Bauer, juntamente com as demais entrevistadas, D<sup>a</sup>. Silvia e D<sup>a</sup>. Eva. Neste subcapítulo trataremos das dinâmicas que envolveram este processo de “fragmentação” desta primeira Vila África, tendo as trajetórias destas mulheres como referências para entender as lógicas que foram criadas neste processo para suas significações. Aqui nos referimos a duas Vilas África, a da rua Pinheiro Machado e a da rua Miguel Bauer. A referência a um local ainda mais antigo de habitação de famílias negras, feita por D<sup>a</sup> Maria que correspondia aos arredores da antiga estação férrea, foi considerada na análise da narrativa desta senhora, mas esta dissertação está focando os territórios para os quais temos mais dados.

Estas duas ruas são muito próximas, sendo a rua Pinheiro Machado uma via importante de conexão entre os pontos oeste – leste do município. Já a rua Miguel Bauer tem seu reconhecimento mais recente, conforme as narrativas que serão incluídas no decorrer da escrita. Inclusive, no que corresponde às leis municipais sobre logradouros da cidade, esta rua não possuía status jurídico até o ano de 2003, a partir deste ano então, após o projeto de lei da câmara municipal, nº148 de 03/11/2003 passa a ser regulamentada por decreto<sup>33</sup>. Como historiadores, sabemos que estes processos políticos-judiciais adotam caráter seletivo, nos revelando posturas excludentes que partem da esfera pública e que atingem grupos sociais que são desfavorecidos. Ter o reconhecimento tardio muito tem a nos dizer sobre a atenção dada pela administração municipal aos moradores da rua Miguel Bauer. Importante nos atentarmos para estas questões burocráticas pois elas também complementam e alicerçam nosso olhar sob estes processos de desapropriação que os moradores da Vila África foram submetidos. Para situar a leitura com os pontos de referência que estamos trazendo para o texto, fazemos uso das imagens de satélite para complementar e tornar compreensível este processo de deslocamento juntamente com os lugares que estão presentes ao longo do trabalho.

---

<sup>33</sup> Ver anexo.



Imagem 5: imagem retirada do satélite através do programa Google Earth, com as coordenadas: Miguel Bauer: 29°39'11.85"S; 50°47'31.34"O; e Pinheiro Machado: 29°39'01.16"S; 50°47'30.77"O Data: 05/05/2020

Este mapa nos auxilia a referenciar os lugares e a perceber a espacialidade a partir das moradias de nossas entrevistadas, e, sendo o espaço uma configuração de um processo de relações inter-pessoais e da multiplicidade, ele se apresenta neste caso, como um produto das relações (Massey, 2012). Não podemos afirmar que todos os moradores da antiga Vila África se fixaram em seus contornos, mas o que fica evidente diante das narrativas e localizações das mulheres deste trabalho, são fatores para além dos terrenos a preços acessíveis terem influenciado suas permanências próximas a este território, as relações construídas a partir destes.

Também se faz importante trazermos para esta análise os conceitos de territorialidade, multiterritorialidade e desterritorialização para entender as representações dos movimentos feitos por estas famílias. Em primeiro momento, tendemos a interpretar a “fragmentação” de um território, como um possível fim de sua existência, não considerando que seus elementos simbólicos e subjetivos não se dissipam com a delimitação física. Neste caso, mesmo após a indenização e deslocamento das famílias, existe as lembranças e principalmente, a referência à Vila África atribuída também à rua Miguel Bauer. Isso nos indica a relação que a territorialidade tem com a desterritorialização, ou seja, as representações e simbologias que um determinado grupo possui não se dá isoladamente, está diretamente ligado a um conjunto de ações e comportamentos, possui uma dimensão política e diz respeito também a relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, suas formas de organização e como elas dão significados ao lugar (SACK, 2011 p.

6). Isso significa que o território não está limitado a espacialidade física, e sim, está diretamente ligado as vidas que o compõem, ele existe porque seus sujeitos lhe atribuem memórias, significados e, muitas vezes também adotam definições que lhes são atribuídas. A Vila África existe através de seus moradores/ ascendentes, mesmo que isto não seja um consenso entre eles, como veremos no decorrer do segundo subcapítulo. O que queremos evidenciar aqui são as características que o fundamentam como um território múltiplo, experienciado e não desterritorializado, justamente porque seus elementos são vivos e vinculados às suas representações.

Para Haesbaert (2008), a desterritorialização é um mito, pois se trata de um processo indissociável da territorialização, as relações sociais não se findam com o fim das referências do espaço geográfico, ou seja, elas independem destas limitações. O fato de algumas famílias descendentes dos moradores da antiga Vila África residirem na rua Miguel Bauer e na rua Pinheiro Machado, faz com que estes espaços adquiram novos contornos e significações desenvolvidos a partir de seus habitantes, que o atribuem sentidos e práticas, certamente nos permitindo identificar as formas de posse/poder sobre estes lugares.

Para fins de compreensão sobre o que está sendo escrito/dito e o que foi experienciado pelas nossas entrevistadas, vamos fazer um breve percurso sobre estas duas ruas: Pinheiro Machado e Miguel Bauer a partir de suas moradoras e seus fazeres nestes espaços, percebendo suas subjetividades, seus sentidos práticos e sua importância para estas famílias.

#### 1.4 “Minha fé é inquebrantável!” - A rua Pinheiro Machado: território de fé

[...]Aqui a vila África [rua Pinheiro Machado] era branco e preto, só que botaram... os que compraram era preto e branco, não era só dizer negro, não. Aqui foi pro pobre, né! [...] (Entrevista Maria Irconita Pacheco – 2018)

Neste excerto D<sup>a</sup>. Maria caracteriza a rua Pinheiro Machado como sendo um lugar de gente pobre, onde os quesitos de cor não limitavam suas convivências. Ela como única mulher residente nesta rua – das 4 participantes deste trabalho – relembra e faz questão de demarcar este período em que, após a indenização, os moradores da “primeira” Vila África compraram seus terrenos. Também o que fica evidente, a partir de sua fala, é que ela também se refere à rua onde mora como “Vila África”.

Ela se inclui nestes movimentos e se encontra até os dias atuais morando neste mesmo lugar, junto de alguns de seus filhos e netos. Para ela, como podemos ler ao longo deste capítulo, este espaço possui muito valor, pois está relacionado com sua história de vida, com sua família e seus antepassados. Se tornou também um espaço de fé, e uma referência de religiosidade afro em Taquara.

Seu centro de Umbanda existe há mais de 50 anos na cidade, sendo um dos mais antigos, hoje tem seu reconhecimento e referências, mas no início nem sempre fora assim. Devido aos vários acontecimentos relacionados com seus filhos, como perdas e doenças, D<sup>a</sup>. Maria e seu esposo, na época, procuram ajuda na religiosidade para se fortalecer e ter orientações diante das situações adversas da vida. Encontrou na Umbanda um caminho de acolhimento e fortalecimento diante de suas aflições, atribui à religião a cura de um filho desenganado e o caminho da luz e do amor como a orientação necessária.

Durante este processo de reestabelecer a saúde de seu filho, ela recebia em sua casa pessoas que orientavam os trabalhos, este processo durou cerca de nove meses e que fundamentalmente precisou da ajuda de seus vizinhos para se realizar:

[...]Eles vieram de carro alugado, vieram e fizeram a primeira... só que ele disse pra nós: “você se dão bem com os vizinhos de vocês?” Nos damos! “Então vou pedir uma coisa pra vocês: vão pedir pra eles, que se eles gostam de vocês, peçam pra eles participar das nossas orações, se é que eles querem ver vocês bem. Vocês podem fazer isso?” Podemos! E eu minha filha, olha bem, essa vizinhança minha aqui, ninguém era, ninguém aceitava a Umbanda! Eram kardecistas que não aceitavam a Umbanda, alemão que eram protestante e os católico que eram só italiano! Olha bem, tu no meio disso tudo! Um não aceitava o outro. E eu, como que vou avisar essa gente? Então o que nós fizemos, vamos falar com os vizinhos! E os vizinho: - não, nós vamos estar lá de noite! Chegou o dia, chegou o carro, aquelas rural né, rabo de peixe. Chegou eles, de cinco aqui. Foi na minha cozinha, minha mãe tinha trazido uma mesinha de vime, pra botar uma toalha em cima para fazer as orações, quando começou... eu nunca vou me esquecer, disso aí: quando começou as orações, era só gente caindo no chão! Começou tudo! E os que podiam, queriam sair correndo. Não corram e acreditem! Eram católicos, protestante e espírito kardecista! (Entrevista Maria Irconita Pacheco – 2018)

Esta narrativa nos transporta para este lugar, para a rua Pinheiro Machado, composta pelas gentes oriundas da primeira Vila África, que preenchiam este espaço e conviviam com suas diferenças. A partir de uma necessidade, emerge um laço de solidariedade, uma rede de apoio entre vizinhos e um contraste que somente fica evidente através desta experiência relatada.

Assim como em outros lugares, estes territórios negros se caracterizam pela sua pluralidade na composição étnica-racial, alemães e italianos também compartilhavam deste lugar, e traziam consigo uma outra influência em suas referências culturais que se

apresentavam em várias esferas, dentre elas, na religiosidade. Para Ferretti (2007), a religião tem total importância e está diretamente relacionada ao contexto social ao qual está inserida, embora tenha influência em seu meio, elas refletem a estrutura social, reproduzindo sua estrutura. Isso fica evidente quando um território é habitado por populações de diversas origens, ou quando uma população entra em contato com outra cultura diferente, embora reproduza e reforce a estrutura social, ela pode também se manifestar como um elemento de resistência, consciência e mobilização social. Importante ressaltar que as religiões como o catolicismo e posteriormente o protestantismo, foram bem aceitos, inclusive o primeiro esteve por muito tempo alinhado às conjunturas políticas e econômicas do país. Isso fez com que, segundo Santos (2019), o poder das instituições cristãs tivesse forte influência nos comportamentos e nas formas de pensar de toda a sociedade brasileira, gerando, conseqüentemente, uma maior representatividade e “dominação” diante de outras crenças religiosas.

Não se pretende ao longo do texto, trazer de forma aprofundada as questões que envolvem a presença e a organização desta influência onde ascendência de imigrantes reflete nas pessoas do município, no entanto observamos que há uma significativa presença de instituições culturais que visam a preservação de seus legados. Em regiões que contavam com esta presença, sabemos que os imigrantes não eram um grupo homogêneo, inclusive nem mesmo a língua era unânime. A fim de exercer o direito de se representar e construir uma identidade, fundaram-se escolas e igrejas como elementos importantes para a valorização e preservação destes grupos<sup>34</sup>.

No caso da narrativa, primeiramente, percebemos através do excerto que a religião foi um elemento que estimulou uma mutualidade na diferença, vizinhos de diferentes etnias/nacionalidades atenderam ao pedido de D<sup>a</sup>. Maria e compareceram para unir forças em prol de uma causa maior. Fica evidente a partir de sua fala as indicações de conflitos que emergiam da convivência, “um não aceitava o outro”, refletidas nas suas relações sociais e nas formas de organização.

Quando nos referimos a outras crenças religiosas estamos falando das mais diversas religiões e práticas sagradas, principalmente daquelas exercidas pelos sujeitos comuns e que não correspondem a uma lógica hierarquizante e definidoras de diferenciação. O caso das religiões afro-brasileiras são exemplos destas posturas de não-dominação, pelo

---

<sup>34</sup> Para Marques (2015), um elemento importante para a constituição da identidade germânica foi a não distinção entre nacionalidade e etnia pelos colonos alemães, desta forma a nacionalidade determinava-se nesta concepção a partir de raça, etnia, valores.

contrário, suas origens remontam uma trajetória pautada nas formas de resistência e preservação de suas práticas entre seus adeptos, muitas vezes tendo seus símbolos e referências estigmatizados e combatidos por instituições burocráticas e de controle. Exemplo disto temos ao longo de toda a história do Brasil, principalmente referentes ao século XIX, onde se tem uma abrangência dos registros documentais, episódios que trazem para a cena esta preocupação das autoridades com práticas religiosas que destoavam do convencional catolicismo. Em muitas regiões do país acontecem casos de perseguição e conflitos envolvendo abusos da polícia e invasões de terreiros para intimidar suas atividades. O caso da invasão do candomblé de Accú na Bahia demonstra o quanto as expressões da religiosidade afro mobilizavam indivíduos, homens e mulheres e que, de alguma forma, esta mobilização era por vezes interpretada como ameaça e perturbação pelos poderes locais<sup>35</sup>.

No Maranhão, a invasão do terreiro do Justino, terreiro de Mina, espaço majoritariamente composto por mulheres, também foi alvo destas posturas de repressão que tomou outras roupagens no decorrer do século XX<sup>36</sup>. Há muitos casos semelhantes a este episódio que evidenciam um tensionamento das instituições de controle em espaços de culto de matriz afro, desenvolvendo inclusive, recursos legais para legitimar tais práticas, como o caso das leis que visavam a multa e prisão para quem fosse pego executando o curandeirismo e/ou práticas de feitiçaria. Isto fora uma medida recorrente destas instituições a fim de exercer poder sobre estes espaços<sup>37</sup>.

Em diálogo com estas questões, no Rio Grande do Sul também nos deparamos com casos semelhantes, que nos levam a territórios como a Colônia Africana e adjacências

---

<sup>35</sup> Em 1829 houve uma invasão policial no candomblé de Accú, onde foram apropriados panos da Costa, 20 mil réis e um chapéu de sol. Foram presas 36 pessoas, em sua maioria mulheres. Este acontecido demonstra o quanto a repressão direcionada a cultura negra e a religião foram recorrentes, no entanto, as relações travadas dentro deste cenário também envolviam negociações e redes de influência que o candomblé desempenha como representação política e cultural dos africanos na Bahia. Ver mais em: Reis, Silva, 1989.

<sup>36</sup> Esta invasão ocorreu no ano de 2001, na Vila Embratel em São Luís – MA. Após o desaparecimento de uma criança, um grupo de evangélicos juntamente com o aparato policial adentraram o espaço alegando que a criança desaparecida poderia estar ali com a finalidade de participar de ritos. Para Ferretti (2007), as religiões de matriz africana no Brasil são encaradas como primitivas, inferiores, falsas e ameaçadoras pelas outras religiões vistas como “dominantes”.

<sup>37</sup> Temos ao longo do Império e da República a criação de leis que enquadravam práticas sagradas de origem africana como crimes, de acordo com o código criminal. No Império “as religiões de presença africana eram encaradas como divertimento de negro, sujeitas à autorização e a serem perseguidas como feitiçaria e curandeirismo” (Sogbosi; Costa; 2008 p.135). A partir da Abolição e da República, são elaborados códigos penais e uma nova Constituição com influência positivista e liberal, onde se foi possível enquadrar como crime o “curandeirismo”, “espiritismo”, “mendicância”, “vadiagem” e “capoeiragem”. Em um período mais recente, em 2003 devido a aprovação do Código Estadual de Proteção aos Animais no RS, as práticas religiosas de origem africana estiveram sob a ameaça de ter seus rituais definidos e violados por uma PL que visava a proibição da imolação de animais. Ver mais em: Tadvald; Gonzaga; 2017.

(Cidade Baixa, Areal da Baronesa) em Porto Alegre, onde a presença dos cultos de matriz africana também foram alvos de investidas policiais, e ao mesmo tempo nos permitiram perceber estes espaços a partir de outra abordagem, pela perspectiva da sociabilidade, da construção de laços de solidariedade e representações políticas ao longo do século XIX e XX.

Uma figura interessante e vista por muitos pesquisadores como contraditória, foi a do Príncipe Custódio, que viveu por trinta e cinco anos na capital gaúcha no bairro Cidade Baixa, local historicamente reconhecido pela predominância da população negra. Ele era reconhecido e reverenciado como um grande “feiticeiro” africano por pessoas ilustres da elite local. Questionamentos sobre estas relações são levantadas, devido a escassez e fragmentação de fontes referentes, no entanto, o que fica evidente a partir das atribuições da memória sobre este homem, são as representações que Custódio nos leva a pensar, sua influência, o respeito que invocava sua figura e a dinâmica de suas relações<sup>38</sup>.

O que podemos perceber a partir destas atribuições é a importância de sua representação para reconhecimento das religiões afro-gaúchas, ele acabara desempenhando um papel importante de valorização das expressões religiosas de africanos e afro descendentes, suas habilidades o permitiam consolidar relações tanto com as camadas mais prestigiadas quanto os extratos mais populares da cidade. Sua figura atualmente é reivindicada como um marco simbólico para a conquista do direito da liberdade das religiões de matriz afro (ORO, 2002).

Estamos trazendo para o texto estas referências para situar o leitor desta longa caminhada que estes grupos sociais percorreram através do tempo. Os terreiros e espaços de religiosidade afro não representam apenas esta face da violência autoritária dos aparatos burocráticos, eles estão diretamente relacionados com a coletividade e com a organização de pessoas, com a ancestralidade, disputas de narrativas e com outras formas de existência diante do tempo e do espaço.

Pensar sobre a existência destes lugares, tanto os territórios negros, quanto os terreiros, nos reportam à sua composição, às vidas que ali se encontram e que os preenchem de sentidos. Evocamos a presença de Custódio justamente para nos ajudar a refletir sobre estes espaços, para percebê-los nas suas múltiplas possibilidades, podendo ser

---

<sup>38</sup> Ver mais em: PEREIRA, 2010; SILVA, 1998; ORO, 2002;

compreendidos como territórios de disputas e tensionamentos como também de acolhimento, restituição de vida, modos de saber e de ser.

Esta presença da religiosidade de forma institucionalizada não isenta a existência anterior de outras formas de práticas sagradas e ritualizadas, elas estão presentes e compõem parte da subjetividade humana<sup>39</sup>. A presença de religiões de matriz africana no estado nos remete ao século XIX, que segundo Oro (2012), o batuque seria esta primeira expressão afro-religiosa a ser estruturada nas cidades de Rio Grande e Pelotas. Posteriormente, em 1926 também na cidade de Rio Grande, funda-se um centro de Umbanda através do ferroviário Otalício Charão e, anos mais tarde, por volta da década de 1970 passam a existir os centros de Quimbanda no Rio Grande do Sul. A formalização destas práticas possui vários significados, que vão desde formas de organização e identificação, como também tornam-se meios de adquirir o reconhecimento legal e ter o devido amparo em situações de conflito, são organizações como a AfroBras, União de Umbanda, Congregação Espírita de Umbanda, FaueRs e outras que atribuíram uma conotação política às existências de espaços de terreiros (Leistner, 2011).

Foi nestas organizações que nossa entrevistada, D<sup>a</sup>. Maria, encontrou a firmação e garantia da permanência de seu espaço de fé, quando recebeu uma denúncia e foi conduzida a delegacia civil de Taquara:

Deram parte, nós tínhamos uma graça, que tinha dois inspetores que vivia aqui dentro da minha casa, eles que levaram a gente aqui pra delegacia. Que era pra eles virem aqui e darem na gente, e levar todo mundo preso, até o chefe [religioso] esse que era pra ir preso, porque era charlatismo, era sem vergonhice, né. Essa parte que foi dada nossa era eu e meu marido acusados de charlatismo, que o povo tava sendo iludido, que nós tava ganhando dinheiro. Não ganhei um tostão, nada! Esses inspetores, me acompanhou, quando começou a terreira, os trabalhos, ele começou a vir, vinha pra pesquisar, pra ver se era coisa normal ou não. Foi quando ele foi pra delegacia com nós, chegamos lá e o delegado era o mais brabo que tinha em Taquara, mandava prender e fazia e acontecia, falecido Crespo, era um delegado que todo mundo tinha medo, pânico dele, né. Ele foi ouvir os chefes, ele foi o primeiro a falar, depois eu e depois meu marido. Aí seu Dorivaldo [inspetor] contou e disse: - olha meu amigo, delegado, eu tenho certeza, porque eu participo, pra encurta eu conheço essa guria desde criança. Essa guria já passou muito trabalho e eu vi, que ela tá aqui. Então o que eu posso te dizer, que é uma

---

<sup>39</sup> Como exemplo, podemos citar o caso do africano Tomás, feiticeiro vítima de assassinato ocorrido em Pelotas pelo carneador Antônio Rasgado. Tomás, sendo reconhecido pelos dotes ritualísticos de mandinga, fora procurado por Antônio para fins de proteção contra castigos, não reconhecendo o efeito imediato do trabalho, o carneador requer seu dinheiro de volta e não o obtendo, dirige-se a Tomás para acabar com sua vida. Ver mais em: AL-ALAM; MOREIRA; 2013. Este episódio serve para trazer os aspectos das relações entre grupos subalternizados, onde critérios como a etnicidade repercutiam nos lugares sociais e nas percepções entre os indivíduos. A figura do feiticeiro, para Corrêa (1998) representa estes as conexões e assimetrias para além do plano religioso, configuram aspectos étnico-raciais, onde o feiticeiro pode estar tanto alinhado a lógica depreciativa das práticas culturais de origem africana (magia/feiticeira) e/ou estar correspondendo a uma lógica de poder que ultrapassa os limites religiosos.

coisa sincera, uma coisa maravilhosa, delegado! Eu vim pedir pra não suspender e não prender essa gente, porque eles não merecem. Eles trabalham, essa guria trabalha que nem um cãozinho pra sustentar, ajudar a sustentar os filhos, esse homem tá trabalhando, já teve louco e tudo. Delegado, por favor, eu participo, eu tô olhando, eu vejo e posso garantir que não é charlatismo. Aí o delegado perguntou: Tem tambor? Vocês vão até que horas da noite, até qual horário vocês trabalham? Quem tem serviço, que horas vocês trabalham? Eu pegava as 7h e meu marido pegava as 5h, seu Dorivaldo confirmou. Tava tudo confirmado ali. E como vocês fazem, quanto tem, quanto de dinheiro vocês dão? Eu digo: - não, nós não pagamos nada, nós estamos formando uma sociedade, para que entre a manutenção, porque o pessoal quer que essa casa continue, pra fazer um aumento na casa, pra todo mundo ser atendido. Esse delegado Crespo ouviu tudo, tirou um cruzeiro do bolso e botou em cima da mesa e disse: Tá aqui a primeira oferta! Tem condições de registrar essa casa? Meu chefe: Tem! Eu não sabia que meu chefe era delegado da federação, neste tempo todo não sabia que ele era delegado, ele apresentou um documento. Daí o delegado Crespo: então vocês conhecem bem, é aqui ou no Rio de Janeiro? Meu chefe: - é aqui na capital, no Rio Grande do Sul. E o delegado: - vocês tem condições de registrar? Então faz o favor, vamos registrar essa casa? Vamos separar da cozinha da D<sup>a</sup>. Maria, e vamos fazer uma meia água na rua, porque é melhor. Porque ao menos não tá dentro de casa e vamos começar a atender esse pessoal. E vocês vão me prometer uma coisa: Botar uma placa bem grande lá na frente da casa de vocês, pra quem gostava de jogar pedra, enxergar que vocês venceram! Nos surpreendemos com o delegado! (Maria Irconita Pacheco – 2018)

Esta foi a vivência de D<sup>a</sup>. Maria, repleta de elementos que nos apresentam a continuidade da primeira narrativa, onde em primeiro momento tivera o amparo de seus vizinhos e amigos, seguido de denúncias e tendo que dar explicações à polícia. Este acontecimento muito nos diz sobre as interpretações que são construídas de forma excludente e pejorativas a estas religiões, do quanto seus símbolos são estigmatizados e do quanto houve uma forte preocupação das autoridades em se fazer presentes nestes espaços a fim de conferir uma certa ‘normalidade’ de suas expressões. Diferentemente do que já foi exposto a título de exemplo ao longo do texto, não houve a prisão ou enquadramento jurídico da casa da D<sup>a</sup>. Maria, mas aconselhado o registro nos órgãos representativos para a garantia e reconhecimento desta casa de religião.

Outro fator que influenciou para que os rumos desta queixa não tomassem outras proporções estão relacionados com a ocupação de D<sup>a</sup>. Maria e seu esposo. Ter um trabalho, uma atividade que representasse uma ocupação lhe assegurou a continuidade de suas práticas religiosas e sua própria integridade. Aqui nos deparamos com outra problemática que acompanhou a trajetória da população negra antes e pós a abolição, o trabalho fora sempre um fator presente em suas vidas, de modo que muitas vezes suas ocupações lhes conferiam definições e significados enquanto sujeitos. Isto fora inclusive uma das preocupações das elites na formação da república brasileira e um elemento muito presente na estrutura dos discursos de civilidade e progresso que emergiram neste período.

Na historiografia durante muito tempo houve lacunas e a falta de percepção desta transição entre trabalho escravizado para o trabalho livre, estando este último muito relacionado com a imigração europeia no país e com a visão de trabalhadores assalariados organizados em sindicatos de fábricas<sup>40</sup>. No entanto o que uma série de pesquisas tem demonstrado são os aspectos de formação destas classes trabalhadoras, compostas pela diversidade de seus agentes, extrapolando com definições rígidas e generalizantes de perfis de classe operária. Para Gomes e Negro (2006), se faz urgente pensar a experiência negra na formação da classe e cultura operária, pois há uma ausência destes sujeitos na construção do imaginário e na representação da classe trabalhadora no meio acadêmico, o que as fontes apresentam, em pesquisas recentes, destaca a participação ativa das gentes negras neste processo, inclusive suas trajetórias, sejam individuais e/ou coletivas construíram os significados de liberdade e cidadania para e entre os seus<sup>41</sup>.

Neste sentido, o trabalho que antes era estigmatizado durante a escravidão, passa a ser um elemento positivado e formador de uma série de organizações que conferiam a conduta e a reputação de seus participantes. É o caso dos Círculos Operários, dos clubes, dos times de futebol, das escolas de samba, dos jornais e etc. fundados para fins recreativos, de mutualidade e de expressão de elementos culturais. Isto está diretamente ligado com a experiência de indivíduos frente as realidades que os atravessam, suas formas de leitura e entendimento de mundo e a preservação de seus laços e valores. Para Mattos e Rios estas organizações nos demonstram um aspecto pouco abordado nas pesquisas sobre a abolição e o pós-abolição, que por muito tempo fora estudado a partir da perspectiva econômica e política, nos trazem um olhar cultural e social que permite adentrar nos significados da liberdade e cidadania.

Nesta narrativa estão presentes elementos que configuram estes contrastes culturais que o residir na rua Pinheiro Machado promovia. Ao ser conduzida para a delegacia pelo motivo das cerimônias religiosas, D<sup>a</sup>. Maria para além de ter que comprovar sua ocupação profissional, se deparava com atribuições pejorativas direcionadas a prática de sua

---

<sup>40</sup> A historiadora Silvia Lara (1998), em seu artigo intitulado “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil” salienta estas abordagens históricas e sociológicas que privilegiavam trajetórias de imigrantes frente a uma percepção passiva dos trabalhadores negros no Brasil. Para a autora se faz necessário adotar novos entendimentos sobre as formas de liberdade, movimento de trabalhadores nas primeiras décadas do século XX. Outro historiador que se debruça sobre esta questão do “paradigma da ausência” é o Álvaro Nascimento, 2016 onde procura trazer questionamentos relacionados com a falta de intersecção de cor e gênero nas análises e abordagens sobre história social do trabalho. Ver mais em: Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil, 2016.

<sup>41</sup> As primeiras pesquisas que tratam sobre operariado negro no Rio Grande do Sul temos as referências em Weber, 1996; Loner, 1999.

religiosidade, “charlatismo” e “sem vergonhice” eram formas depreciativas que estavam sendo atribuídas à sua religião e sua conduta. O questionamento sobre a presença do tambor em suas cerimônias também nos evidencia um olhar da diferença e do estigma diante destes elementos da ancestralidade negra-africana.

“Tem tambor?” assim se referiu o delegado. O tambor dentro da comunidade de terreiro representa a comunicação ancestral que conduz as práticas afro religiosas, é um instrumento de ligação, sacralização e, principalmente, evoca a partir de seu toque a presença da subjetividade de um mundo outro. Este mundo “outro” que ao longo dos anos esteve diante de olhares e estigmas, mas que também entoou força e resistência por onde seu toque foi sentido e escutado<sup>42</sup>. Sua presença nas casas de religiões de matriz afro-brasileiras contornam o sentido da coletividade, do apoio e das permanências. Ao se apresentar os conflitos nestes espaços podemos conhecer um outro aspecto das relações, pensando os conflitos também como uma categoria analítica, eles nos permitem perceber os acionamentos dos sujeitos, as negociações e os elementos presentes nas medidas resultantes destes.

Para Corrêa (1998), o conflito é um aspecto recorrente em sociedades que possuem diferentes formas e unidades de culto, demonstram as dimensões micro-políticas, identitárias e as relações de poder que permeiam este universo dos terreiros. Se atendo às narrativas de D<sup>a</sup>. Maria que trouxemos ao texto, ela nos apresenta seu lugar de morada a partir da demarcação das diferenças e da diversidade que compunha a rua Pinheiro Machado. Católicos, protestantes e kardecistas interagem neste espaço, houve conflito, houve solidariedade e existências múltiplas, nos revelando a fluidez e o viver neste lugar. Diante das autoridades, o questionamento que colocava suas práticas em dúvida nos revelou este universo complexo da religiosidade, das relações e interações dos indivíduos com seu meio e suas representações. Nos trouxe elementos que acompanharam suas trajetórias e foram indissociáveis de suas práticas em busca da construção de direitos e da cidadania, o trabalho neste caso foi decisivo perante as autoridades policiais, sendo a garantia de uma conduta e integridade social.

Diante destas narrativas, podemos perceber um elemento fundamental que está presente em ambas as histórias: o poder de articulação e negociação de D<sup>a</sup>. Maria dentro

---

<sup>42</sup> A representatividade do tambor dentro da cultura africana e brasileira correspondem ao elo que promove a comunicação entre a ancestralidade, a vida e a morte. Traz consigo o poder de aproximação entre o Brasil e a África, principalmente estando alinhado na questão da espiritualidade e invocação dos orixás. Ver mais em: MARQUES; FOLA; 2017. SILVA; SERRARIA; 2019. SOARES, 2017.

das situações que se apresentaram, com seus vizinhos para que eles participassem das orações e cerimônias em sua casa e, com o delegado de polícia, que inclusive fez a primeira oferta para a casa de religião, demonstrando as ambiguidades que permeiam as posturas dos aparatos de controle, ora opressivo, ora permissivo.

A partir desta breve abordagem percebemos as dinâmicas que remontam este território que fora pulverizado. Na rua Pinheiro Machado, através da vivência de D<sup>a</sup>. Maria Irconita, encontramos um espaço de fé, de resistência, de acolhimento e ancestralidade, como ela mesmo diz: “minha fé é inquebrantável!” e foi partindo desta premissa que até hoje permanece neste lugar, seguindo o conselho daquele dia diante do delegado, exibindo e identificando seu espaço com uma placa e fazendo valer a sua presença.

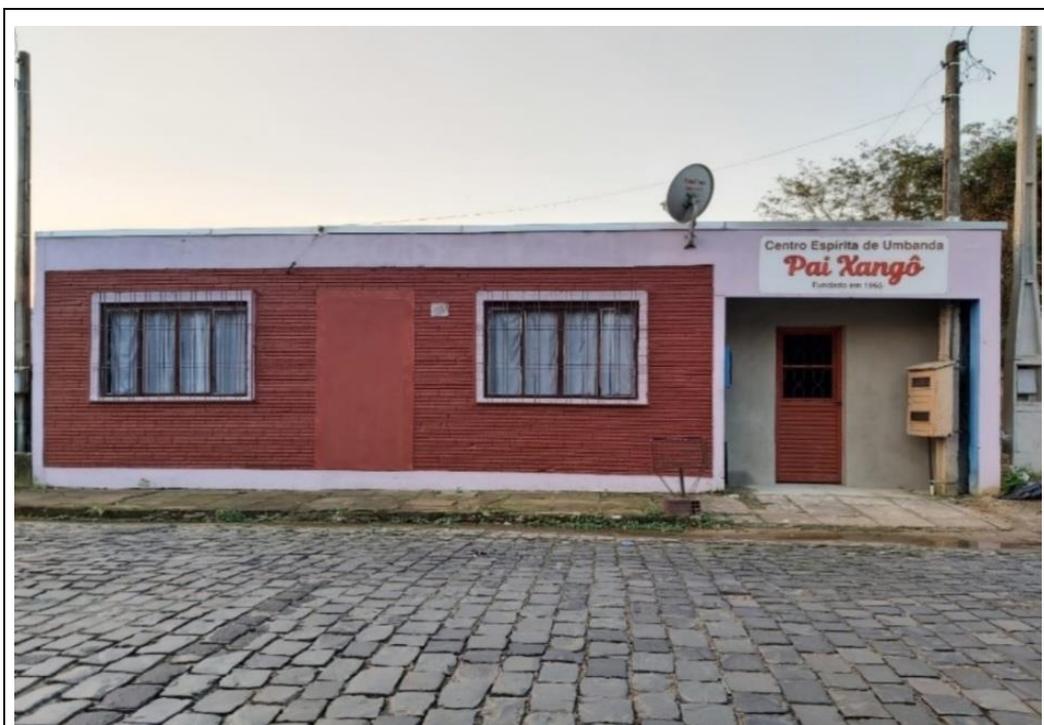


Imagem 5: A frente da casa de D. Maria Irconita Pacheco e Centro Espírita de Umbanda Pai Xangô, fundado em 1965. Localizada na rua Pinheiro Machado, Taquara – RS. Foto registrada em maio de 2020.



Imagem 6: D. Maria Irconita Pacheco dentro de seu terreiro, mostrando as representações das entidades afro-brasileiras e o sincretismo religioso. Foto registrada em junho de 2018.

Aliamos a imagem ao texto para estimular e complementar estas reflexões, trazer a esfera do sensível, permitindo transpor a escrita e preenchê-la de subjetividades, cores e formas. Em seu altar, ela demonstra sua fé inquebrantável, frase proferida por ela e que nomeia este subcapítulo, seus santos, guias e orixás são entidades a quem ela confere sabedoria e proteção. A partir de sua história, D<sup>a</sup>. Maria nos trouxe narrativas que muito nos apontam para situações em comum postas à população negra, homens e mulheres que ao longo do tempo e dos lugares buscaram se afirmar nas suas culturas, em suas identidades e nas suas formas de ser, calcando suas trajetórias e possibilitando suas vidas a partir de elementos construídos na diferença porém significados por eles próprios.

### 1.5 A rua Miguel Bauer: “Não tinha nada quando nós viemos!”

[...]era só uma estradinha de chão batido, nem cruzava carro lá pra baixo, atravessava carro lá pra baixo a não ser carreta, carretinha, daí depois com o passar dos anos, meus filho já eram grande quando botaram esse calçamento nessa estrada, meus filho já eram grande e botaram calçamento aqui. Não tinha água, não tinha luz, quando nós viemos morar aqui, era tudo luzinha de candieiro, velinha né, e chão batido, trilhozinho e estradinha de chão batido. Não tinha nada quando nós viemos. (Erci Francisca da Silva – 2017)

Iniciamos com a descrição física da rua Miguel Bauer através da narrativa de D<sup>a</sup>. Erci. Notamos que ela a caracteriza como um lugar de pouco recurso, da falta do básico como a água e luz, pautando suas modificações a partir do crescimento de seus filhos, colocando-os como ponto de referência. Pretendemos nesta parte da escrita trazer alguns

elementos conceituais para pensar este lugar, a rua Miguel Bauer, onde atualmente se faz referência como “Vila-África”, devido a sua composição estar relacionada com os descendentes daquela primeira “Vila”: filhos, netos e bisnetos se encontram neste lugar.



Imagem 7: rua Miguel Bauer. Foto de Ana Crescêncio, 2020.

Esta imagem da rua Miguel Bauer é atual, e se coloca em contraste com as narrativas a seu respeito, daquele lugar insalubre e de difícil acesso. Aqui nos deparamos com uma composição diversa, entre cercas e muros, formatos de casas e de cores, construções recentes e antigas. Este olhar está nos direcionando para o sentido bairro – centro, ou seja, de quem vem da rodovia e adentra por esta rua, consegue acessar o centro do município de Taquara.

Durante o período de visitas e realizações de entrevistas, muito estive inserida no cotidiano desta rua e de sua vizinhança. A primeira família com a qual tive contato foi a de D<sup>a</sup>. Erci Francisca da Silva, justamente pela referência de serem os primeiros moradores desta rua. Desde o ano de 2017, onde comecei a frequentar a sua casa, mantenho uma relação estreita de cuidado, afeto e pesquisa, conseguindo praticar o que alguns autores denominam como “observação participante” para aproximação e diálogo na investigação. (Whyte apud Marques, 2016)

As narrativas de nossas entrevistadas que residem na rua, D<sup>a</sup>. Erci, D<sup>a</sup>. Eva e D<sup>a</sup>. Silvia irão nos conduzir para este passeio no tempo e espaço, partindo de suas vivências iremos adentrar nas subjetividades, usos e significados deste lugar, ele permitirá refletir e

dialogar sobre alguns conceitos, e principalmente, a nos atentar para as configurações das relações que permeiam este espaço conferindo-lhe demarcações. Estamos diante de diferentes gerações, portanto diferentes olhares serão colocados diante deste espaço em comum a todas, nos permitindo perceber as noções de pertencimento e leituras de mundo tendo como fundamento suas trajetórias de vida.



Imagem 8: casa de D. Erci Francisca da Silva e família. Foto de Ana Crescêncio, 2020.



Imagem 9: D. Erci Francisca da Silva em frente ao seu terreiro de Umbanda. Foto de Ana Crescêncio, 2020.

Incluir estes registros no trabalho envolve uma série de questões, principalmente o que se refere a outras leituras possíveis, que correspondem ao afeto e a confiança

construídos ao longo desta pesquisa. A fotografia traz consigo olhares e interpretações diante do vivido, como já observado e descrito por D<sup>a</sup>. Erci – a entrevistada mais antiga a residir na Miguel Bauer, quando sua falecida mãe fora indenizada compraram este terreno onde mora atualmente, encontra-se junto de sua família, com filhos, netos e bisnetos compartilhando o mesmo terreno, e nos descreve como foi permanecer ali no início, onde não existia calçamento, saneamento básico como luz e água, um lugar de difícil acesso e de pouca visibilidade perante aos órgãos públicos municipais. Esta visão também está presente no que D<sup>a</sup>. Eva relembra ao contar sobre a primeira vez que olhou televisão em sua casa, junto de seus filhos, em meados da década de 1970:

[...]As crianças tinham que ficar trancadas dentro de casa, a gente que era mais velho tinha que pegar uma bota e levar na mão, pra vestir mais pra cima, pra não se molhar e ir trabalhar, não dava pra faltar. Deu umas pegadas feias de enchente! Era só um trilho, não tinha luz elétrica.. naquele tempo a prefeitura dizia: pra puxar luz, puxar encanamento, tinha que ter pelo menos uns seis morador. Daí quando tinha uns cinco ou seis, ia falando pro Prefeito.. e assim foi indo. Me lembro, já faz tempo, que quando eu tinha meus piás, trabalhei por muitos anos na Macofer também, aí eu não tinha televisão e nem luz. Daí um dia o Ricardo, que hoje é meu amigo disse: “Eva, tu não tem luz lá na tua casa, né?!” E eu disse: “É Ricardo, se eu não tenho televisão, pra que luz?” E ele: “É, mas tão botando lá, tão botando luz na tua rua!” Ia ser fim de ano e ele disse pra mim: “Ah! Vou mandar os guris fazer medição dos fios e instalar luz lá na tua casa!” Daí eu disse: “ah Ricardo, daí eu vou ter mais uma conta pra eu pagar!” Ele me deu a instalação de presente de fim de ano, comprou uma televisão daquelas pequeninhas preto e branco e me deu de Natal.. Ah! Aquilo ali eu lembro até hoje! Foi tão bonito! Aquela noite que os negrinhos chegaram em casa e ficavam todo sentadinhos no chão, jogando vareta e olhando televisão! A gente pensa no tempo, era um tempo difícil, mas era um tempo alegre, a gente era mãe e ficava com as crianças no final de semana dentro de casa! [...] (Eva Rodrigues – 2018)

Usando como referência esta última narrativa, nos deparamos com um espaço caracterizado pela carência em estrutura habitacional, D<sup>a</sup>. Eva fora uma das moradoras da rua Miguel Bauer provenientes de outra trajetória, não vinculada a antiga “Vila – África”, porém incluída na lógica da procura de posse de terras acessíveis para garantia de permanência, visto que já trabalhava na cidade de Taquara, antes mesmo de residir no município (ver subcapítulo 1). O que está presente em sua fala muito nos revela sobre as condições postas aos habitantes deste lugar, dependendo da condição climática o acesso ficava fragilizado, suas demandas eram atendidas a partir de uma coletividade posta aos órgãos públicos responsáveis pela infraestrutura e saneamento básico. Isso nos demonstra as dimensões socio espaciais dos deslocamentos de mulheres negras. Para Alecsandro Ratts (2003), exercendo um papel central de chefiar suas famílias, estas mulheres imprimem a partir de suas presenças várias esferas destes territórios, o praticando e o concebendo como espaços de organização, residências familiares, religiosos, políticos e afetivos.

Estes elementos estão presentes, por exemplo, nas práticas e saberes de mulheres negras litorâneas no Rio Grande do Sul, onde personagens como Chica Brincuda e as mulheres da família Teixeira, trazem a matrilinearidade em oposição ao patriarcado, colocando o protagonismo de mulheres negras enquanto um legado composto por sabedoria e ancestralidade (Molet, 2018). Para as mulheres deste trabalho, constituir moradia na rua Miguel Bauer, não fora algo fácil, porém a viabilidade da permanência se deu através de ações coletivizadas, pelo acionamento dos sentidos nos lugares que ocupam e pelos significados que deles provem.

Pensar na experiência social de D<sup>a</sup>. Erci, D<sup>a</sup>. Eva e D<sup>a</sup>. Silvia é (re)visitar trajetórias comuns a muitas mulheres negras, e se deparar com o que intelectuais como Lélia Gonzalez (1988) coloca para as mulheres amefricanas de uma forma geral: a conscientização da opressão para estas sujeitas se dá pelo viés racial, e se faz fundamental reconhecer e desnaturalizar estas atribuições da diferença, pois no interior das sociedades hierárquicas, a questão racial tem sido ocultada.

A permanência e o uso deste território imprimem os contornos e os sentidos conferidos por estas mulheres que em seu tempo, preencheram e testemunharam as transformações deste espaço, que em princípio, apresentava muitas características comuns a áreas populares das cidades. Estes elementos presentes em suas narrativas e nos versos de Conceição Evaristo, trazem subsídios para pensarmos a respeito das condições postas e elaboradas por mulheres negras, que com o passar do tempo, adquirem novos sentidos e significados. A moradia possui muitas representações neste contexto, estar com a família, ter um tempo para acompanhar e estar junto a seus filhos, ter a garantia de um espaço escriturado/legalizado/reconhecido, possuir um trabalho que viabilizasse um sustento, fez parte das aspirações das mulheres deste trabalho, pois contornam os entendimentos e significados de cidadania e liberdade construídos ao longo do tempo pela a população negra brasileira.

Queremos com esta pesquisa, nos aproximar das teorias de um feminismo decolonizado e decolonizante, visando construir esferas alternativas e emancipatórias a partir da subjetividade, aquilo que alicerça um estilo de existência (Lugones, 2014), pois somente assim será possível romper com a indiferença. As narrativas destas mulheres nos remetem ao que Conceição Evaristo, em seu poema “Vozes – mulheres”, em sequência, se apresenta em versos geracionais:

[...]A voz de minha filha  
 Recolhe em si  
 A fala e o ato.  
 O ontem – o hoje – o agora.  
 Na voz de minha filha  
 Se fará ouvir a ressonância  
 O eco da vida – liberdade.

Antologia Poética, nº1 – poemas para ler antes das notícias, 2019.

### 1.5.1 Ah, tu mora lá na África? A África! Eu venho de lá pra cá é África, né! A rua Miguel Bauer: Vila África, presente?!

O que foi apresentado nas narrativas das mulheres residentes na rua Miguel Bauer, em primeiro momento, são as dificuldades impostas pelo deslocamento (oriundas da expropriação), e junto disso a precariedade de estrutura de moradia, consequências destes movimentos, mas junto disso queremos trazer para este momento da escrita algumas inquietações que nos permitem pensar em temas que estão presentes também em suas histórias, vinculando o lugar e sua representação de uma forma que alicercem diálogos com os conceitos de racialização, branquitude e relações raciais. Para isso vamos estar diante e ao longo de um passado – presente, e tendo como análise central, a referência que ainda lhe é conferida à rua: “Vila África”.

Como primeiro passo deste subcapítulo, é preciso observar a nomenclatura, pois elas são resultantes de contextos, disputas e muito nos permitem vieses interpretativos. As palavras detêm poder, ajudam a construir discursos de dominação e/ou de resistência, a criar imaginários. Grada Kilomba (2019) nos diz sobre a importância da palavra, sobre seu emprego como ferramenta de leitura do mundo e principalmente sobre a sua dimensão política de criação, fixação e perpetuação de relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. Por isso pensar o emprego da “Vila – África” como nomenclatura ainda presente e empregada nas referências da rua Miguel Bauer nos possibilita conhecer as percepções e representações deste lugar, seja pelas relações de seus sujeitos, seja pelas atribuições conferidas por relações externas a este espaço. Cabe enfatizar, mais uma vez, que esta pesquisa tem por lócus uma região de colonização e de domínio de uma identidade étnica-racial alemã/branca que compõem as representações sobre Taquara, e isso muito tem a nos dizer quando nos deparamos, dentro desta cidade, com um lugar chamado “Vila – África”. Quando na entrevista, pergunto à D<sup>a</sup>. Erci sobre o motivo do nome permanecer até hoje para se referir ao lugar onde mora, ela diz:

[...]Eles não chamam o nome da rua que chamava Miguel Bauer, mas a maioria chama África! A maioria chamam África, por causa que a

negrada da África vieram tudo pra cá na rua [...]É que aqui era todo mundo, só nego dos dois lado da rua, eles achavam que como era só negro, acho que começaram a chamar de África ali em baixo pela Vila África e depois um pouco vieram pra cá, outros pouco não vieram e daí depois aqui pra baixo, de cima pra baixo só nego, porque os filho casaram e foram ficando morando por aqui e aquela coisa, então eles.. daí como eles conhecem a negrada dali como todo mundo conhece todo mundo, dali pra cá *começaram* a chamar de África, daqui pra baixo...E quer dizer que, *todo mundo sabe* que o nome da rua é Miguel Bauer, mas se um perguntar “Ah tu mora lá em baixo na África, lá em baixo?” É, tá, moro é África é África, fazer o que né? Mas não que a gente leva.. A gente sempre teve muita humildade e a gente não leva isso ali pra uma malícia sabe? Não leva pra uma malícia. Claro que a gente vai dar o endereço.. Onde tu mora? Eu moro na Miguel Bauer, isso e aquilo, o nome da rua né, se aparece uma correspondência, uma coisa pra gente agora sim, agora passa carteiro todo dia e tudo né, mas na verdade assim *a maioria*.. Ah tu mora lá na África? A África! Eu venho de lá pra cá é África, né?!, a negrada veio tudo pra aqui, a maioria da negrada veio aqui pra esse lado, mas e quando nós viemos pra cá não tinha água, não tinha luz, não tinha nada, nós vivia assim, a deus dará, até agora, vou te falar a verdade: até agora! (Erci Francisca da Silva, 2017)

O que ela relata, nos evidencia este processo de transição e deslocamentos, resultantes da remoção e indenização dos moradores da primeira “Vila – África”, o que ao longo do trabalho vem sendo explicitado. Também ficam evidentes em sua narrativa elementos que caracterizam este lugar como coletivo, onde gerações o compõe sendo filhos e netos compartilhando o mesmo espaço com os vizinhos, onde todos se conhecem devido a proveniência de um lugar em comum e de todos, segundo ela, serem negros. A partir de sua fala também podemos perceber elementos que são indefinidos ou ocultos em sua fala, que estão destacados em itálico no excerto: “*começaram a chamar*”, “*a maioria*”, “*se um perguntar*”, esses elementos estão presentes, porém não explícitos em primeiro momento, nos permitindo relacionar e identificar este posicionamento como algo não demarcado, no entanto ocupando um lugar em seu discurso e o estruturando de uma forma influente.

Na intenção de contribuir e estar alinhado com os debates atuais, se faz importante salientar e demarcar presenças, isto tem sido reivindicado em diferentes lugares e esferas, atentando-se para um mesmo propósito: desacomodar, responsabilizar e conscientizar de que, ao problematizar as questões raciais, precisamos falar de questões entre brancos e negros, situando pessoas brancas dentro de uma identidade racial. Djamilia Ribeiro (2019) coloca que, ter consciência da prevalência branca nos espaços de poder permite que as pessoas se responsabilizem e tomem atitudes para combater e transformar o perverso sistema racial que estrutura a sociedade brasileira. Vários autores alertam e enfatizam que por vezes houve um equívoco ou falta de interesse nas abordagens sobre a percepção das relações raciais no Brasil, trazendo para o foco das análises apenas o negro como centro de interesse da composição social. Para Maria Aparecida Bento da Silva (2002) há um

silenciamento, omissão e distorção em torno do lugar que o branco ocupou nas relações raciais, fazendo com que sua identidade não seja explícita e/ou demarcada, mas que exerça poder e conceda privilégios de forma consciente ou inconsciente aos indivíduos. Neste caso o relato de D<sup>a</sup>. Erci nos permite trazer uma outra perspectiva para este lugar, que existiu e ainda existe, e que foi construído principalmente a partir de suas relações, revelando a face comum da branquitude nestas situações, ou seja, sua presença-ausência na construção das identidades e territórios.

A “Vila África” tem muito a nos dizer sobre estes diálogos entre território – raça – nacionalidade. Permitindo inclusive fazer a relação com o que Kilomba (2019), ao escrever sobre episódios de racismo cotidiano, vivenciou ao morar em uma rua onde as referências que lhe eram atribuídas eram pejorativas, este foi o primeiro lugar em Lisboa onde pessoas negras foram morar, resultantes da diáspora. Para a autora, estas nomeações têm muito a dizer sobre o imaginário branco e suas formas de interpretações e construções do “Outro” que destoa, nos permitindo pensar na construção da raça imaginada dentro de fronteiras específicas e nacionalidades.

Neste sentido a Vila África nos permite aprofundar esta reflexão, em torno das representações e do imaginário de uma sociedade que precisa demarcar para diferenciar, tendo em suas bases as noções que interligam o território a uma nacionalidade, o que fica evidente, neste caso, é o fato dos moradores deste lugar terem nacionalidade brasileira, nascidos no Brasil e não em África, o que conduz a pensarmos que a “África” não está pautado somente na origem/nacionalidade, e sim está relacionado com uma série de tributos que correspondem a um processo de racialização, onde critérios como a cor adquirem um sentido hierárquico e comparativo, estando vinculados a uma ideia de raça existente e acionada na esfera social, refletindo, portanto, em lugares sociais<sup>43</sup>.

Ao atentar a estes elementos, nos deparamos com uma outra dinâmica deste território, e conseguimos perceber que seu espaço e localização podem ser reflexo de como esta rua e seus moradores são percebidos. Ao longo da pesquisa e coleta de dados, não se deteve em conversar e entrevistar pessoas externas a esta rua, por acreditar que se deva valorizar e legitimar os moradores que acompanharam suas transformações e se encontram ali desde seu princípio. Se faz importante esta ressalva, para elucidar que não se teve como propósito deste trabalho o ponto de vista alheio a este lugar, porém quando perguntado às

---

<sup>43</sup> Alguns autores preferem usar este termo para exprimir que a racialização é um discurso sempre em construção, enquanto outros colocam o termo raça com uma conotação política e demarcadora, priorizando o seu uso. Ver mais em: Albuquerque, (2009); Guimarães (1999, 2011); Munanga, (2003); Monsma, (2013);

participantes sobre a origem e significado do nome dado à rua, este elemento emerge como um ponto a ser analisado. Inclusive o uso ou não do “Vila-África” entre os moradores da rua Miguel Bauer não é consenso, para D<sup>a</sup>. Eva, por exemplo, que fora morar ali alguns anos mais tarde, e não passou pelo processo de indenização-deslocamento, este “apelido” não lhe confere sentido:

[...]Eu vou pelo nome que tá lá na prefeitura, isso aí é coisa que botaram agora, não vou pelo “Vila-África”, trouxeram junto o título pra cá. Inventaram este apelido porque é a rua de Taquara que tem mais negro, naquele tempo foi o negro mesmo que inventaram, eu não assino nada por Vila – África, me sinto bem aqui! [...] (Eva Rodrigues - 2018)

Esta colocação de D<sup>a</sup>. Eva traz alguns elementos que permitem pensar as representações do lugar em que vive, talvez o fato de não ser advinda e não possuir nenhum vínculo com a primeira Vila-África, dos ferroviários (ver item 1.2), faz com que este “apelido”, como se refere, estabeleça uma relação de recusa do nome e de seu uso, ao mesmo tempo que reconhece este lugar como um espaço de predominância de pessoas negras, encarregando-as pela sua titulação. Termina afirmando que se sente bem onde mora, em tom de oposição às representações sobre a África, que supomos que seja aquela veiculada nos meios de comunicação<sup>44</sup>, com imagens distorcidas e depreciativas sobre um continente que abriga uma multiplicidade cultural.

Ainda nos atendo a esta narrativa, também podemos relacionar com as representações que a palavra “vila” remete, pois, por se tratar de áreas periféricas, estes espaços carregavam atributos negativos. Para Furini (2018), as áreas periféricas traziam consigo representações negativas, que dificultavam a aceitação social, imagem muito atrelada a ética de seus ocupantes.

O posicionamento de D<sup>a</sup>. Eva nos alerta e evidencia sobre os elementos que compõem esta rua, sobre os diferentes olhares e vivências que lhe atribuem sentidos e identidades, e que estes as vezes não são compartilhados e/ou unânimes entre os indivíduos. Para Stuart Hall (1996), isso se relaciona com a construção de identidades negras diaspóricas, onde assim como existem pontos semelhantes, há também pontos de diferença, que constituem o fazer da história, do poder e da cultura que estão presentes nas narrativas e na memória.

Estas vivências também demonstram como os sujeitos se percebem e constroem ao longo do tempo suas noções de autodesignação. Para D<sup>a</sup>. Silvia, sua percepção sobre o

---

<sup>44</sup> Pela hegemonia do pensamento social das elites, a imagem do continente Africano no Brasil foi difundida de forma pejorativa e excludente através das mídias, escolas, etc. Ver mais em: MONTEIRO, 2004.

nome da “Vila África” se dá através da aproximação com o esposo, tendo a referência de seus primos:

[...] Quando vim morar aqui já sabia, por que quando conheci ele [esposo], os meus primos, que já moravam aqui, a vida deles que nasceu aqui e moravam aqui, eles diziam: “Ah, tá namorando os negros da Vila África!” E daí conversando eles falaram que aqui era esse nome mesmo, já faz tempo que essa rua tem esse nome, eu não me incomodo. É que aqui tem bastante gente morena de que pessoa branca, né? Pode contar aqui, pelo menos ali de cima até lá no final tudo é! E todos se conhecem! (Silvia Regina Gonçalves – 2018)

Deixando evidente que já sabia da existência e, tendo um vínculo familiar com a Vila – África, D<sup>a</sup>. Silvia diz não se importar com o nome, pois quando veio morar nesta rua, o nome já existia. O que podemos destacar em sua narrativa está em torno da justificativa desta referência estar atrelada a maior presença de gente “morena” do que branca:” aqui tem bastante gente morena de que pessoa branca, né?”, o que nos remete aos estudos investigativos realizados por Weimer (2013, p. 413), que se detêm nas memórias de experiências de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul na intenção de perceber como os sujeitos lembram e se referem as categorias sociais. Para o autor as categorias arroladas como “preto”, “moreno” e “negro” possuem uma dimensão mais profunda entre pessoas idosas, dimensões de hierarquização e, principalmente, pertença raciais, fazem com que a cor represente mais do que a tonalidade da pele. Os “morenos” não eram considerados socialmente brancos, no entanto representavam um compromisso coletivo e afetivo com a coletividade ao qual pertenciam, ser negro para os idosos, confere uma conotação distinta, atrelado aos discursos de privação de direitos, somente mais tarde, com as novas gerações, este termo passa a ser positivado, acionado de forma política e afirmativa, conforme demonstra as análises das narrativas.

Podemos relacionar a fala de D<sup>a</sup>. Silvia com estas interpretações sobre os usos destes termos para se definir e perceber a leitura sobre si e sobre o espaço em que vive, que diferentemente do que foi colocado nas entrevistas anteriores feitas com as outras mulheres – D<sup>a</sup>. Eva e D<sup>a</sup>. Erci - ela o define a partir de uma visão onde o “moreno” pode corresponder a estas interpretações de diferenças geracionais colocadas em um mesmo espaço. Sem almejar fazer um longo percurso sobre a permanência do nome e seus usos pelos moradores da rua Miguel Bauer, o que trouxemos para a análise está em torno do acionamento e/ou não de uma identidade partilhada a partir de uma história em comum e suas representações que nos remetem à esfera do afetivo e do pertencimento.

Também nos traz as percepções e a construção das relações racializadas neste sentido, visto que estamos tratando sobre as representações em torno do acionamento do uso do nome “Vila - África” por nossas personagens como parte dos processos sociais dos quais elas estão inseridas. Como podemos perceber, o emprego do nome não é consenso entre elas, pois se trata de um termo que por vezes traduz significados impostos a este lugar ao mesmo tempo em que são apropriados e positivados num sentido de ter atrelado a si memórias e trajetórias de vida.

## **Capítulo 2: TRABALHO E LAZER NOS VALES DO RIO DOS SINOS E PARANHANA NA PERSPECTIVA DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS**

Neste capítulo serão abordadas questões referentes a outros espaços de territorialidades negras, aonde vamos nos ater nas experiências das mulheres que frequentaram este espaço conhecido na cidade de Taquara, a Sociedade Bailante Flor do Sul. D<sup>a</sup>. Erci e D<sup>a</sup>. Maria em suas juventudes participaram da construção deste lugar, que era uma referência de espaço de lazer e sociabilidade, para a população negra da região.

Estas mulheres, como vemos a seguir também vão nos trazer os contornos que constituem o ser mulher e negra no contexto em que se encontram. Através de suas narrativas será possível perceber e dialogar com conceitos importantes para se entender as dinâmicas que o feminismo negro traz ao questionar a experiência comum de mulher. A partir de espaços demarcados e ainda presentes em suas memórias, iremos caminhar ao longo do tempo e espaço tendo como fio condutor o entendimento e leitura de mundo feitas a partir de suas vivências. Para isso vamos dialogar com conceitos como “racismo gendricado”, imagens controladas e, tendo como ponto de partida seus corpos, adentraremos nas esferas das relações que se desenvolveram na perspectiva do trabalho doméstico.

Pretendemos trazer para a leitura os múltiplos aspectos que circundam e compõem estas mulheres, que ao longo de suas vidas se depararam com diversas situações, muitas vezes colocadas em uma condição desigual às articulações existentes entre as opressões. Mas não somente para reafirmar estas condições, este trabalho está composto por estas narrativas em respeito as suas trajetórias e para também evidenciar as redes de apoio e solidariedades promovidas por suas articulações em espaços que começam em suas casas junto de suas famílias e adentram os espaços de sociabilidade.

### **2.1 “Se contar, ninguém acredita!” Significando lugares no mundo**

Aqui em Taquara era o trem, na minha época de criança, era só o trem e o carro motor e dadiline, que era tipo um jipe que era em cima das linhas. Quando veio os ônibus, negro não entrava nos ônibus, tem mais essa ainda! Eu não me lembro a data assim, que tá na minha cabeça, que foi liberado o negro poder viajar dentro do ônibus. Só que negro tinha aquilo, ó, eu até tenho uma história ali, que é de uma professora lá de Nova Iorque, fez anos agora, noventa anos que ela morreu, é a primeira negra que pegou e trouxe a consciência negra e que entrou no ônibus e não podia.. ela era costureira e trabalhava na casa de fulana de tal e ela tinha que pegar ônibus para ir para casa do patrão trabalhar. Então essa negra estava sentada, indo pro serviço, ela era costureira, ela era tudo desses grandão né, e ela ia de ônibus, chegou na hora e ela sentou. Chegou o seu

fulano de tal: “levanta daí, negra! Que eu quero sentar!” Daí ela olhou assim e disse “Mas eu não vou levantar daqui, eu tô cansada, eu vou trabalhar!” Daí ele disse: “tu levanta por que, vê se tu olha pra minhas esporas, vê se não vou te esporiar aí e tirar porta a fora.” E ela disse, pode fazer, não vou levantar porque pela lei negro tem direito, eu tô sentada, tem tanto banco lá! Daí ele mandou parar o ônibus, chamou a polícia e mandou prender ela. Ela foi presa, ela chorou, e os patrões foram descobrir que ela tava presa por causa disso, aí os patrões mandaram soltar ela, mas depois de tanto sacrifício, foi espancada e tudo. Aí os patrões mandaram soltar ela porque era lei que o negro podia viajar de ônibus, só porém, se chegava um branco tinha que levantar pra sentar, dar o lugar. E ela disse que não e foi presa. Então tem a história dela ali, e olha gente, dói da gente saber que aconteceu. Então, eu não me lembro o dia que fez anos, agora esse ano fez 91 anos que ela é morta, e daí isso aconteceu em Nova Iorque, né. E já tinha lei que os negros podiam viajar de ônibus, só, porém, se chegava um branco tinha que dar lugar. E daí nós fomos do tempo de ter a primeira e a segunda, né [no trem]. A primeira era pra rico e branco, a segunda era pra pobre, branco, preto, era só a segunda. Daí era os bancos de madeira, né, banco de madeira, se viajava quatro, cinco, seis horas, sentado naqueles bancos que doía, né. E o primeiro era sofá e tudo, as pessoas deitavam, dormiam. Isso eu viajei muito nisso aí... E hoje é tudo igual, isso evoluiu, então se contar ninguém acredita! (Maria Irconita Pacheco, entrevista realizada em 2019)

A personagem que protagoniza a narrativa de D<sup>a</sup>. Maria se chama Rosa Louise McCauley, conhecida por Rosa Parks. Pela versão de nossa entrevistada, o que a protagonista de sua narrativa vivenciou, muito tem em comum com a realidade vivida por ela, onde os espaços frequentados eram segregados por cor e muitas vezes refletiam as relações de suas épocas. É interessante nos atermos à forma como este acontecimento é recontado e presente na memória de D<sup>a</sup>. Maria, pois existem falas, sentimentos, e todo um contexto que representa a sua forma de interpretar e descrever este episódio, inclusive o colocando como uma das referências da consciência negra.

O período que está sendo acionado nesta fala nos remete a década de 1950, nos Estados Unidos, onde em lugares como o sul do país, estavam sob vigência de leis segregacionistas conhecidas como Jim Crow<sup>45</sup>. Estas medidas geraram muita segregação e violência para a população negra estadunidense, ao mesmo tempo em que fez surgir a necessidade de organizações negras em diversos formatos, desde o século XIX, como o “Escritório dos libertos”, por exemplo, que para Du Bois (1903) dentre suas várias funções,

---

<sup>45</sup>Giovana Xavier (2012), em sua tese, investiga os padrões de beleza nos Estados Unidos no final do século XIX até os anos de 1930, um fator de forte influência nestes padrões que inclusive refletiam nos comportamentos, eram as leis Jim Crow, pois os ideais de beleza tinham como alicerce as noções de clareamento e reprodução de um padrão eugênico. Essas leis foram responsáveis pela segregação e pela concepção de que elas serviam para uma massa de pessoas degradadas, no ano de 1965 acaba por ser abolida. A autora, pela ótica do agenciamento, procura entender os processos de racialização construídos pelas pessoas negras.(p. 09)

exercia a instrumentalização dos negros do sul do país<sup>46</sup>. A ocasião infeliz que está sendo narrada, se encontra em um contexto que precede a abolição destas leis na esfera jurídica. O caso de Rosa Parks mobilizou todos os segmentos de organizações negras onde suas principais pautas era o fim deste sistema. Este episódio ser recontado por uma mulher negra, de 84 anos de idade no século XXI no sul do Brasil, e estar sendo relacionado com uma realidade vivida, nos traz as dimensões do pertencimento e das leituras de mundo no qual D<sup>a</sup>. Maria se reconhece através de uma memória coletiva, compartilhada e identificada através de sua experiência, que a define e a coloca como provedora de seu próprio entendimento.

Ao longo da historiografia várias pesquisas compararam a escravidão e o pós – abolição entre EUA e Brasil, para apontar suas formas de construção distintas sobre a sociedade. No que corresponde ao Brasil, cada vez mais tem se avançado sobre questões que envolvem as formas de agenciamento negro, organizações, soluções e alternativas construídas ao longo do tempo, principalmente no século XX. Para a população negra a liberdade estava representada em uma multiplicidade de ações e posturas que refletiam nas suas formas de organização. Nos primeiros anos da República houve diversas manifestações sociais em que a população negra protagonizou movimentos de resistência diante de um Estado opressor que visava o controle da população periférica. A exemplo disto temos a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, onde líderes negros como Prata Preta se expuseram frente aos conflitos com o exército e a polícia que insistiam em adentrar as moradias de famílias que estavam nos cortiços do centro da cidade e nos morros cariocas<sup>47</sup>.

A Revolta da Chibata também se torna referência para estes conflitos e reivindicações que a população negra exigia neste “novo” cenário político. Tendo seu princípio em terras do sul, a revolta causou impactos e chamou a atenção na capital republicana, cidade do Rio de Janeiro, que em 1910 foi surpreendida pelos canhões e apelos do líder dos marinheiros: João Cândido e sua tripulação ameaçavam bombardear a cidade caso suas exigências não fossem atendidas, dentre elas estava o fim do castigo e condições dignas de sobrevivência em alto mar.

---

<sup>46</sup> As funções do “Escritório dos Libertos” era a supervisão do trabalho livre, banir os castigos corporais, comprar e vender terras, atuar no sistema financeiro, dentre outras. Existiu durante os anos de 1868 e 1869. Para Du Bois representava o espírito americano de acesso aos bens e inserção no consumo. Ver mais em: DuBois, W. E. B. As almas da gente negra. Tradução de José Luiz Pereira da Costa, 1998.

<sup>47</sup> Prata Preta tornou-se destaque juntamente com outros líderes da revolta da vacina, homens negros que entravam em conflito com a repressão policial, sendo inclusive temidos pelos agentes. Ver em: ALBUQUERQUE, FILHO, 2006.

Faço referência a estes dois conflitos para que, além de percebermos as tensões que acompanharam o início do século XX, referencio-os para também evidenciar que a população negra não ficou alheia a este processo. Houveram profundas mobilizações que reivindicavam melhores condições de vida e trabalho, houveram denúncias diante da falta de acesso a princípios básicos de sobrevivência como a alimentação, terras, moradias, e principalmente, sobre a discriminação racial que permeava as relações.

Como forma de embasamento destas referências, recorro a Petrônio Domingues no que se refere às análises destes movimentos. Para o autor, que investiga as posturas do movimento negro desde o contexto da República:

Os egressos do cativeiro e os afro-descendentes de um modo geral foram privados – ou tiveram dificuldades – de acesso ao emprego, à moradia, à educação, à saúde pública, à participação política, enfim, ao exercício pleno da cidadania. Ante tal situação, uma parte deles não permaneceu passiva. Pelo contrário, levou avante múltiplas formas de protesto, impulsionando os movimentos de mobilização racial (negra) no Brasil. Foram engendradas diversas organizações com base na identidade racial; elas procuravam projetar os "homens de cor", como atores políticos, no cenário urbano (Domingues, 2007 p.33).

Para isso dentro deste mesmo contexto foram criadas diversas frentes de organização que possibilitavam para a população negra meios de mobilidade, ascensão social e principalmente instrumentalização para conviver e enfrentar uma sociedade pautada nas teorias racialistas em sua base e agora, refletiam nas desigualdades sociais, sendo este o principal motivo para a luta por direitos. Dentro deste contexto foram criados diversos espaços pela e para a população negra em todo o Brasil. Podemos mencionar aqui as associações operárias, os times de futebol, a imprensa, os grupos carnavalescos, as instituições educativas, os clubes e as sociedades recreativas e beneficentes.

Estas organizações tinham o intuito de promover a assistência que o Estado brasileiro não dispunha para a população de cor ao mesmo tempo que desempenhavam um papel educativo/recreativo para seus frequentadores. Os clubes sociais negros<sup>48</sup>assumiram diversas frentes, tomando caráter coletivo e social:

---

<sup>48</sup> O conceito de clube social negro foi discutido e construído em 29 de fevereiro de 2008 durante um encontro em Brasília com a presença de intelectuais e militantes do movimento negro e da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros do Brasil. Ver em: AL-ALAM, 2018; ESCOBAR, 2018; MUNARETTO,2018.

Eles surgiram como um contra ponto à ordem social vigente (em especial a partir do século XIX), o que possibilitou uma intensa ascensão econômica, política e social, sentimento de pertença a um grupo, firmando uma identidade negra positiva com sua visão de mundo, gerando, com isso autoestima elevada dos seus associados, que seguiam padrões rígidos de comportamento, de moralidade e de bem vestir-se, forjando, de certa forma, uma classe média negra emergente (ESCOBAR, 2018; SILVA, 2018; p. 57).

A exemplo destas organizações, encontramos dentro dos clubes e associações cursos de alfabetização e especialização da mão- de -obra juntamente com outras diretrizes que serviam de apoio para permitir a seus frequentadores uma alternativa de fortalecimento e sociabilidade, além de garantir uma autonomia para seus indivíduos. Nesse sentido filio-me a definição cunhada por Silva (2017), para a representação e funcionalidade dos espaços dos clubes negros:

Clubes negros são construções culturais que conferem inteligibilidade e densidade histórica à experiência de racialização vivenciada no pós- abolição. [...] Espaço de lutas políticas que informam sobre cidadania, tendo por um lado a ideia de raça e valores sociais compartilhados condicionando a formação de identidade negra positiva (SILVA, 2017 p.21).

No Rio Grande do Sul, antes mesmo da abolição já encontramos estas organizações protagonizando junto a seus frequentadores iniciativas de ação mútua, como a Sociedade Floresta Aurora, fundada em 1872 em Porto Alegre, que tinha dentre muitas atividades, a funcionalidade educativa e de libertação<sup>49</sup>. Mas foi com o advento da República, que estes espaços se tornaram mais fortalecidos e necessários para a população negra. Na cidade de Pelotas encontramos instituições negras que logo no início do novo século estavam organizadas em promover a sociabilidade e a afirmação de uma identidade negra positiva, como é o caso das sociedades “Depois da Chuva”- 1916 e “Chove não molha” - 1919, que junto a seus associados, desenvolviam atividades recreativas e articulavam vínculos com organizações negras nacionais, como a Frente Negra Brasileira<sup>50</sup>.

Mais ao sul do estado, na cidade fronteira de Jaguarão, encontramos o centenário Clube Social Negro 24 de Agosto, fundado por operários negros em 1918. No ano de 2018

<sup>49</sup> A Sociedade Floresta Aurora, fundada em 1872 em Porto Alegre oferecia a seus associados a alfabetização e também auxiliava na arrecadação de fundos para alforrias. ESCOBAR,2010.

<sup>50</sup> Pelotas, cidade situada ao sul do estado, possui expressiva presença de organizações negras como os clubes e sociedades beneficentes. Além das entidades aqui referenciadas, ainda se tem registros dos clubes: Fica Ahí pra Ir Dizendo – 1921, Quem Ri de Nós tem Paixão – 1921, Está tudo Certo - 1931, todos eles criados como espaço de sociabilidade e resistência da sociedade negra pelotense. Ver em: SILVA, 2011; GILL, 2007; LONER, 2007.

celebrou-se sua trajetória que, apesar dos períodos de dificuldades (como o leilão de sua sede), atravessou os anos atuando de forma ininterrupta e fortalecendo redes não somente com os clubes e sociedades brasileiras, mas principalmente expandindo suas relações para além-fronteiras, encontrando no Uruguai a articulação de novas redes de sociabilidade<sup>51</sup>.

Estamos aqui fazendo estes apontamentos sobre a presença de organizações negras em algumas cidades do RS, começando pelas cidades que ao longo do século XIX obtiveram grande circulação de mão-de-obra escravizada<sup>52</sup>. Para se ter uma noção sobre as pesquisas e estudos feitos, sobretudo ao que corresponde as primeiras décadas do referido século, Osório (1999) constata que em 1819 contando com uma população de 92.180 habitantes, a capital da província gaúcha apresentava destes, 28.253 escravizados, ou seja, medindo estes dados em porcentagem, correspondem a 30% da população rio – grandense na época.

No que corresponde a historiografia do Rio Grande do Sul, por muito tempo se teve um “vazio historiográfico” no que se refere a presença negra no estado, termo cunhado por Gutfrend (1990), e atribuído por historiadores que creditavam a ausência destes estudos devido a intensa mobilização da figura do gaúcho da campanha como o tipo representativo do Estado. Ainda que os imigrantes italianos e alemães não sejam incorporados a configuração dessa imagem, são excluídos de forma mais severa os negros e os índios (OLIVEN,1996).

Neste sentido justifica-se posteriormente a fácil aceitação da imigração como aporte identitário em algumas regiões do Estado. Identificamos este acionamento alinhado ao que já fora evidenciado no decorrer deste trabalho, onde a “solução imigrantista”, para Domingues (2011), não deve ser vista apenas como uma resposta ao problema demográfico ou de falta de braços, uma vez que ela integrou um projeto de modernização, correspondendo às políticas de branqueamento.

---

<sup>51</sup> O Clube Social Negro 24 de Agosto fundou-se a partir da organização de homens negros ligados ao Círculo Operário Jaguarense com anseio de formar um clube de e para as pessoas negras, já que os demais espaços da cidade, os clubes, não lhes permitiram acesso, isso fez com que também ampliassem seus contatos ao Uruguai, na cidade de Melo temos parcerias entre os clubes afro-uruguaios. Para saber mais ver em: ESCOBAR, 2018; SILVA, 2017, 2018; NUNES,2010.

<sup>52</sup> O sul do Brasil diferentemente do que está representado, ao longo dos séculos foi o destino de muitos africanos e seus descendentes escravizados. Em regiões portuárias como Rio Grande e suas cidades próximas, havia grande circulação, venda e fugas de pessoas negras escravizadas por se tratar de uma região onde havia maior concentração de atividades rurais, como as charqueadas. Sobre pesquisas que abordam o tema, ver em: AL-ALAM, 2007; ARAÚJO, 2011; BERUTE, 2011; CARATTI, 2013; MOREIRA, 2003; SILVA, 2015.

Nos deparamos também com registros da existência de associações, clubes e entidades negras que tinham como finalidade para além dos festejos e sociabilidade, a instrumentalização de seus associados diante de uma sociedade hierarquizada pelo viés racial. Em resposta a todos estes esforços surgiram diversas organizações negras em todo o Brasil, com intuito de articular identidades plurais e atribuir (re)significados na sua maneira de ser e estar, encontramos na localidade da referente pesquisa, estas iniciativas que se fazem presentes logo no início do século XX.

Sendo um campo de pesquisa recente, o período que corresponde ao pós- abolição, por não ter uma temporalidade fixa e restrita, nos dá a possibilidade de investigar sobre a população negra nestas regiões predominantemente “brancas”, ficando cada vez mais evidente as mobilizações que partiam sobretudo destas pessoas comuns, isto é, negras e negros não vinculados a movimentos sociais, mas que porém se organizavam promovendo mudanças de sentidos e (re)significados em todos os espaços que circulavam e ocupavam, afirmando-se de maneira coletiva e/ou pública, dando sentido político às suas organizações.

Estão presentes nas memórias e sobretudo nas memórias das mulheres negras deste trabalho, os modos de existência e relações estabelecidas no cotidiano. Neste sentido, devemos valorizar e trazer para a escrita os depoimentos e as narrativas, que nos despertam para os múltiplos sentidos adotados por estas mulheres. Na narrativa que inicia este subcapítulo, nos deparamos com uma cidade vista a partir do olhar e da vivência de D<sup>a</sup>. Maria, onde o trem era o espaço de demarcação social, de distinção, e que refletia os comportamentos de uma sociedade.

Nossa entrevistada faz a relação entre suas experiências na cidade de Taquara com a experiência da estadunidense Rosa Parks, contudo, sabemos que se torna perigoso e equivocado usar da comparação como meio único explicativo dentro do campo da História. Se faz importante que percebamos as singularidades, continuidades e rupturas de cada contexto dentro de um determinado lugar. No entanto, a forma e as referências que D<sup>a</sup>. Maria atribui a este acontecimento faz com que percebamos as articulações que a percepção de si e de sua experiência dialogam, inclusive demonstra como a memória a introduz em uma experiência coletiva compartilhada, permitindo fazer relações com o seu tempo.

Para elucidar estas questões que por vezes ficam cristalizadas no imaginário, lançamos mão de pesquisas recentes e próximas as situações que estamos nos deparando,

ou seja, região de imigração, organizações negras e suas alternativas. Em lugares como Caxias do Sul, reduto da imigração europeia, sobretudo italianos, encontramos registros de organizações negras já na década de 1930, o Sport Clube Gaúcho surge primeiramente como time de futebol, onde incluía-se somente homens negros, logo depois, adotando o formato de clube onde mulheres também faziam parte da estrutura administrativa e organizacional da instituição<sup>53</sup>. Dentro desta organização torna-se notável a ação das mulheres, visto que antes mesmo do time de futebol, as mulheres negras de Caxias do Sul haviam fundado o Clube das Margaridas - 1933, do qual pouco se tem registros, porém faço a devida referência para não deixar de mostrar a importância da presença feminina dentro destes espaços associativos que, em muitos momentos, contou com as possibilidades e capacidades de articulação destas mulheres para fins de permanência/existência.

Na cidade de Novo Hamburgo, região calçadista conhecida como capital do couro e dos calçados, encontramos a Associação Cruzeiro do Sul, primeira instituição negra fundada no Vale dos Sinos no ano de 1922. Com caráter de time de futebol a agremiação fundiu-se com blocos carnavalescos da época para então se estruturar enquanto local de referência para a sociabilidade, lazer e identidade de seus frequentadores. Foi no ano de 2017 que esta instituição foi reconhecida pela Câmara Municipal de Novo Hamburgo como patrimônio histórico e cultural da cidade. Fato de grande importância e notoriedade para a população negra da referida região<sup>54</sup>.

Percebemos também, nas narrativas de “Vó Nair”, mulher negra, conhecida na região por ser filha de benzedeira muito bem quista, nascida e criada em Novo Hamburgo, as estratégias que muitas famílias negras tiveram que acionar na construção de suas permanências e afirmação na cidade (Magalhães, 2010, 2013; Nunes, 2013; Rocha, 2013). Através de seus depoimentos percebemos o acionamento de uma memória coletiva, onde, para além das experiências comuns partilhadas, conseguimos também perceber as configurações sociais e raciais que permeavam o contexto e o protagonismo destas mulheres diante do

---

<sup>53</sup> O Sport Club Gaúcho surgiu em 1934 a partir de homens negros: militares, trabalhadores autônomos e industriais que, em primeiro momento organizaram um time de futebol, depois ao incorporar as mulheres negras dentro de sua administração, passou a ter como prioridade o convívio harmonioso entre as famílias associadas e seus frequentadores. Ver em: GOMES, 2007, 2008.

<sup>54</sup> Sobre o reconhecimento como patrimônio de Novo Hamburgo, acessar: [https://portal.camaranh.rs.gov.br/pm3/informacao\\_e\\_conhecimento/noticias/aprovacao-em-plenario-torna-sociedade-cruzeiro-do-sul-patrimonio-historico-e-cultural-de-novo-hamburgo](https://portal.camaranh.rs.gov.br/pm3/informacao_e_conhecimento/noticias/aprovacao-em-plenario-torna-sociedade-cruzeiro-do-sul-patrimonio-historico-e-cultural-de-novo-hamburgo) <https://www.sociedadecruzeirosul.com.br/o-cruzeiro>

seu tempo:

Assim, por conta de suas mais diversas formas de associativismo, as mulheres negras tencionam novos temas, apontam problemas estruturais e criam redes de sobrevivência, resistência, fortalecimento, representatividade e apoderamento ao longo do tempo (Carneiro, 2003 p. 127).

No decorrer desta escrita, estamos preenchendo e valorizando trajetórias percorridas por sujeitos, homens e mulheres, nos mais diversos tempos e contextos. A fim de assegurar uma leitura prazerosa e para além disto, evidenciar as transposições destas vivências e suas relações. Percebemos o papel fundamental que mulheres negras assumiram ao se deparar com a falta de amparo por parte do Estado, e o quanto isso influenciou em suas ações, que tinham como fator principal, o exercício da liberdade e cidadania expressas por iniciativas como o trabalho, a moradia, educação formal, o lazer, a preservação de laços familiares.

Recorro a outra referência de mulher negra que, diante do seu tempo, enfrentou as mazelas da desigualdade: escritora, poetisa, moradora do Canindé, Carolina Maria de Jesus viveu no contexto em que a população a qual pertencia estava fadada, segundo os intelectuais da época, a reprodução da coisificação, ou seja, suas subjetividades e vontades estavam longe do alcance das escolhas advindas das próprias decisões dos indivíduos<sup>55</sup>.

Contrariando o destino que a grande parte de sua gente, sobretudo mulheres, apresentavam com relação a educação formal e letramento na metade do século XX, Carolina Maria de Jesus aprendeu, através das palavras, a recriar e contar sobre seu cotidiano. Estes contrastes recaíam sobre estas mulheres, que endossavam altos índices de exclusão social aliada as condições de ser mulher e negra:

A análise dos Censos de 1940 e 1950, que incluíram o quesito cor da pele, mostra que a exclusão do sistema educacional recaía mais fortemente sobre as mulheres negras, com um índice de alfabetização de 15,29%, o menor dentre aquele período. Os dados de Censo de 1980, no qual o quesito cor voltou a ser considerado, continuaram a mostrar números muitos desfavoráveis para essa parcela da população: 80% das mulheres negras estavam enquadradas na faixa das pessoas com até quatro anos de estudos, ante 67% das mulheres brancas nessa mesma

---

<sup>55</sup> A Escola Sociológica Paulista sob a influência de evidenciar a superestrutura sobre os indivíduos acabou desenvolvendo estudos que acreditavam na anomia social da população negra após a abolição. Para saber mais ver em: FERNANDES, 2008; CARDOSO, 1962.

condição. Em termos de analfabetismo, as negras eram o dobro em relação às brancas, apresentando 50% mais probabilidade de abandonar a escola sem sequer ter aprendido a ler (NAPOMUCENO 2013: 392-394).

Em seu primeiro livro/diário, publicado em 1960, “Quarto de despejo – Diário de uma favelada”, percebemos as dificuldades impostas à população negra no Brasil, os problemas e riscos dos grandes centros urbanos, com relação a moradia e outros aspectos que permeavam a luta pela sobrevivência no dia a dia da população pobre. A autora, através dos relatos sensíveis a realidade, traz à tona os abismos sociais gerados e consequentes da abolição, ao passo que também toma pra si o protagonismo de, através dos escritos no papel, fazer da miséria, sua principal aliada.

Conto também com as trajetórias de Ambrosina e Maria Cristalina, mulheres que ao sul do país promoveram e significaram o sentido de suas presenças. Buscando na capital gaúcha do início do século XX a estabilidade e independência para poder influir em seus destinos: venderam doces, lavaram roupas e movimentavam-se no sentido oposto aos determinismos impostos à sua cor<sup>56</sup>.

Busco em Carolina, e em outras figuras aqui já citadas, trazer um sentido próximo a tantas trajetórias comuns às mulheres negras, sejam elas conhecidas, como o caso da autora, ou, como o caso de pessoas presentes no “anonimato” dos registros da História, todas elas com o mesmo intuito: fazer de sua estada uma prática constante de existência. À estas mulheres, nada de diferente estava posto aos seus cotidianos, diante da multiplicidade de ações em que adotavam para garantir suas permanências e de suas famílias.

Trago aqui suas referências para povoar este trabalho respeitando e valorizando trajetórias coletivas e individuais que, de alguma forma, balizam as formas de entendimento e olhar sobre um determinado período. Também com o intuito de apontar que, independente do lugar e tempo em que estas mulheres se encontram, suas vivências levantam muitas questões a respeito do “devir mulher negra”<sup>57</sup>, ou seja, as potencialidades criadas a partir de suas experiências.

Erci, Maria, Eva, Silvia, mulheres que contam suas histórias e de suas ancestrais também, acionam a memória percorrendo sobre o tempo e o espaço, sobre vivências e sentimentos comuns e partilhados. Se tem aqui escritos os relatos, fotos e outras fontes que

---

<sup>56</sup> Silva et. al. 2017.

<sup>57</sup> O termo “devir mulher negra”, segundo Fernandes, significa criar potência a partir das opressões que circundam as trajetórias das mulheres. Ver mais em: Fernandes, 2016.

nos remetem a um município interior do estado do RS, mas que foi profundamente marcado pelas relações raciais e, sua identidade construída através da omissão acerca da diversidade de sua composição.

## 2.2 “Mas mesmo assim, no serviço pra trabalhar, a gente passava trabalho!” Dialogando com gênero, raça e classe a partir das narrativas

As experiências cotidianas que perpassam a vida destas mulheres nos dizem muito sobre as formas e estratégias adotadas para a (re)existência em uma sociedade que estava constantemente viabilizando formas de negligenciar sua estada no mundo junto aos seus corpos. Para as mulheres negras, o serviço doméstico sempre fora uma maneira de garantir seus sustentos e independência financeira, o qual, no entanto, ao longo de muitas gerações, se apresentava como um trabalho precário e mal remunerado, além de expô-las a situações vulneráveis e violentas:

[...] Então depois que nós fomos crescendo mais, fomos ficando grande minha mãe botava nós no serviço pra trabalhar, mas mesmo assim no serviço pra trabalhar a gente passava trabalho, porque a gente tava trabalhando nas casa e quando as patroa saiam os homem se passavam com a gente na ausência das patroa né. E daí quando as patroa chegavam eu digo, por isso que hoje tem essas mistura tudo, porque as patroa nunca acreditavam que o patrão abusava as empregada, sabe? As negra! E existe assim.. existia sim porque os patrão, as patroa saiam e os patrão se passavam cá gente, sabe? E a gente e as vez a gente conseguia correr, e eu graças a Deus que nunca, mas eu conseguia correr, eu corria, sabe? Eu corria sempre. [...]( Trecho entrevista D. Erci, 2017)

A experiência de Dona Erci trabalhando desde muito nova para ajudar no sustento da casa junto com seus irmãos ajuda a exemplificar estas noções difundidas em nossa sociedade sobre as representações e lugares destinados às mulheres negras. No entanto, seu relato nos revela mais que isso, nos traz um elemento que irá ajudar nestas análises, e que de certa maneira, sempre fora um elemento importante ao se falar de mulheres negras: o corpo.

O corpo neste caso também pode auxiliar como categoria analítica. Para Bueno (2019) é a partir dele que podemos pensar várias experiências, pois através dele se produz discursos e sentidos, lugar onde também se pode exercer controle e subordinação. Neste caso ele também expressa as articulações entre gênero e “raça”, que como bem evidenciado por Davis (2016), as mulheres negras ao longo do sistema escravista, foram duplamente tratadas por seus senhores, quando era lucrativo explorá-las, o gênero não ficava evidente, quando precisava puni-las, eram reprimidas e reduzidas à sua condição de fêmea. Isso demonstra a complexidade de ser mulher negra e os diversos elementos que as atravessam. O que D<sup>a</sup>. Erci trás em sua narrativa remonta à sua adolescência evidenciando o quanto esteve diante de situações que negligenciavam sua condição enquanto ser,

enquanto mulher e sua subjetividade.

Na ausência da “patroa” tudo estava passível de acontecer. D<sup>a</sup>. Erci e as demais entrevistadas neste trabalho tiveram como principal meio de sustento, por boa parte de suas vidas, o trabalho doméstico em casas de famílias influentes no município. Podemos relacionar a situação deste excerto com o que já está muito evidente: “as exigências do emprego na casa de uma mulher branca, forçavam a trabalhadora doméstica a negligenciar sua própria casa e até mesmo suas próprias crianças (Davis, 2016). Neste caso o que a narrativa permite alcançar perpassa pelas alternativas construídas por D<sup>a</sup>. Otília, mãe de D<sup>a</sup>. Erci, como formas de garantia de sobrevivência.

D<sup>a</sup>. Erci enfatizou que conseguia correr, sempre! Sabemos que para outras mulheres de sua cor, estas situações se davam de uma maneira na qual, não era uma alternativa viável, o que faz com que possamos relacionar este episódio com o perverso imaginário que compõem o pacto narcísico, encontrada na obra de Freyre (1933), sobre as representações projetadas sobre as mulheres negras, o que anos depois, Gonzalez (1988) irá sistematizar de uma forma crítica e posicionada com relação a estas reproduções no imaginário brasileiro, inclusive trazendo esta categoria político – cultural de Amefricanidade para pensar em alternativas de ultrapassar estas limitações, incorporando processos históricos e políticos para pensar este conceito.

O que queremos evidenciar aqui, para além destes fragmentos vividos, são as interações destas categorias que foram elaborados e pensados ao longo do tempo por e para mulheres negras em diversos campos teóricos. A sociologia, a antropologia, a história e a psicanálise nos oferecem caminhos para refletir sobre esses acontecimentos, inclusive para identificar pontos de semelhança e de diferenciação. Neste sentido Kilomba (2019) coloca como inseparáveis, a “raça” e o gênero pois se apresentam nestas ocasiões como complementares:

“‘Raça’ não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da ‘raça’. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de ‘raça’ na experiência do racismo.” (Kilomba, 2019 p.94)

Para a autora, inclusive, esta é uma outra forma do racismo se manifestar, o racismo genderizado, que está diretamente associado às experiências de mulheres negras, já que estas ocupam um lugar muito crítico dentro da teoria. A realidade destas mulheres só pode ser de fato abordadas de uma forma adequada, quando levado em consideração estes conceitos, alertando para os possíveis equívocos: ao tratar estas formas de opressão que

constituem estas experiências de vida, não podemos vê-las de forma acumulativas, e sim de uma maneira onde estas interajam.

Acionamos a trajetória de Laudelina de Campos Melo para tentar relacionar estas categorias e aproximar do que já fora vivenciado por nossas entrevistadas. Laudelina foi uma trabalhadora doméstica que durante sua vida toda esteve reivindicando direitos e melhores condições de trabalho para as mulheres. Sua trajetória é marcada pelo combate das discriminações sociais direcionado às empregadas domésticas, fundou o primeiro sindicato, sendo o primeiro passo para a regulamentação deste emprego, posteriormente. Sua figura representa estas conexões que queremos evidenciar a partir destes relatos, onde o gênero, e a “raça” estão sendo construídos e tendo significados atribuídos também através um viés de classe para os sujeitos:

[...] e daí as mulher pediam pra nós ir nas casa fazer serviço e minha mãe mandava pra nós ganhar um prato de comida e daí ela dava comida de meio dia pra nós porque aquele prato de comida...nós era que nem cachorro, eles tavam dentro de casa comendo e depois que eles comiam o resto de comida que sobrasse que eles botavam num prato e mandavam nós sentar na área e davam comida pra nós e daí nós tinha que fazer os serviço pra elas. Capinar o jardim, limpar em roda da casa, lavar chiqueiro de porco, tira balde da água do poço e lavar os chiqueiros do porco por um prato de comida [...]. (Trecho entrevista D. Erci, 2017)

O trabalho doméstico no Brasil passou a ser regulamentado no século XXI, conforme levantamentos da OIT de 2017, o perfil destes trabalhadores são de 7 milhões neste setor, sendo o maior índice do mundo, sendo em maioria, composto por mulheres negras. O que está posto nesta narrativas são as condições em que este trabalho estava sendo exercido, condições de insalubridade, de exploração e que remontam às experiências históricas de mulheres negras que, ao longo da história, trabalhavam fora de casa:

Eu e a mãe, nós vinha de lá pra cá trabalhar de doméstica nas casa e nas tinturaria. Antigamente as tinturaria, sabe o que é tinturaria né? Não sabe o que é tinturaria? Tinturaria é onde lavam as roupa, roupa chique. Que tinge. Antigamente os médicos só usavam aqueles guarda pó que tinham que engomar e passar, e eu e a mãe trabalhava nas tinturaria e tinha que passar com os ferro de brasa, tinha que assoprar e fazer assim pra acender aqueles carvão. Nós vinha de manhã, passava o dia inteiro, uma lavava outra passava. (Trecho da entrevista D. Eva, 2018)

Estes relatos nos trazem uma dimensão do vivido no âmbito privado das casas e empresas onde exerciam seus trabalhos, casos muito comuns, quando nos debruçamos em outras pesquisas realizadas com mulheres que exerciam esta função. Para Joyce Fernandes (2018), rapper, historiadora e ex-empregada doméstica, ao longo de sua trajetória esteve diante de situações semelhantes, onde havia situações de maus tratos e outras formas de exposição e violações de direitos humanos, foi através da união de

diversos relatos que escreveu o livro “Eu empregada doméstica”, que traz muito do que já foi exposto até aqui, e que servem para evidenciar o racismo estrutural que alicerça a sociedade brasileira.

Neste último depoimento, abaixo, ao transcrever a narrativa, se optou por não escrever as palavras de insultos de forma inteira. Como já mencionado anteriormente, as palavras detêm poder e constroem discursos. É através da palavra que se perpetua ou se desconstrói coisas, portanto, para não expor e não reproduzir formas violentas de saber, transcrevemos esta narrativa com interferência em algumas palavras:

Disse que ia ser tudo de bom e minha mãe acreditou e deixou eu ficar, e eu fui pra lá. Morei, não muito tempo mas morei. Porque eu tinha que dormir, eu dormia lá nos fundos, num quatinho velho lá, cheio de trapo dos cachorros. Tinha que dormir e a porta tinha que ficar entre aberta que ela dizia que era medo de que eu ia fugir e os cachorro não iam deixar eu fugir. E minha mãe não acreditava que ela fazia isso comigo e aí eu lavava roupa. Naquela época era tudo roupa branca e ela botava eu, 11 anos eu tinha, eu não tinha força pra torcer bem torcido aquelas calças de brim, tu lavava, escovava tudo bem escovadinho e quando era torcer e botar no arame. Ela ia dormir, quando ela vinha de lá ela chegava lá e tava pingando ainda né, escorrendo, ela tirava aquelas calça e aquelas calça de brim do arame e dobrava assim ó: “negra v.! negra d.! Tu não sabe, tu vai aprender a torcer roupa!” Eu passei. [...] E aí eu ganhava aquelas calça dobrada na cara, ficava as marca dos botão direitinho, eu era muito amarela, era anêmica, bem amarela né, que qualquer coisa ficava as marca. (Trecho entrevista Maria Irconita Pacheco, 2018)

D<sup>a</sup>. Maria morou, não por muito tempo conforme ela diz, junto da família onde trabalhava. Ela era criança, assim como D<sup>a</sup>. Erci, ambas se encontravam em situações parecidas, onde a necessidade fazia com que estivessem sujeitas a esses acometimentos. Estes relatos muito nos dizem sobre o cotidiano e os meios encontrados para a sobrevivência e permanência destas famílias negras na região. Alternativas que especialmente para estas mulheres, geraram marcas profundas em sua memória e para além disto, trazem à tona as relações que envolvem os lugares de poder nas relações sociais.

Para Brites (2007), dentro destas relações entre empregadas e empregadores, existia uma desigualdade e reprodução de hierarquias de classe, para a autora, as mulheres que cuidavam dos filhos das “patroas” desenvolviam afetos pelas crianças que passavam a maior parte do tempo junto delas, porém esta aproximação era limitada quando se tratava de reconhecimento de direitos e formas dignas de tratamento. Neste caso, nossas entrevistadas não tiveram a experiência deste afeto, muito pelo contrário, e aí podem estar envolvidas várias questões, desde a dinâmica em que estão colocadas, menores de idade, em alguns casos, distante da família, e principalmente a condição em que estão dentro destas casas, fez com que emergissem as inúmeras formas de dominação e exploração.

Sobre essas formas de dominação, elas são utilizadas pelo grupo dominante, para perpetuar padrões de violência e de dominação. Para Bueno (2019), que se debruça sobre as imagens de controle, conceito desenvolvido por Collins, estas imagens correspondem a uma dimensão ideológica do racismo e do sexismo, onde se apresentam de forma simultânea, que tem como propósito o controle de comportamentos de mulheres negras, a escolha de símbolos que dificultam a autonomia e principalmente, fazer a manutenção das condições de injustiças sociais.

Diante destas situações de injustiças e desvalorização, ao longo do século XX, foram fundadas diversas organizações de trabalhadoras domésticas, como foi o caso de Laudelina, afim de não somente reivindicar melhores condições de trabalho, mas principalmente, formar redes de apoio e solidariedade entre essas mulheres que compartilhavam de experiências e realidades em comum. Para Almeida (2019), que pesquisou sobre estas organizações no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, estes espaços serviam para mobilizar e conscientizar estas trabalhadoras como uma categoria, trazendo os elementos que visavam os avanços para o reconhecimento e regularização da profissão.

D<sup>a</sup>. Maria, D<sup>a</sup>. Erci e D<sup>a</sup>. Eva não permaneceram ao longo de suas vidas nessas condições, logo veio o casamento, os filhos e outras demandas, que distanciaram elas desta experiência dolorosa. Seguiram trabalhando em inúmeros espaços para viabilizar suas existências e de suas famílias. Se faz importante lembrar que o que foi apresentado é somente um aspecto de suas trajetórias, elas são mulheres que continuaram a circular nos espaços, a conceber os lugares e junto disso, a construir junto de suas memórias, seus significados.

Por isso insisto na direção das formas e saberes múltiplos, no preenchimento da História com gente, rostos, que trazem em seus traços grandes histórias, histórias miúdas, atribuídas a personagens comuns do cotidiano. Portanto, no subcapítulo a seguir vamos conhecer, através das narrativas, as vivências de duas das quatro mulheres entrevistadas para este trabalho. Para trazer através de seus relatos, o cotidiano de uma cidade do interior gaúcho, na perspectiva feminina, negra e associativa.

### **2.3 Sociedade bailante Flor do Sul: memórias e territorialidade negra para além das fontes impressas**

Em meados da década de 1950 fundou-se a Sociedade Recreativa Bailante Flor do Sul, ambiente de referência no que corresponde ao convívio, festejos e demais atividades que reuniam as famílias negras taquarenses dentro de sua sede. De acordo com Azevedo

(2010), as lembranças da agremiação estão presentes nas memórias de seus ex-frequentedores, porém pouco se tem registros físicos/documentais preservados, o que acaba por dificultar as pesquisas e a ciência da população sobre sua existência e atividades.

Os motivos que levaram à criação da instituição se repetem diante das referências aqui já citadas: as profundas discriminações raciais que permearam as relações sociais locais no começo do século XX fez com que houvesse a necessidade de organização e afirmação da população negra nos mais diferentes espaços, a criação dos clubes foi mais uma medida dentre tantas. Fundado pela família Souza, a Sociedade Bailante Flor do Sul esteve em atividade até a década de 1970 no município, tendo como sua principal mentora a matriarca Palmira Antônia de Souza, conhecida na cidade para além de promover as grandes festas e bailes, pois era bastante procurada por suas benzeduras e curas.

Pouco se tem informações documentais sobre a instituição, afinal de contas sua sede, juntamente com qualquer outro resquício patrimonial, já não existem mais atualmente, fato muito comum para pesquisadores da temática. Porém sua existência se faz presente nas memórias de seus antigos frequentadores, inclusive nas narrativas das protagonistas desta dissertação. D<sup>a</sup>. Maria Irconita Pacheco afilhada da fundadora da sociedade juntamente com a D<sup>a</sup>. Erci Francisca da Silva frequentavam e participavam ativamente da vida social do Flor do Sul.

Dentre tantas histórias que envolvem os divertimentos que a agremiação proporcionava, trago aqui dois depoimentos que nos ajudam a dimensionar o cotidiano e as relações que pautaram a vida destas mulheres dentro de uma sociedade segregada pelo viés racial:

[...] eu vou dizer pra ti assim, tinha um salão da antiga Palmira que já morreram também... O Flor do Sul, daí quando dava baile ali que não era as vezes, era uma vez por mês assim daí nós ia. Porque o 5 de Maio a gente não podia entrar né, aquela época a gente não podia entrar, negro não entrava no 5 de Maio, negro não entrava no Clube sabe? [...] (Erci Francisca da Silva -2017).

O Clube 5 de Maio, ao qual D<sup>a</sup>. Erci Francisca se reporta, se mantém ativo atualmente, muito conhecido na época em que ela se refere por manter aspectos da cultura alemã muito presente na sociedade taquarense, organizando festividades e eventos alusivos

à presença germânica na formação e história do município<sup>58</sup>. Sua existência não deixa esquecer o significado e a preocupação que esses grupos tinham com a preservação de suas identidades culturais, manifestando um sentimento de cooperativismo e valorização da ascendência germânica através destas instituições como os clubes, escolas e igrejas. (Alencastro; Renaux; 1997)

Este mesmo Clube também está presente nas memórias de D<sup>a</sup>. Maria Pacheco, que faz menção as outras entidades atuantes no mesmo contexto da Sociedade Flor do Sul, todas elas tendo como principal meio de definição e seleção de seus associados a cor:

O 5 de Maio teve... olha aqui ó, uma coisa eu digo, tinha a madrinha Palmira, que era a dona do salão Flor do Sul, mas eu já fui com 17 anos pra lá, eu sabia o que era, minha mãe era cozinheira neste salão, a gente não podia ir porque era proibido criança ir ao baile né. [...] O 5 de Maio era assim ó, como é que se diz... o 5 de Maio o clube era assim: era o Clube Comercial e o 5 de Maio, um clube de costa para o outro. E aí vinha os Atiradores no meio, era outra associação. Era outro povo os Atiradores, 5 de Maio e o Clube Comercial. O Clube Comercial nem se aproximava os pobres, negro, jamais! Ali no Clube eles chegavam a fechar a porta, se estava aberto eles fechavam a porta quando ia passando um negro, fechavam, com medo que o negro ia entrar né! (Maria Irconita Pacheco, 2018).

Estas histórias tornaram-se comuns quando a partir das entrevistas, conhecemos o cotidiano destas pessoas, que neste caso, trata-se de duas, das quatro mulheres negras que tiveram suas vivências atravessadas por este contexto de acionamento das hierarquias sociais representadas pelos clubes da cidade.

Conforme depoimento de D<sup>a</sup>. Maria Irconita Pacheco, existiam além do Clube Flor do Sul, os salões: “dos Figueira” e “União da Mocidade” este último composto por ferroviários, ao qual seu irmão era membro da diretoria:

Mas tinha duas outras entidades: era os salão Figueira que era negro... como é que se diz, racistas! Que não admitiam negros da minha cor participar de qualquer atividade do salão. Ou era bem negro preto... era racismo mesmo! Eles não se davam, não se misturavam. Daí veio a sociedade “União da Mocidade” veio uma outra sociedade, abriram, os ferroviários! E botaram os seus fulanos comandantes lá! Eram negros e eles eram quem comandavam a sociedade e tudo eram ferroviários! Bom, aí veio o Flor do Sul... Só que o Flor do Sul era aquele que estava lá em baixo, perto das outras sociedades, porque era: o Clube 5 de maio, daí vinha os Atiradores, vinha o salão Figueira, e vinha o Flor do Sul, que tinha que ficar lá em baixo, não era bem visto. [...] daí o outro era a sociedade dos ferroviários daí entrosava lá na ponta e só entra quem ‘nós queremos, não era tu querer!’ Então meu irmão entrou nessa sociedade e foi pra diretoria. [...] O Flor do sul terminou e meus filhos não chegaram no tempo do Flor do sul, minha irmã foi por 5 anos rainha do Flor do Sul, acho que minha sobrinha até tem foto dela, era muito bonito! Esse salão foi famoso, eu... bah! Nenhum dos outros, diziam que era

---

<sup>58</sup> A Sociedade de Canto 05 de Maio surgiu da necessidade que descendentes de imigrantes alemães taquarenses tinham de reunir os membros para referenciar e se afirmar enquanto grupo. Criado ainda no século XIX a Sociedade contava com uma ampla rede de relações com outras entidades de cidades próximas. Ver mais em: ASSIS et. al. 2008.

de rico, os outros salão, era negro, mas era daqueles de colarinho, sabe? Faziam pouco dos outros! (Maria Irconita Pacheco, 2018)

Como aparece neste recorte do depoimento, estas entidades existiam concomitantemente e conforme este relato, apontam para as configurações sociais da época, onde critérios como a classe social tinha forte influência na distinção dos espaços e na definição de seus indivíduos. Para D<sup>a</sup>. Erci as lembranças desta época são muito lúcidas e presentes, onde havia diversos comportamentos a serem adotados por negros e brancos frequentadores dos clubes:

[...]eu lembro do falecido Natalino era enfermeiro, ele tinha casado lá na cidade dele e não aceitavam muito e ele tinha se casado com uma mulher branca que já tinha um filho e ele era solteiro, e depois eles vieram embora aqui pra Taquara, eles vieram de longe, e foram pra Taquara, só que ele chegava nos lugar e ele não podia dançar com a mulher dele, eles iam só pra ficar olhando, eles iam só pra ficar olhando, só pra ficar sentado olhando, ele não podia dançar com a mulher dele porque a mulher dele era branca. E tinha regras. [...] (Erci Francisca da Silva – 2017).

Sobre as regras que balizavam a convivência dentro dos clubes, elas estavam presentes nos estatutos das instituições, formulados pela diretoria que estava a frente da agremiação<sup>59</sup>. Sobretudo, para além destes espaços possuírem determinados acordos entre seus associados, pode-se perceber que existiam preocupações que correspondiam à condutas de seus frequentadores, dentro e fora do espaço associativo.

Percebemos isso, principalmente atingindo as mulheres associadas, onde requisitos como sua situação conjugal e/ou sua origem e naturalidade, influenciavam diretamente no seu acesso e relações dentro destas instituições, a exemplo disto, trago um excerto de D<sup>a</sup>. Maria relatando sobre um episódio em que a fundadora da Sociedade Flor do Sul, Palmira de Souza, ao frequentar umdos demais clubes negros da cidade, foi impedida de entrar com suas convidadas:

Lá no seu Figueira, era umas pessoas, que o casal era bom, mas o sistema era outro. Eles não admitiam, quem era da minha madrinha Palmira, da Flor do Sul, frequentasse lá, pois não era gente que prestava. Eram negros, mas não prestava. Era mulher falada, mulher da meia noite. Não podia! Da madrinha Palmira ir lá e nem podia ir na sociedade [Figueira], mas porém, a madrinha Palmira, que era dona do salão, era convidada pela sociedade [Figueira] pra levar as filhas dela. Mas ela, como era dona de salão, ela levava as outras meninas, com os pais também, chegaram na hora, barraram ela: “Não, a senhora e as filhas podem entrar, mas as convidadas não pode”. Ela fez o maior esparro, e acabou com a sociedade[Figueira]!Porque ela mandou vir parteira, vir doutor, vir tudo pra

---

<sup>59</sup>Sobre comportamentos e estatutos dos clubes sociais ver em: LOPES, 2015.

examinar todas as moças da sociedade, fez um esparro medonho. Fez um fiasco, mudou tudo! Enquanto não quebraram esta regra (Maria Irconita Pacheco, 2018).

Por muito tempo essas ações de controle de comportamentos e regras, condições impostas pelos clubes à seus associados (as) e frequentadores, fora interpretada pela história e seus pesquisadores como a reprodução de um sistema pautado em comportamentos de “branqueamento”<sup>60</sup> destes espaços, que em suma, a interpretando desta forma, acabam por negligenciar as formas encontradas e as possibilidades construídas por esta população no sentido de resistência e protagonismo. Já se sabe que este tipo de abordagem e visão sobre os indivíduos e suas ações estão “superadas”, visto que, foi a partir dos anos 2000 (Escobar, Silva, 2018), que percebemos mudanças nas abordagens e preferências metodológicas, tratando esta questão do associativismo negro e suas diretrizes, como uma das questões que estavam em constante disputa, construção e significação por seus próprios indivíduos e frequentadores, possibilitando a afirmação e existência em sociedade.

Assim como podemos observar, estas relações de construção e disputa estão presentes em muitas das memórias acionadas pelas protagonistas deste trabalho aqui referenciadas, demonstrando mais uma vez, o quanto se fez importante suas presenças e ações dentro destas instituições, o estar na posição de mulher e negra em um contexto onde as relações se encontravam a mercê das noções racializadas dos indivíduos e dos espaços, principalmente dentro de uma realidade que a todo momento buscava se mostrar dividida e demarcada pela ascendência imigrante e branca em sua identidade, faz com que estas lembranças e relatos se defrontem com a disputas da época. Sobre os registros como atas, estatutos e documentos em geral sobre e da Sociedade Bailante Flor do Sul, como já foi mencionado, pouco se teve acesso a estas informações. E aponto aqui um dos motivos: em primeiro momento, o principal propósito desta pesquisa, está direcionado para o conhecimento da formação do território negro “Vila África” na perspectiva de suas moradoras e famílias mais antigas, no entanto, no decorrer das entrevistas realizadas, outros aspectos e lugares foram levantados e se fizeram presentes nos depoimentos, sendo a Flor do Sul referenciado como espaço frequentado e apropriado pelas protagonistas deste trabalho.

Levando em conta as discussões sobre territorialidade negra, sabemos que o

---

<sup>60</sup> Nos espaços de debate e discussões nas universidades, lugar onde durante muito tempo se reproduziu uma visão eurocentrada, o branqueamento esteve alinhado ao sentido da reprodução por parte das entidades negras, de condutas dos clubes “brancos”, que abarcavam desde vestimentas até o controle sobre aspectos da vida privada e pública de seus frequentadores. Ver em: ESCOBAR; SILVA, 2018.

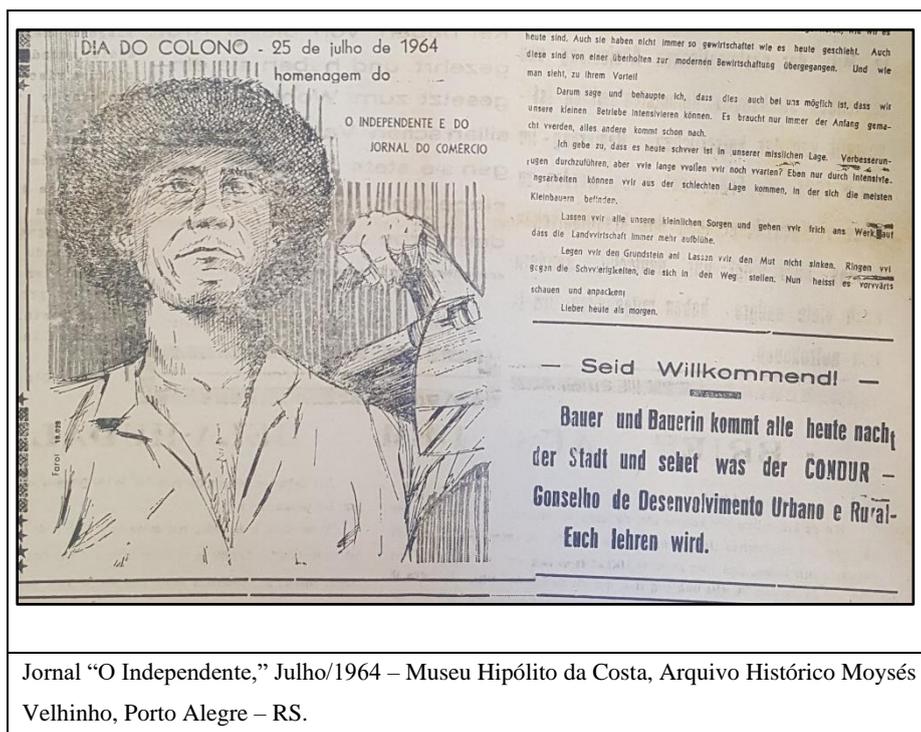
território transcende o que corresponde ao físico e espacial, sendo principalmente, um espaço reconhecido e determinado pela prática de seus indivíduos<sup>61</sup>. Portanto as memórias que correspondem a este espaço na cidade de Taquara, contribuem muito no sentido de extrapolar os espaços primeiramente limitados à rua e, evidenciar para além disto, uma cidade em que seus indivíduos a todo momento estavam delimitando, disputando e afirmando outros espaços.

Pouco se identificou notícias e publicações que envolviam a população negra taquarense, além de situações que serão evidenciadas a seguir. Aqui se faz importante ressaltar que esta ausência na imprensa se deve a vários fatores, mas principalmente nos ajuda a pensar sobre a elaboração e direcionamento destes jornais, evidenciando mais uma vez que a ausência também representa um lugar atribuído e elaborado sob os aspectos das diferenças, sobretudo às pessoas que tinham acesso ao letramento e educação formal. Sabemos que as fontes mais comuns onde encontramos os registros referentes à população negra, se encontram voltadas para o envolvimento em conflitos como os processos crimes e outras formas de registros que visavam de alguma forma, garantir o controle desta população, portanto, suas presenças aqui nas fontes explicitadas estão voltadas para principalmente em como eram percebidos nesta sociedade que, como está evidente nos depoimentos até então colocados, se organizava pelos aspectos raciais. Isto fica muito perceptível quando no exemplar do ano de 1964, “O Independente”, traz junto a capa de seu jornal a celebração do “Dia do Colono” atribuído ao dia 25 de julho. Neste caso, o periódico conta com uma versão em língua alemã para que se tenha uma ampla circulação entre seus leitores, e mais do que isto, acionar as referências das origens que estão calcadas na sociedade taquarense, onde o fator da imigração está totalmente aliada à ideia de progresso e desenvolvimento proporcionado a partir da disposição e força de trabalho atribuídas a esta origem europeia.



---

<sup>61</sup> ROSA, 2008; MATTOS, 2000.



Representada pela imagem se destaca a figura do homem robusto e com o olhar firme no horizonte, visando um futuro promissor, onde o trabalho representa o maior valor e legado para suas gerações. Em se tratando da imprensa, estamos cientes sobre seu direcionamento e intenção. Inclusive, pela falta de representatividade e espaço nestes meios de comunicação, foram criados periódicos escritos por e para a população negra, temos referências da circulação destes jornais datando ainda no século XIX em várias cidades do país como São Paulo, com a “Voz da Raça” e em Porto Alegre no “O Exemplo”, o “Alvorada” em Pelotas, em que para além de ser um meio de circulação da comunicação, era um espaço de denúncia ao racismo e instrução para seus leitores.<sup>62</sup>

Encontramos neste mesmo periódico “O Independente” de novembro de 1971 uma notícia em que se evidencia a cor do indivíduo para a distinção do caso, que se trata de um homem negro que foi atropelado no dia em que saiu da prisão, não recebendo a prestação de ajuda e primeiros socorros por parte do condutor do veículo. Pode-se notar a normativa que rege o contexto da sociedade taquarense na referida época, onde a cor da pele era um fator que não passava despercebido:

#### Atropelado no dia em que deixa a prisão

Terça-feira à noite ocorreu um atropelamento na RS 19, faixa que liga Taquara a Sapiranga, esquina Marchal Floriano.

<sup>62</sup> Sobre a imprensa negra, ver : PINTO, 2006; SANTOS, 2011; PEREIRA, 2013.

A vítima foi João da Silva, 32 anos, côm preta, que naquele dia a tarde havia sido libertado do presídío local, onde cumpriu pena durante 8 meses por assalto praticado.

João da Silva, segundo suas próprias palavras à reportagem, alegou que dirigia-se a pé com destino a Sapiranga pois havia perdido o último ônibus daquele dia. Ao atingir aquele local lembra-se apenas que um veículo jogou-o a uma distância de 4 metros.

Alceu Kuzen, que se dirigia com seu táxi, no sentido Parobé-Taquara foi quem veio dar assistência a João da Silva, transportando-o ao Hospital de Caridade, onde ficou constatado fratura na perna direita e diversas escoriações pelo corpo. O motorista que atropelou o ex- presidiário fugiu do local com o veículo, não lhe dando nenhuma assistência.

Jornal “O Independente,” Novembro/1971 – Arquivo do Museu Adelmo Trott, Taquara, RS.

E, no ano seguinte a este caso, nos deparamos com a publicação sobre a Sociedade Flor do Sul, a instituição estava escolhendo, através de concurso, sua mais nova Rainha em seu 16º aniversário.

#### **Flor do Sul tem nova Rainha**

Sábado, dia 15, durante o baile, em regozijo ao 16º aniversário da Sociedade Flor do Sul, foi escolhida a nova soberana da entidade. Durante o acontecimento que teve animação do conjunto “Os Corsários”, o júri, formado por Adelar Amaro Dias, Theobaldo Renck, Noemi Silveira, Berenice Silveira, Palmira de Souza, Adão José de Melo e Élio dos Santos, escolheu como Rainha a simpática Cristina Fátima Bittencourt, 1ª Princesa, Ana Maria Caetano, 2ª Princesa, Declair Elaine Silva. Participaram ainda do concurso, Maria Helena Oliveira, Marmore Maria Marcelino e Vera Regina Oliveira. Maria Solange Benck, Rainha anterior, prestou sua homenagem a nova soberana, agradecendo também ao apoio que recebeu durante o período em que representou a Sociedade Flor do Sul.

Jornal “O Independente,” Janeiro/1972 – Arquivo do Museu Adelmo Trott, Taquara, RS.

Diante de todos estes jornais consultados, destaca-se “O Independente” pela questão de se ter mais exemplares conservados e apresentar notícias que interessam ao tema e temporalidade deste trabalho. Porém como podemos perceber, está posto a dificuldade de se encontrar registros sobre a população negra na região, mesmo contando com mais de uma instituição associativa negra na cidade e, conseqüentemente, afirmando-se nos espaços. No que corresponde as informações sobre o editorial deste jornal, sua supervisão estava a cargo de Alberto Valentini, na redação Nestor P. Hartmann e Teresinha R. Mosmann, e na publicidade Elio dos Santos, datando sua fundação no ano de 1957 este jornal apresentava ampla circulação na região, estando presente também nos municípios vizinhos de Parobé, Igrejinha e Três Coroas.

Por isso mais do que nunca, a oralidade torna-se fundamental como ferramenta para

acessarmos este contexto de uma outra forma. Do acionamento da memória das entrevistadas, é através de suas vivências que conseguimos nos deparar com um cotidiano oculto às notícias dos jornais, onde seus personagens (re)criam estratégias e oportunizam novos olhares sobre o mesmo contexto.

Anos antes desta última reportagem, mais precisamente no ano de 1956, ano de fundação da Sociedade Bailante Flor do Sul, D<sup>a</sup>. Maria Irconita Pacheco foi a 1<sup>a</sup> Princesa do concurso “Miss Flor do Sul”, trazendo à sua memória, agora com seus 84 anos de idade, este tempo dos concursos de belezas promovidos por sua madrinha. Segundo ela, era tradicional o clube ter “rainhas consagradas”, julgadas por uma banca composta por pessoas importantes, muitas delas vinculadas as rádios Guaíba e Farroupilha como a cantora negra gaúcha, Lourdes Rodrigues.

Depois de seu casamento, D<sup>a</sup>. Maria diminuiu a frequência e a participação nos concursos do clube, porém se orgulha em contar e demonstrar seu envolvimento na história da entidade. Tendo como registro desta época uma foto enquanto princesa reconhecida pelo Flor do Sul, conta que sua irmã Júlia Isabel da Silva deu continuidade a participação nos concursos, sendo eleita por 5 vezes Rainha da Sociedade.



Imagem 10: Princesa Flor do Sul, 1956. Acervo Pessoal Maria Irconita Pacheco.

A partir destes depoimentos podemos perceber o quanto a definição de

territorialidade negra está sujeita à construção e percepção de seus indivíduos, onde se criam referências e símbolos que dão sentido e significado a estes grupos (ESCOBAR, 2017). O sentimento de pertencimento também nos deixa evidente a notoriedade desta instituição existente por quase 20 anos no município de Taquara, onde através destes concursos de beleza também promoviam a representatividade da população negra taquarense. Os concursos de beleza foram e em alguns casos, ainda são, muito presentes dentro destas instituições, a exemplo disto temos o Clube 24 de Agosto, na cidade de Jaguarão – RS, que através destes eventos promoviam a integração de seus associados bem como a construção de uma identidade negra local. Foi através das memórias de suas antigas rainhas que o clube foi reconstruído como um lugar marcante pela presença feminina, o que lhe assegurou inclusive, a prolongação de sua existência (Rosa, 2018; Liscano, 2018).

A Sociedade Bailante Flor do Sul também se apresenta através das narrativas femininas, onde proporcionava vínculos de amizade e familiares para a população negra taquarense, reconhecido pelos bons bailes e festas, tem seu legado vivo, rememorado nos registros da imagem, da voz e, principalmente nas lembranças de quem viveu aquele tempo. Estando presente nos registros dos jornais, nos depoimentos, mostrando-se ativa ao promover festas e cerimônias de escolha das rainhas, a sociedade bailante Flor do Sul adotava e dá sentido social à sua existência. Estas mulheres ao referenciarem a entidade como espaço de sociabilidade negra em Taquara nos apontam para uma sociedade e um contexto em que os espaços racializados ainda estavam em voga e determinavam a frequência de seus indivíduos.

É neste sentido que ao tratar e conseqüentemente pesquisar sobre estes saberes ampliamos as formas de entendimento dos processos que constituem a história da população negra no Brasil, história esta que recentemente está se debruçando sobre os critérios de uma escrita completa, justa e sensível no seu sentido de reparação.

Estando presente no Seminário de 40 anos do Movimento Negro Unificado: história, contribuições e perspectivas, realizado no dia 9 de julho de 2018 no Salão de Atos da UFRGS, contando com uma vasta programação e agenda de diálogos, foi na roda de conversa com o Mestre Chico<sup>63</sup> que encontro uma definição que atende as noções de território e pertencimento: “o território não é físico, ele se constrói através do vento em

---

<sup>63</sup>Francisco Paulo Jorge Pinto, o Mestre Chico, é mestre de capoeira, compositor, músico percussionista, artista plástico.

nossa memória, sem memória não se escreve nada!”

Estas palavras nos possibilitam pensar nas formas de uso e acionamento de nossas lembranças, do que fica marcado e que atravessa os tempos. O Flor do Sul nos dias de hoje não se encontra ativo e pulsante com seus bailes e concursos de beleza na sociedade taquarense, porém permanece alicerçado nas memórias de D<sup>a</sup>. Maria e D<sup>a</sup>. Erci, devido aos bons momentos que este espaço proporcionou. Um território construído e presente em suas vidas, que possibilita enxergar este município de uma outra forma, pois através de olhares negros femininos, conhecemos uma outra versão, construída a partir dos sujeitos, valorizando seus saberes múltiplos e caminhando na direção de uma história possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, exercitamos a escrita no sentido de tentar abordar e compreender questões acerca dos territórios negros. Tendo como provocação inicial a constituição do espaço referenciado como “Vila África” na cidade de Taquara, se investigou, principalmente através de fontes orais, a história deste lugar, que ao longo do tempo passou por um processo de desapropriação devido a intervenção da ERS-115 no município. Seus moradores foram indenizados, e uma parcela destas famílias e seus ascendentes, adquiriram um terreno na rua Miguel Bauer e outro contingente, na rua Pinheiro Machado. Estes espaços passaram a ser designados também como “Vila África”, motivo pelo qual as indagações desta pesquisa estão alicerçadas, para o entendimento destes processos de deslocamento físicos e permanências identitárias.

Dentro destes dois espaços, trouxemos os aspectos que compreendem o entendimento de apropriação e o uso destes. Para isso contamos com os depoimentos de mulheres que mantinham uma relação muito próxima e inseridas nestes lugares, D<sup>a</sup>. Maria, D<sup>a</sup>. Erci, D<sup>a</sup>. Eva e D<sup>a</sup>. Silvia nos concedem fragmentos de suas histórias de vidas. Onde a partir de então vamos perceber as dinâmicas destes lugares, o antigo e o novo, tendo suas experiências como fio condutor desta pesquisa.

No decorrer destas páginas, foram tratados diversos temas, como os deslocamentos ocorridos na então Vila-África, as novas configurações encontradas por estes sujeitos e as práticas pulsantes nestes espaços. A religiosidade está presente na vida de D<sup>a</sup>. Maria, inclusive sendo o motivo pelo qual se criou redes de apoio e depois, conflitos entre vizinhos. Para as demais participantes, D<sup>a</sup>. Erci, D<sup>a</sup>. Eva e D<sup>a</sup>. Silvia, a rua Miguel Bauer se apresenta como um espaço calmo, de sossego e mutualidade, onde suas famílias se encontram ao longo do tempo, próximas. Dentro deste espaço a referência por “Vila – África” não é consenso entre estas mulheres, isso demonstra o quanto suas percepções diferem de acordo com suas trajetórias, mesmo se encontrando no mesmo lugar.

Procuramos dialogar com conceitos que são importantes para a compreensão da pesquisa, como territorialidade e multiterritorialidade elaborado por Haesbert, assim como território negro e território de afetos cunhado por Almeida, dando a devida importância para o que fora destacado nas narrativas que embasam a escrita, pois tem em sua constituição uma rede de vizinhança pautada na confiança e cuidado. A nomenclatura e o uso dela ou não por seus moradores, também permitiu abordar conceitos como branquitude

e espaços racializados, a partir das leituras de Kilomba (2019) e dos aportes teóricos que tratam sobre os processos de racialização no Brasil.

Neste primeiro capítulo se utilizou os recursos de imagens, tanto fotográficas, de acervos pessoais e digitais, quanto imagens produzidas em programas de mapeamento via satélite. Tudo isso no intuito de tornar acessível e compreensível a leitura desta parte que conta com avanços e recuos ao longo do tempo.

No segundo capítulo nos detivemos ao aprofundamento sobre as trajetórias de vida destas mulheres, para perceber outros espaços construídos e referenciados em suas narrativas, como lugares de existência e de atuação plena de suas frequentadoras. A Sociedade Bailante Flor do Sul ganha merecido destaque em suas memórias, como um lugar onde passaram suas juventudes, que marcou e representou uma época em que existia uma acentuada diferenciação sócio-racial e espacial entre a sociedade taquarense.

Os clubes sociais negros, de uma forma geral sempre estiveram ativos e presentes no Rio Grande do Sul, em lugares que vão desde a fronteira sul até regiões de imigração, como conferimos ao longo do segundo capítulo, contrastando com aquela imagem de uma região do Brasil, eminentemente homogênea. Contamos com as trajetórias de clubes centenários e ainda ativos no tempo presente, como o Clube 24 de Agosto, por exemplo. No entanto, a Sociedade Flor do Sul, a qual fora muito visível na cidade de Taquara, atualmente não se encontra em atividade, porém sua presença se destaca nas memórias e narrativas presentes no texto.

Foram abordadas questões que são fundamentais ao tratar de mulheres negras, como as formas de interações de opressões que atuam diretamente na vida destas mulheres, as dinâmicas de raça, gênero e classe se tornam indispensáveis para pensarmos e questionarmos a respeito das experiências comum de mulher, pauta incluída pelo movimento de mulheres negras em um contexto onde a dificuldade se encontrava na ação política dentro dos movimentos sociais. Teóricas e importantes intelectuais compõem estas reflexões acerca das experiências das entrevistadas, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Laudelina, Grada Kilomba, Angela Davis e demais mulheres alicerçam este capítulo no sentido de conduzir para uma ampliação acerca das opressões e também das resistências que andam lado a lado em suas trajetórias.

Procurou-se apresentar ao longo deste percurso os lugares de vida e de significados para estas mulheres que compõem esta pesquisa. D<sup>a</sup>. Maria, D<sup>a</sup>. Erci, D<sup>a</sup>. Eva e D<sup>a</sup>. Silvia

nos conduziram pelos seus entendimentos de mundo, e trouxeram consigo uma outra possibilidade de construir o saber e o conhecimento a partir de um lugar de pertencimento, de resistência, de invenção e imaginação de outros mundos. Suas palavras potencializaram presenças, subjetividades e múltiplas formas de ser. Extrapolamos o espaço geográfico, físico e adentramos neste campo dos alargamentos, dos afetos e dos modos de saber. A Vila África existe, em diversas configurações, através de suas trajetórias, vivas em suas memórias e expressões, se deu através da continuidade, da coletividade e de permanências de laços, alimentados pelo sentimento de existir.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Taquara. In: Raízes de Taquara, Volume I, EST, 2008.
- AL-ALAM, Caiuá Cardoso. A negra forca da princesa: Polícia, Pena de Morte e Correção em Pelotas (1830 – 1857). Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). 2007.
- AL-ALAM, Caiuá Cardoso. ESCOBAR, Giane Vargas. MUNARETTO, Sara Teixeira. Clube 24 de Agosto (1918 – 2018): 100 anos de resistência de um clube social negro na fronteira Brasil – Uruguai. Porto Alegre – Ilu Editora, 2018.
- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. FILHO, Walter F. Uma História do negro no Brasil. Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe e RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 303-305. V. 2.
- ALMEIDA, Lyzyê Inácio. Eu empregada doméstica: narrativas, sentidos e significados na luta pela efetivação de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Dissertação - Programa De Pós-Graduação Interdisciplinar Em Direitos Humanos, UFG, 2019.
- ALMEIDA, Marileia de. Territórios de Afetos: o cuidado nas práticas femininas quilombolas contemporâneas do Rio de Janeiro. *Revistas Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, n.08, dez.2016.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ALVES, Eliege Moura. Presentes e invisíveis: escravos em terras alemãs. São Leopoldo 1850 – 1870. Dissertação de mestrado, Unisinos,2004.
- ARAÚJO, Thiago Leitão. Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro. Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- ASSIS, Fábio André de. MARTINS, Camila. RODRIGUES, Maicon Diego. SANTOS, Taciana da Silva. VIANA, Eliane. Centro de Memória Virtual da Sociedade 05 de Maio
- BARCELLOS, Daisy Macedo de. Família e ascensão social de negros em Porto Alegre. Rio de Janeiro, 1996. Tese de doutorado. Museu Nacional. Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro,1996.
- BARDONI. Ediane Azevedo. Flor do Sul e amnésia cultural: um clube de negros, uma geração e o esquecimento – Taquara/RS – 1975/2014. Protestantismo em Revista São Leopoldo, v. 41, p. 03-15, maio/ago. 2016.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos Narcísicos no Racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese. Instituto de Psicologia, 2002.

BENTO, Maria Aparecida, SILVEIRA, Marly de Jesus; NOGUEIRA, Simone Gibran.(Orgs). Identidade, branquitude e negritude: contribuições para a psicologia social no Brasil: novos ensaios, relatos de experiência de pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

BERUTE, Gabriel Santos. O tráfico negreiro no Rio Grande do Sul e as conjunturas do tráfico atlântico, C. 1790 - C.1830. Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldir Carvalho. Os Percursos do Negro em Porto Alegre: Territorialidade Negra Urbana. In: PORTO ALEGRE. Museu de percurso do negro em Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal: Vinícius Vieira,2010.

BOHRER, Felipe Rodrigues. Breves considerações sobre os territórios negros urbanos de porto alegre na pós-abolição. Iluminuras, Porto Alegre, v.12, n. 29, p. 121-152, jul./dez. 2011.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. Manual de história oral. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BOSI, Ecleia. Enraizar-se é um direito fundamental do ser humano. Revista dispositiva, PUC- MG, v. 1 n. 2 (2012): nov. 2012 / abr. 2013.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. Cadernos pagu (29), julho-dezembro de 2007:91-109.

BUENO, Winnie de Campos. Processos de resistência e construção de subjetividade no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra de Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment (2009) a partir do conceito de imagens de controle. Dissertação. São Leopoldo, 2019.

CAMPOS, Deivison M C de. Práxis teórica e práxis metodológica: a complexidade da oralidade na pesquisa dos movimentos negros. In: História Oral: Democracia, direitos e diversidade. Porto Alegre: ISCMPA, 2018.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imprensa e História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARATTI, Jônatas Marques. O solo da liberdade. As trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (1962)

CARDOSO, Lourenço. O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957- 2007). (Dissertação de mestrado), Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.

CARNEIRO, Sueli. "Terra Nostra" só para os italianos. Tendências e Debates. Folha de São Paulo: Opinião.dez/1999.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Documento apresentado no Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero. Durban (África do Sul), ago. 2001.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Geledés Instituto da Mulher Negra, 2011. Acessado em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em Movimento*. *Estudos Avançados*, v.17 –2003.

CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial*; Teatro de sombras : a política imperial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2003.

CARVALHO, J. M. *A formação das almas - O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARÃO, Ricardo Brasil. *Religiosidade negra em terra estranha: a Irmandade do Rosário da colônia alemã de São Leopoldo*. Anais eletrônicos do II Encontro de escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2005.

CORREA, Norton. *Os vivos, os mortos e os deuses*. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, UFRGS, 1998.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *Revisitando “Família e transição”: família, terra e mobilidade social no pós-abolição: Rio de Janeiro (1888-1940)*. UFRRJ, Revista de História – SP, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspecto da discriminação racial relativas ao gênero. University of California. Los Angeles. Tradução de Liane Schneider. Revisão de Luiza Bairros e Claudia de Lima Costa.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da e GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). *Quase- cidadão: Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2007.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. *Topoi*, v.12, n.23, jul-dez - 2011.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Revista Tempos,2007.

ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*. Cadernos de Estudo. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, n. 13, 1995.

ESCOBAR, Giane Vargas. SILVA, Fernanda Oliveira da. *Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul: das recentes lutas por permanência às antigas lutas por existência*. In: AL-ALAM, Caiuá Cardoso. ESCOBAR, G. Vargas. MUNARETTO, Sara T. *Clube 24 de Agosto (1918 – 2018): 100 anos de resistência de um clube social negro na fronteira Brasil – Uruguai*. Porto Alegre – Ilu Editora,2018;

ESCOBAR, Giane Vargas.. “Para encher os olhos”: identidades e representações culturais das rainhas e princesas do Clube Treze de Maio de Santa Maria no Jornal A Razão (1960 – 1980). Tese. Programa de Pós Graduação em Comunicação, UFSM, 2017.

ESCOBAR, Giane Vargas.. Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em patrimônio cultural da Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

EVARISTO, Conceição. Vozes – Mulheres. Revista Cult. Antologia Poética, Ed. 1, 2019.

FAJER, Roberta Fernandes; ARAUJO, Margarete Penerai; WAISMANN, Moisés. A importância do diário de campo nas pesquisas qualitativas com metodologias de história oral. SEFIC. Canoas, 2016.

FERNANDES, Danubia de Andrade. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. Rev. Estud. Fem. v. 24, n.3 Florianópolis Sept./Dec. 2016

FERNANDES, Dóris Rejane. Povoamento pioneiro das terras do Mundo Novo. Raízes de Taquara, Volume I, EST, 2008.

FERNANDES, Dóris Rejane. Tristão Monteiro e o projeto colonizador do Mundo Novo. In. SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann; BARROSO, Véra Lucia Maciel. Raízes de Taquara. Porto Alegre: EST, 2008.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. v. 1. 3 ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. Religião e festas populares. Antropologia, UFMA. Acessado em: <https://gurupi.ufma.br/jspui/bitstream/1/189/1/Religiao%2520e%2520Festas%2520Populares.pdf>

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.<sup>a</sup> edição.

FREITAS, Ubiratã Ferreira. “Nóis vivia na terra dos outro”: o cotidiano de negros escravos em uma colônia alemã (1861 – 1887). História Unicap, v. 1, n. 2, jul./dez. de 2014.

FREITAS, Ubiratã Ferreira. História, pós-abolição e cotidiano; o negro livre na sociedade branca no município de Taquara (1888 – 1920). ANPUH-RS, Unisc, 2016.

FURINI, Vinícius Reis. Visita pitoresca ao Mato Sampaio: Estigmas e representações sobre os “maloqueiros” do Mato Sampaio através da narrativa jornalística porto-alegrense (década de 1950). Trabalho de conclusão de curso, UFRGS, 2018.

GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. Os clubes carnavalescos negros de Pelotas (RS) 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, UFSC, 2007.

Gilroy, Paul. O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Fabrício Romani. Associativismo negro em Caxias do Sul. 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, UFSC, 2007.

GOMES, Fabrício Romani. Sob a proteção da Princesa e São Benedito: Identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro em Caxias do Sul ( 1934 – 1988). Unisinos 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. NEGRO, Antônio Luigi. Além das Senzalas e fábricas. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. *Cadernos Pagu* (6-7) 1996: pp.67-82.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, (jan./jun.), 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984

GUIMARÃES, Antonio S. A. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011.

GUIMARÃES, Antonio S. A.. Como trabalhar com raça em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun.2003.

GUIMARÃES, Antonio S. A.. Definindo o racismo. In: *Racismo e Antirracismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

GUTFREIND, Ieda. O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico. *Estudos Ibero-americanos*. PUC. Vol. XVI, n. 1 e 2, 1990.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. (Org.). *A Emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. Identidades Culturais e Diáspora. *Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 24, 1996.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução Bhuvi Libânio – 6º ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KAUTZMANN, Maria Eunice Muller. Taquara e um pouco de sua História. In. SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann; BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Taquara*. Porto Alegre: EST, 2008.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó, 2019.

LEITE, Ilka Boaventura. Território de Negros em área rural e urbana: algumas questões. *Textos e Debates – Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas*. Ano 1 – nº2, UFSC, 1991.

LEISTNER, r. M. (1). Identidades afro-religiosas no sul do brasil: novos formatos associativos e modalidades alternativas de atuação política no contexto das religiões afro-gaúchas. *Revista brasileira de história das religiões*, 4(11).

LIMA, Rogério Mendes de. Uma categoria fora dos trilhos: reflexões sobre a crise de identidade entre os ferroviários do Rio de Janeiro. In: SANTOS, José Vicente T. dos et al. (org.). Transformações no trabalho no século XXI. Pelotas: Educat, 2003.

LOPES, Taiane Naressi. Protagonismo Feminino entre regras e padrões: uma história das mulheres negras do Clube Social 24 de Agosto. Monografia, Unipampa, 2015.

LORDE, Audre. “Eu sou sua irmã. Escritos coletados e não-publicados de Audre Lorde”. Editado por Rudolph P. Byrd, Johnnetta Betsch Cole e Beverly Guy Shef-Tall. Oxford University Press, 2009. Acessado no endereço: <http://www.palavraemeia.com/traducoes-livres/nao-ha-hierarquia-de-opressao/>

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>.

MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. Terras, Senhores, Homens Livres, Colonos e Escravos na Ocupação da Fronteira no Vale do Sinos. São Leopoldo, tese de doutorado, UNISINOS, 2003.

MAGALHÃES, Magna Lima. Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira. Tese. Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2010.

MAGALHÃES, Magna Lima. Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS). Tese de Doutorado, Unisinos, 2010.

MAGALHÃES, Magna Lima. NUNES, Margarete Fagundes. ROCHA, Ana Luiza C. da. Trabalho negro, memória negra no Vale do Sinos (RS). Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n.39, p.269-292, jan/jun2013.

MARQUES, Janote Pires. A “observação participante” na pesquisa de campo em Educação. Educação em Foco, ano 19 - n. 28 – mai./ago. 2016.

MATTOS, Hebe Maria. Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOS, Jane Rocha de. “Que arraial que nada, aquilo lá é um areal”: O Areal da Baronesa: Imaginário e História (1879-1921). Mestrado em história. PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2000.

MIRANDA, L. Subjetividade: A (des)construção de um conceito. In: JOBIM e SOUZA, S. (org) Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Ed.7 Letras, 2000.

MONSMA, Karl. A reprodução do racismo: fazendeiros, negros, e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

MONTEIRO, Artemisa. A África no imaginário social brasileiro. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – Coimbra, 2004.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória – a cultura popular revisitada. 3a. ed. São Paulo: contexto, 1994.

MOREIRA, Núbia Regina. A organização das feministas negras no Brasil. Vitória da Conquista-BA, Edições UESB, 2011.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. MUGGE, Miquéias Henrique. O inadmissível roubo da carta de alforria do nagô Pedro Allgayer: a escravidão em uma zona de imigração alemã (RS, séc. XIX). Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 49, N. 1, p. 30-46, jan/abr2013.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Os cativos e os Homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre 1858 – 1888. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma de Lavor; SILVEIRA, Regina Coeli da. Gênero e família: a mulher brasileira chefe de família. Que mulher é esta?. Cadernos UniFOA, Volta Redonda, n. 32, p. 55-66, dez. 2016. SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. Os estudos feministas e o racismo epistêmico. Revista Gênero. Niterói v.16 n.2, p.7-32. 1 sem.2016.

MULLER, Alex Juarez. Um espaço entre o urbano e o rural: representações visuais de São Leopoldo, Taquara e Novo Hamburgo (RS)1889-1930. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo, 2015.

NAPOMUCENO. Bebel, Protagonismo Ignorado In PRADO, Maria Ligia Coelho. FRANCO, Stella Scatena. Participação Feminina no Debate Público Brasileiro In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

NASCIMENTO, Álvaro P. Trajetórias de duas famílias negras no pós-abolição: Nova Iguaçu, século XX. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, VI., 2013, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Ed. UFSC, 2013a.

NUNES, Juliana dos Santos. “Somos o suco do carnaval!” A marchinha Carnavalesca e o Cordão do Clube Social 24 de Agosto. Pelotas: UFPel, 2010 (Monografia de conclusão de curso de Licenciatura em História).

NUNES, Margarete Fagundes, ROCHA, Ana Luiza Carvalho da, MAGALHÃES, Magna Lima, KUHN JUNIOR, Norberto, “Era um hino de fábrica apitando”: a memória do trabalho negro na cidade de Novo Hamburgo (RS), Brasil, *Etnográfica*, vol. 17 (2) | 2013, 269-291.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais. Porto Alegre: EST, 2006.

OLIVEN, Ruben. “A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul”. In: LEITE, Ilka Boaventura. (Org.). Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

ORO, Ari Pedro. O atual campo afro-religioso gaúcho. Civitas, Rev. Ciênc. Soc., Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 556-565, Dez. 2012.

ORO, Ari Pedro. Religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente. Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, n. 2, p. 345-384, 2002.

- OSÓRIO, Helen. Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói, Curso Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. (tese de doutoramento). 1999
- PEREIRA, Amílcar Araújo. O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2013.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os Pobres da Cidade: vida e trabalho (1880-1920). Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833 – 1899). Dissertação. (Mestrado em História), Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, nº 3, 1989, p. 3-15.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Colección SurSur, 2005a, pp.118-142.
- RATTS, Alecsandro J. P. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. XXVII Encontro Anual da Anpocs. GT Relações raciais e etnicidade, 2003.
- RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. Cia das Letras, 2019.
- RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004.
- RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. 6.ed. São Paulo: Ed.Nacional; [Brasília]: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). Tese. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2014.
- ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição. Porto Alegre: EST Edições, 2019.
- ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnavalesco as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos defoliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940. Dissertação de mestrado, UFRGS, 2008.
- SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Org.). Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Florianópolis: Insular, 2011.
- SANTOS FILHO, Eudaldo Francisco dos. ALVES, Janaína Bastos. A Tradição Oral para povos Africanos e Afrobrasileiros: Relevância da Palavra. Revista da ABPN, v. 9, Ed. Especial - Caderno Temático: Saberes Tradicionais - dezembro de 2017.
- SANTOS, Carla Akotirene. O que é interseccionalidade? In: Feminismos Plurais. Editora Letramento, 2018.

SANTOS, Ivanir dos. *Marchar não é caminhar: interfaces políticas e sociais das religiões de matriz africana no Rio de Janeiro*. 1 ed. - Pallas, 2019.

SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

SANTOS, M. de O., ZANINI, M. C. C. (2012). FERROVIAS, ETNICIDADE E PROCESSOS MIGRATÓRIOS: ascensão social e alteridades no mundo do trabalho. *REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO*, 2(37). Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/12327>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade* In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V. 4.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Fernanda Oliveira. *A racialização observada pela ótica da experiência dos clubes e centros culturais negros na diáspora negra ao sul do atlântico (brasil-uruguai) – notas de pesquisa como forma de iluminar a nova história do trabalho*. Cadernos do LEPAARQ Vol. XI. N°22,2014.

SILVA, Fernanda Oliveira. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil – Uruguai no pós- abolição (1870 – 1960)*. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

SILVA, Fernanda Oliveira. da. [et al.]. *Pessoas Comuns, Histórias Incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS/EST Edições, 2017b.

SILVA, Fernanda Oliveira. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento destes espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820 – 1943)*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. PUC, Porto Alegre,2011.

SILVA, Fernanda Oliveira. *Perspectivas sobre a racialização: a experiência dos clubes sociais e centros culturais na diáspora negra ao sul do Atlântico (Brasil-Uruguai)*. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

SILVA, Tiago Rosa da. *Uma fronteira negra: resistência escrava através das fugas anunciadas nos jornais jaguarenses (1855 – 1853)*. Jaguarão: UNIPAMPA, 2015.

SILVA, Liliam Ramos da. SERRARIA, Richard. *As narrativas do tambor como práticas decoloniais*. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 279-297, julho, 2019.

SOARES, Leonardo Barros. MIRANDA, Luciana Lobo. *Produzir subjetividade: o que significa?* *Revista Estudos e Pesquisa em Psicologia*, v. 9, n.2, UERJ, 2009.

SOARES, Karitha Regina. *Da força ao Tambor: o museu do percurso como reconhecimento histórico da presença do negro na formação da cidade de Porto Alegre*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

SOMMER, Michelle Faria. *Territorialidade negra urbana a morfologia sócio espacial dos núcleos negros urbanos segundo a herança histórica comum*. UFRGS, 2005.

SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann; BARROSO, Véra Lucia Maciel. Raízes de Taquara. Porto Alegre: EST, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goular Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no Regime Militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TRAMONTINI, Marcos. J. Diferença como isolamento ou como demarcação de espaço político: os primeiros anos da colonização. *Estudos Ibero-Americanos*. v.26, n.1. 2000.

TRAMONTINI, Marcos. J.; ENGSTER, Maria Isabel Cristina. A Imigração alemã na historiografia rio-grandense: Pellanda, Porto e Truda. In: TRAMONTINI, Marcos Justo; DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio. (Orgs.). *Imigração e Imprensa*. Porto Alegre: EST, 2004.

VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação UFRGS, 2017.*

WALSH, Catherine. “Introducción. (Re) Pensamiento crítico y (de) colonialidad.” *Pensamiento crítico y matriz (de) colonial (2005): 13-38*

WEBER, R. *Os operários e a Colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

WEIMER, Rodrigo Azevedo. A gente da Felisberta. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Tese de Doutorado. UFF, 2013.

WEIMER, Rodrigo Azevedo. Felisberta e sua gente: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Gildas de todas as cores: construção de imagens racializadas das vilas de malocas. Porto Alegre, décadas de 1940 e 1950. Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. Organizadoras: Helen Osório e Regina Célia Lima Xavier – São Leopoldo: Oikos, 2018.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Ser "moreno", ser "negro": memórias de experiências de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul no século XX. *Estud. hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 409-428, Dez. 2013.

XAVIER, Regina Célia Lima. "Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição" In *Cruzando Fronteiras – novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Perseu Abramo, 2012.

XAVIER, Regina Célia Lima. “Raça, civilização e cidadania na virada do século XIX e início do século XX”. *Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. UFPR. Curitiba, 2009.

XAVIER, Regina Célia Lima. “Ser negro no Rio Grande do Sul – construção de identidade e cidadania”. Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional. UFSC. Florianópolis, 2013.

### **FONTES CONSULTADAS**

Jornal “O Independente,” Julho/1964 – Museu Hipólito da Costa, Arquivo Histórico Moysés Velinho, Porto Alegre – RS.

Jornal “O Independente,” Julho/1964 – Museu Hipólito da Costa, Arquivo Histórico Moysés Velinho, Porto Alegre – RS.

Jornal “O Independente,” Novembro/1971 – Arquivo do Museu Adelmo Trott, Taquara, RS.

Jornal “O Independente,” Janeiro/1972 – Arquivo do Museu Adelmo Trott, Taquara, RS.

Referências retiradas da Cartilha Laudelina de Campos Melo, Emancipa – 2020.

#### Sites e documentários:

Sobre Chimamanda e o perigo da história única:  
[https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story/transcript?language=pt](https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt)

Mapa da região Vale do Paranhana:  
<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134135-20151117103226perfis-regionais-2015-paranhana-encosta-da-serra.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2019.

Mapa da região Vale do Rio dos Sinos:  
<https://www.fee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Rio+dos+Sinos> acessado em 21 de maio de 2019.

Sobre o evento do MNU e roda de conversa com Mestre Chico:  
<http://www.nacaoz.com.br/2015/19898-2/>

Documentários que tratam da temática do Tambor:

O Grande Tambor – Coletivo Catarse, 2010.  
<https://www.youtube.com/watch?v=xIL6Hfq4ZTw>

A tradição do Bará do Mercado – Os caminhos invisíveis do negro em Porto Alegre, 2007.  
<https://www.youtube.com/watch?v=kbDrJ16A2Iw>

Documentário “A última Abolição” <https://www.youtube.com/watch?v=TcK-Ta0drLU>

## ANEXOS

Cartas de cessão das entrevistadas

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS  
SOBRE DEPOIMENTO ORALPelo presente documento, eu, Silvia Regina Gonçalves

CPF nº 7044624794, declaro, ceder ao projeto de pesquisa de mestrado intitulado "A constituição do território negro 'Vila-África': memória e racialização no pós-abolição em Taquara - RS", sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei à pesquisadora Taiane Naressi Lopes.

O pesquisador (a) fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Taquara, 08 de Janeiro de 2019

Silvia Regina Gonçalves  
Assinatura do depoente



**CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS  
SOBRE DEPOIMENTO ORAL**

Pelo presente documento, eu, Victor Dutra

CPF nº 151.748.050-91, declaro, ceder ao projeto de pesquisa de mestrado intitulado "A constituição do território negro 'Vila-África': memória e racialização no pós-abolição em Taquara - RS", sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei à pesquisadora Taiane Naressi Lopes.

O pesquisador (a) fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Taquara, 27 de dezembro de 2018

Victor Dutra  
Assinatura do depoente

- Seu Nestor apresentou a foto da Antiga Ferroviária de Taquara – RS, década de 1920.



**CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS  
SOBRE DEPOIMENTO ORAL**

Pelo presente documento, eu, Marcio S. S. Pereira

CPF nº 548.095.410-53, declaro, ceder ao projeto de pesquisa de mestrado intitulado "A constituição do território negro 'Vila-África': memória e racialização no pós-abolição em Taquara - RS", sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei à pesquisadora Taiane Naressi Lopes.

O pesquisador (a) fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Taquara, 31 de outubro de 2018

Marcio S. S. Pereira  
Assinatura do depoente

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL**CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS  
SOBRE DEPOIMENTO ORAL**

Pelo presente documento, eu, \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_, declaro, ceder ao projeto de pesquisa de mestrado intitulado "A constituição do território negro 'Vila-África': memória e racialização no pós-abolição em Taquara - RS", sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei à pesquisadora Taiane Naressi Lopes.

O pesquisador (a) fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Taquara, 03 de Agosto de 2017

*Walter Francisco da Silva*

Assinatura do depoente



**CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS  
SOBRE DEPOIMENTO ORAL**

Pelo presente documento, eu, Eva Rodrigues Bento

CPF nº 7027870304, declaro, ceder ao projeto de pesquisa de mestrado intitulado "A constituição do território negro 'Vila-África': memória e racialização no pós-abolição em Taquara - RS", sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei à pesquisadora Taiane Naressi Lopes.

O pesquisador (a) fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Taquara, 07 de Janeiro de 2019

EVA-BBENTO

Assinatura do depoente

Documentação sobre a ERS – 115 com a lista de desapropriados e o reconhecimento da rua Miguel Bauer no ano de 2003 pela Câmara Municipal do Município.

31/10/2018

Lei Ordinária 3178 2004 de Taquara RS



LEI Nº 3178/2004

**"DENOMINA AS VIAS PÚBLICAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE TAQUARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

DÉLCIO HUGENBLOER, Prefeito Municipal de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul. FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a denominar as vias públicas localizadas no perímetro urbano do Município de Taquara, obedecendo para tanto, a seguinte relação de nomes:

ADELINO EDUARDO BARTH  
 ADOLFO FAEDRICH  
 ADOLFO KNAUTH  
 AGENOR, TRAVESSA  
 ALAGOAS  
 ALCENIRA NUNES  
 ALÍPIO DA SILVA ROCHA  
 ALMIRO NUNES MEDEIROS  
 AMÁLIA ANTONIA CZERMACK  
 AMAPÁ  
 AMAZONAS  
 ANITA GARIBALDI  
 ANTONIO LEHN  
 ARGENTINA  
 ARLINDO CÂNDIDO RANGEL  
 ARNALDO DA COSTA BARD  
 ARNO FAIOCK  
 ASSUNÇÃO  
 ATLÂNTICA, TRAVESSA  
 AUTO JOÃO MURATORE  
 BAHIA  
 BALDUÍNO ERMEL  
 BANDEIRANTES  
 BECO DO JUCA  
 BECO DO LIXO  
 BECO DOS MARCIANOS

## Lei Ordinária 3178 2004 de Taquara RS

MARANHÃO  
MARECHAL FLORIANO  
MARECHAL RONDON  
MATO GROSSO  
MEDIANEIRA  
MÉXICO  
MIGUEL BAUER  
MINAS GERAIS  
MOINHOS DE VENTOS  
MONTEVIDÉO  
MUNDO NOVO  
NESTOR PAULO HARTMANN  
NILO DIAS  
OLARIA  
OLIMPIO CÂNDIDO DA SILVA  
OLINDA MULLER  
OSCAR BAUERMANN  
OSCAR MARTINS RANGEL, AVENIDA  
OSTERMANN, TRAVESSA  
OSVALDO CRUZ  
PADRE TOMÉ  
PARAGUAI  
PARAÍBA  
PARANÁ  
PASTOR HERMANN SCHAEFKE  
PEDRO RITTER  
PEDRO VOLKART  
PERNAMBUCO  
PERU  
PIAUI  
PICADA GRAVATÁ  
PINHEIRO MACHADO  
PRINCESA ISABEL  
QUITO  
RAYMUNDO  
REIS, TRAVESSA  
RETORNO, TRAVESSA  
RICARDO OLM  
RIO BRANCO  
RIO DE JANEIRO  
RIO GRANDE  
ROBERTO HALMEL  
ROBERTO MISSEL  
ROCKFELLER  
RODOLFO CZERMACK  
RODOLFO VON IHERING  
RUA DA AERONÁUTICA  
RUA DA EMPRESA  
RUA DO DAER

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA**  
 Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel  
 Gabinete do Prefeito

Legislativa  
 Câmara de Vereadores  
 Fls. 14 Rubrica

148  
**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI N° 111 de 03/11/2003**

Egrégia Câmara Municipal de Vereadores de Taquara,  
 Exmo. Sr. Presidente,

Ao ensejo de apresentar minhas cordiais saudações, venho por meio deste apresentar o presente Projeto de Lei que denomina as vias públicas localizadas no perímetro urbano do nosso município, esclarecendo desde já, que a localização das mesmas será regulamentada por Decreto nos termos do que determina a legislação em vigor.

Sem nenhuma dúvida, o presente Projeto vai ao encontro da mais legítima vontade popular, qual seja, àquela consolidada ao longo dos anos pelo costume, transmitida no mais das vezes pela tradição oral, através de muitas gerações. Por essa razão, as denominações constantes do Art. 1º do presente Projeto, nada mais fazem do que refletir de maneira fiel o anseio dos nossos munícipes em homenagear vultos da nossa história que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da comunidade.

Tal proposta objetiva também dar status jurídico a situações consolidadas no tempo pelo costume local, visto que, por exemplo, até mesmo a tradicional rua Tristão Monteiro, entre outras, não tem Lei Municipal nem decreto regulando.

Certos de contar com a Vossa compreensão, despeço-me.

Atenciosamente,

  
 DÉLCIO HUGENTOBLER  
 Prefeito Municipal

Recebido em 03/11/03  
 às 14:18 hs.

Patricia Fabiana Lauck Gomes  


Rua Tristão Monteiro, nº 1278 - Fone: (51) 542-6333 - Fax: (51) 541-4183

Administração Participativa 2001/2004